PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO 2014 |2020

Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações

Volume 2

Fichas de caracterização das Avaliações do PGA PT2020

abril 2023

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

3Drivers – 3Drivers – Engenharia, Inovação e Ambiente, Lda.
A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AAC – Adaptação às Alterações Climáticas
ABC – Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
ABT – Avaliação Baseada na Teoria
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
ADENE – Agência para a Energia
AG – Autoridade de Gestão
AGIR – Programa de Estágios de Reconversão Profissional (Açores)
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida
AM – Área Metropolitana
AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANDC – Associação Nacional de Direito de Crédito
ANI – Agência Nacional de Inovação
ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
AP – Administração Pública
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
APB – Associação Portuguesa de Bancos
ARDITI – Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, tecnologia e Investigação (Madeira)
AREAM – Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira
ASE – Ação Social Escolar
Augusto Mateus & Associados – Augusto Mateus & Associados - Sociedade de Consultores, Lda.
CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.
CE – Caderno de Encargos
CES – Conselho Económico e Social
CESOP-UCP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião – Universidade Católica Portuguesa
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional
CIC – Comissão Interministerial de Coordenação
CIM – Comunidade Intermunicipal
CIP – Confederação Empresarial de Portugal
CIS – Capacitação para o Investimento Local
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CLDS+ – Contratos Locais de Desenvolvimento Social (2ª geração)
CLDS 3G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social (3ª geração)
CM – Câmara Municipal
CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações
COM – Comissão Europeia
CQ – Centros Qualifica
CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRIE – Centre for Research on Impact Evaluation
CRII – Coronavirus Response Investment Initiative
CTP – Confederação do Turismo de Portugal
DG Emprego – Direção-Geral para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (Comissão Europeia)
DG Regio – Direção-Geral de Política Regional (Comissão Europeia)
DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar
DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
DGE – Direção-Geral da Educação
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia
DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES – Direção-Geral de Ensino Superior
DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
DGT – Direção-Geral do Território
DINAMIA'CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD – Desempregados de Longa Duração
DRAIC – Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (Açores)
DRCT – Direção Regional da Ciência e Tecnologia (Açores)
DREAç – Direção Regional de Educação dos Açores
DREnerg RAA – Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores
DREMad – Direção Regional de Educação da Madeira
DREQP – Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego (Açores)
DRET RAM – Direção Regional da Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira
ECSIES – Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Social
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEA GRANTS – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EFA – Educação e Formação de Adultos
EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
ENM – Estratégia Nacional para o Mar
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EY – Ernst & Young, S.A.
EY-Parthenon – EY-Parthenon, Ernst & Young, S.A.
FC – Fundo de Coesão
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FIS – Fundo de Inovação Social
FMC – Formações Modulares Certificadas
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupos de Ação Local
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos
GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais Ministério das Finanças
GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

GT2030 – Grupo de Trabalho para o PT2030
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I&I – Investigação e Inovação
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
ICNF - Instituo Nacional de Conservação da Natureza e Florestas
IDR RAM – Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
IDE RAM – Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
IEM – Instituto de Emprego da Madeira
IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IF – Instrumentos Financeiros
IFD –Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.
IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana 2020
IGF – Inspeção-Geral das Finanças
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
INA – Instituto Nacional de Administração, I.P.
INE – Instituto Nacional de Estatística
INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
ImproveConsult – ImproveConsult - Consultoria e Estudos, Lda.
INTEGRA – Apoios à Contratação (Açores)
IP – Instituto Politécnico
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
IPIS – Iniciativa Portugal Inovação Social
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IQ RAM - Instituto para a Qualificação, IP-RAM
ISCED – Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education)
ISCTE-IUL – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.
IT – Instrumentos Territoriais
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
JESSICA – Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
MA – Ministério da Agricultura (atual Ministério da Agricultura e da Alimentação)
MAAC – Ministério do Ambiente e da Ação Climática
MCT – Ministério da Coesão Territorial
MCT-SEADR – Ministério da Coesão Territorial – Secretaria de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional (Atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional)
MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME – Ministério da Educação
MEcon – Ministério de Economia (atual Ministério da Economia e do Mar)
MF – Ministério das Finanças
MIH – Ministério das Infraestruturas e Habitação (atuais Ministério das Infraestruturas e Ministério da Habitação)
MMEAP – Ministério da Modernização Estado e da Administração Pública (atual Secretaria de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa)
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MP – Ministério do Planeamento (atual Ministério da Presidência – Secretaria de Estado do Planeamento)
MPres – Ministério da Presidência
MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
n.a. – não aplicável
NEET – *Not in Employment, Education or Training* (Nem em Emprego, nem em Educação ou Formação – NEEF)
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCS – Opções de Custos Simplificados
OE – Objetivo Específico
OI – Organismos Intermédios
OT – Objetivo Temático
P-3AC - Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
PADRE – Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos
PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana
PCT – Parque de Ciência e Tecnologia
PDCT – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PEPAC – Programa de Estágios Profissionais na Administração Central
PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
PGA PT2020 – Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIIE – Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar L e T
PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
PME – PME – Pequenas e Médias Empresas
PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER – Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030
PNEC 2030 – Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030
PNPSE – Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
PO – Programa Operacional
PO AT – Programa Operacional Assistência Técnica
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO CI / COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO MAR 2020 – Programa Operacional Mar 2020
PO PH – Programa Operacional Potencial Humano (2007-2013)
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
POE – Programa Operacional da Economia (QCA III)
POR – Programas Operacionais Regionais
PPLL Consult – PPLL Consult, Lda.
PRODER – Programa de Desenvolvimento Regional (2007-2013)
PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira
PROFIJ – Programa Formativo de Inserção de Jovens (Açores)
PRORURAL+ – Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores 2014-2020
PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
PT2020 – Portugal 2020
PTDE – Plano de Transição Digital da Educação
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OES – Organizações da Economia Social
QA – Questão de Avaliação
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA – Região Autónoma
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RIS3 – Estratégias Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RUP – Regiões Ultraperiféricas
RVCC – Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SATDAP – Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública
SCIE – Sistema de Contas Integradas das Empresas
SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SI – Sistemas de Incentivos
SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SIGAM – Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar dos Açores
SIGO – Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa

SI I&DT – Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial e Empreendedorismo
SI QIPME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
SI&I – Sistema de Investigação e Inovação
SPGM – Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua
SPO – Serviços de Psicologia e Orientação
SREAT – Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Açores)
Systemic Sphere – Systemic Sphere Unipessoal, Lda.
TdM – Teoria da Mudança
TdR – Termos de Referência
TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TO – Tipologia de Operação
TP – Turismo de Portugal
UGT – União Geral de Trabalhadores
VAB – Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao **Volume 2** do **Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações**, mas constitui-se como documento autónomo, dado o volume de informação apresentada, a sua especificidade e propósito.

O objetivo deste documento é constitui-se como um relatório de execução do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020), através da compilação de um conjunto de **fichas-síntese** de cada uma das avaliações prevista no PGA PT2020. Nestas fichas sistematiza-se a informação de caracterização de cada avaliação, o balanço da sua implementação e as aprendizagens e pistas que fornece para o futuro, sendo que alguma desta informação de balanço já é sintetizada no **Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações**.

Mais concretamente, as **fichas-síntese** de cada avaliação incluem os seguintes elementos de caracterização inicial, tal como definidos em fase de planeamento (e inscritos nas fichas de avaliação no PGA PT2020 e nos respetivos Cadernos de Encargos):

- Objetivos da avaliação
- Tipo de avaliação e âmbito (programático, territorial, temático e temporal)
- Critérios e Questões de Avaliação
- Métodos requeridos nas Especificações Técnicas
- Procedimento de contratação, entidade responsável pela mesma e constituição do grupo de acompanhamento da avaliação
- Prazo previsto para a realização e preço base do procedimento de contratação

As **fichas-síntese** incluem, também, informação de balanço da implementação e dos resultados e aprendizagens de cada avaliação, designadamente:

- Identificação da equipa de avaliação e respetivo(s) coordenador(es)
- Preço do contrato e prazo efetivo de realização
- Principais aspetos metodológicos adotados na avaliação
- Balanço do processo de *follow-up* das recomendações da avaliação
- Lições aprendidas, destacando-se os principais elementos de valor acrescentado da avaliação, as pistas de análise que fornece para avaliações futuras e as pistas de melhoria do processo avaliativo, à luz da forma como decorreu a avaliação

Pretende-se aqui colocar o foco na função de **utilidade e de aprendizagem da Avaliação**. Nesse sentido, destacam-se os principais contributos da avaliação, entendidos como as suas principais mais-valias face ao conhecimento que cada avaliação acrescentou, sendo que a síntese mais alargada dos resultados já é apresentada no relatório principal.

Destacam-se também as **pistas de análise para avaliações futuras**, contribuindo dessa forma para o segundo objetivo do Relatório, que é apoiar a preparação do próximo ciclo de avaliação, na forma da elaboração do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030). A identificação dessas pistas não é exaustiva quanto às necessidades avaliativas futuras, na medida em que são identificadas apenas as pistas que decorrem diretamente de cada avaliação em concreto.

Da mesma forma, as **pistas para a melhoria do processo avaliativa**, também relevantes para a elaboração do Portugal 2030, são as que decorrem diretamente do processo avaliativo de cada avaliação e as que refletem os aspetos mais críticos nela identificados. Uma vez que alguns desses aspetos são recorrentes em várias avaliações, e para evitar repetições, eles são apontados nas fichas das avaliações em que foram sinalizados pela primeira vez ou naquelas em que o aspeto é mais premente.

Este Volume 2, e a sua sistematização no Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações, assume-se assim como ponto de partida para a elaboração do PGA PT2030.

ÍNDICE (CLICAR NA DESIGNAÇÃO DE CADA AVALIAÇÃO PARA ACEDER À RESPETIVA FICHA)

	Lista de avaliações PT 2020	Programas																Data de realização
		PO AT	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR CONTINENTE	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020	
Globais	3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Setembro 2021
	5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●				●	Em curso
	6. Meta-Avaliação do Plano Global de Avaliação Portugal 2020		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Em curso
Programa	7. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização		●															Em curso
	8. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego			●														Novembro 2022
	9. Avaliação intercalar do Programa Operacional Capital Humano				●													Dezembro 2022
	10. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos					●												Em curso
	11. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020						●											Em curso
	12. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020							●										Em curso
	13. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020								●									Em curso
	14. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020									●								Em curso
	15. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve										●							Julho 2022
	16. Avaliação Intercalar do Programa Operacional dos Açores 2014-2020											●						Novembro 2021
	17. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional Madeira 14-20												●					Junho 2022
	49. Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Assistência Técnica 2014-2020	●																Em curso
Temáticas	Competitividade e Internacionalização — 18. Avaliação do Impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas		●				●	●	●	●	●							Dezembro 2018
	Competitividade e Internacionalização — 19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020		●				●	●	●	●	●							Dezembro 2019
	Competitividade e Internacionalização — 20. Avaliação do impacto do sistema de incentivos à inovação empresarial na concorrência		●				●	●	●	●	●							Em curso
	Competitividade e Internacionalização — 21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento		●		●		●	●	●	●	●			●				Dezembro 2018
	Competitividade e Internacionalização — 22. Avaliação do Contributo dos FEEI para a Modernização e Capacitação da Administração Pública		●				●	●	●	●	●	●	●			●	●	Dezembro 2021
	Competitividade e Internacionalização — 23. Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados		●		●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Novembro 2019
	Competitividade e Internacionalização — 26. Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de programas do Portugal 2020: IF para apoios diretos às empresas (Lote 1)		●				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		Abril 2015
	Inclusão Social e Emprego — 27. Avaliação da Implementação, Eficácia e Eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)			●														Janeiro 2018
	Inclusão Social e Emprego — 28. Avaliação do Impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)			●														Fevereiro 2021
	Inclusão Social e Emprego — 29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social		●	●	●					●	●							Fevereiro 2022
	Inclusão Social e Emprego — 31. Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)				●		●	●	●	●	●	●	●					Novembro 2015
	Inclusão Social e Emprego — 50. Avaliação do impacto das medidas de emprego apoiadas pelo Madeira 14-20												●					Janeiro 2022
	Capital Humano — 32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada				●		●	●	●									Dezembro 2018
	Capital Humano — 34. A) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos (Lote 1)				●	●				●	●	●	●					Março 2022
	Capital Humano — 34. B) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados (Lote 2)		●	●	●		●	●	●	●	●	●	●					Março 2022
	Capital Humano — 35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens				●		●	●	●	●	●	●	●					Abril 2021
	Capital Humano — 36. Avaliação o contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior			●	●													Março 2022
	Capital Humano — 51. Avaliação temática de impacto sobre as medidas de apoio à Digitalização da Educação				●		●	●	●		●							Em curso
	Sustentabilidade — 38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono					●	●	●	●	●	●	●	●					Dezembro 2020
	Sustentabilidade — 39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas					●								●	●	●	●	Em curso
	Sustentabilidade — 40. Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)					●	●	●	●	●	●	●	●					Novembro 2015
	Outras — 41. Avaliação da aplicação de Custos Simplificados		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		Maio 2021
Territoriais	42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial		●	●	●	●	●	●	●	●	●							Dezembro 2019
	43. Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais			●		●	●	●	●	●	●			●	●	●	●	Julho 2022
	46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)			●						●	●							Agosto 2019
	48. Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)						●	●	●	●	●	●	●					Agosto 2015

Avaliações Globais

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO MACROECONÓMICO DO PORTUGAL 2020		
Objetivo(s)		– A presente avaliação visa estimar os impactos macroeconómicos da implementação do Portugal 2020, considerando diferentes horizontes temporais – curto, médio e longo prazo – e diferentes dimensões espaciais – quer para o país quer para as suas regiões, com a desagregação territorial ao nível das NUTS II. – A avaliação visa ainda tomar em consideração o período de programação do QREN, partindo dos respetivos impactos macroeconómicos para uma análise conjugada e comparada dos efeitos dos dois períodos de programação.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Global
Âmbito	Programático	Todos os programas do PT2020/QREN
	Territorial	Portugal
	Temático	PT2020
	Temporal	QREN e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**QA1.** Qual o impacto do PT2020 no PIB? **QA2.** Qual o impacto macroeconómico do Portugal 2020 nas Regiões NUTS II de Portugal? (considerando as variáveis aplicáveis previstas na QA1)?
Método(s)		Modelos de previsão macroeconómicos
Procedimento de contratação		Consulta prévia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, GPEARI do Ministério das Finanças, 5 CCDR, Instituto do Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR-RAM) e Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE-RAA), Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), representantes do CES – Conselho Económico e Social (CGTP e UGT)
Duração prevista Preço base		180 dias 70 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Universidade do Porto – Faculdade de Economia do Porto e Centro de Economia e Finanças da UP
Coordenador(es)		Pedro Mazeda Gil
Preço contratado		63 mil euros
Data de início / Final / Duração		17-07-2020 / 21-09-2021 / 1 ano e 2 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Simulação através de modelo QUEST III da Comissão Europeia, para estimar os impactos a nível nacional – Simulação através de modelo RHOMOLO da Comissão Europeia, para estimar os impactos ao nível das regiões
	Técnicas de recolha de informação	– Tratamento prévio das bases de dados disponibilizadas, aplicando a seguinte categorização prévia às simulações: i) fundo comunitário; ii) grupo de intervenção; iii) instrumento-choque de política; iv) atividade económica; v) região NUTS II
	Informação de suporte	– Dados compilados pela AD&C relativos à execução (fundo e despesa pública) dos FEEI (FC, FEDER, FSE, FEAMP, FEADER) para: ○ o período do QREN ○ o período 2014-2019 do PT2020 e projeção da execução anual dos FEEI (fundo e despesa pública) para o período 2020-2023 – Todos os dados disponibilizados incluem a seguinte categorização: Fundo, região NUTS II e CAE
Follow -up	n.a. (o estudo não previa recomendações)	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – A utilização de dois modelos macroeconómicos dinâmicos de equilíbrio geral desenvolvidos pela Comissão Europeia – o QUEST III para o plano nacional e o RHOMOLO para a escala regional – apresenta-se como uma das principais mais-valias do estudo, porque correspondem aos modelos *state of the art* para simulação macroeconómica comumente utilizados no espaço da União Europeia. Os impactos dos FEEI foram estimados através de simulação numérica (variação face a um cenário sem intervenção) sobre os principais agregados e as principais variáveis macroeconómicas, quer ao nível nacional, quer ao nível das regiões, num horizonte temporal até 50 anos após o PT2020. – A realização de um exercício comparado, a partir da aplicação dos mesmos modelos e metodologia de simulação, ao período de programação anterior (QREN), assim como a análise do contributo dos FEEI para "amortecer" os impactos de choques externos adversos sobre a economia portuguesa (ex. pandemia COVID) constituem uma mais-valia adicional.

		Em síntese: – Os resultados estimados atestam os efeitos positivos dos FEEI na economia portuguesa, quer sobre o PIB, Produtividade, Emprego, Salários e Exportações (embora a pressão da procura agregada sobre as importações condicione a evolução da Balança de Bens e Serviços), quer na redução das disparidades regionais. – Os principais *drivers* do crescimento económico impulsionados pelos FEEI são o aumento do capital humano, o investimento público em infraestruturas produtivas e de transportes e o investimento em I&D, inovação e competitividade internacional.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Explorar, no quadro de aplicação do modelo QUEST, novas formas de identificação dos choques (leque mais variado de choques, mapeamento mais fino entre investimentos e tipo de choque) e pressupostos de persistência e natureza estrutural dos mesmos. **Pista 2:** Desenvolver estudos que permitam calibrar os modelos e validar os seus pressupostos – por exemplo, no que respeita à efetiva transferência para o contexto de trabalho do conhecimento adquirido em formação, a equivalência entre volume de formação de trabalhadores e anos de escolaridade formal, ou o *matching* entre competências adquiridas e a procura no mercado de trabalho.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Necessidade de envolvimento, desde a fase de desenho do caderno de encargos, das demais entidades de coordenação dos FEEI, designadamente as entidades que coordenam o FEADER (GPP) e FEAMP (DGPM), para a consolidação das bases de dados do Portugal 2020 a disponibilizar aos avaliadores e melhor acompanhamento dos trabalhos. **Pista 2:** Mais-valia do envolvimento do GPEARI enquanto entidade com responsabilidades e experiência na realização de estudos similares e na utilização dos modelos utlizados no estudo, que muito contribuiu para o robustecimento da apreciação técnica da qualidade dos relatórios.

5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar		
Objetivo(s)		É objetivo do presente exercício avaliar a implementação dos instrumentos de apoio dos FEEI no âmbito do ITI Mar e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas/desejadas, estimando o impacto da intervenção face os objetivos prosseguidos pela política pública que enquadra esta intervenção. Pretende-se, mais concretamente: – Avaliar os impactos, resultados e realizações, se e quando possível, dos FEEI nos objetivos da ENM 2013-2020 (nos 5 objetivos macro e nos objetivos e efeitos das Áreas Programáticas e Programas de Ação); – Avaliar o contributo dos FEEI na área do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020; – Avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI em gestão partilhada em Portugal, para a concretização do Plano de Ação da EMUEAA (Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise, dos exercícios de avaliação intercalar dos PO)
	Incidência	Global
Âmbito	Programático	Conjunto dos programas dos Fundos da Coesão – FEDER, Fundo de Coesão e FSE – e do FEAMP
	Territorial	Portugal
	Temático	Conjunto dos programas dos Fundos da Coesão – FEDER, Fundo de Coesão e FSE – e do FEAMP
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia, Impacto e Sustentabilidade** **QA1.** Em que medida os resultados das intervenções do FEEI na área do Mar (ITI Mar) estão a contribuir para os objetivos definidos na ENM 2013-2020? **Valor Acrescentado Europeu** **QA2.** Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus para a concretização dos objetivos da ENM? **Eficiência operativa** **QA3.** Em que medida o modelo e os mecanismos de gestão do ITI Mar facilitam o cumprimento dos objetivos para que foi incluído no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Europeu da União Europeia
Entidade responsável		DGPM
Grupo de Acompanhamento		DGPM, AD&C, AG dos Programas do PT2020 e Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, CES e outras Entidades Públicas relevantes na área, a serem convidadas pela entidade coordenadora a título não permanente
Duração prevista		260 dias
Preço base		190 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Paulo Madruga, Sandra Primitivo
Preço contratado		181 980 euros
Data de início / Final / Duração		17-09-2021 / *em curso*

Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– –
	Técnicas de recolha de informação	– – – – –
	Informação de suporte	–
Follow-up	Número de recomendações	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

6. META-AVALIAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO PORTUGAL 2020		
Objetivo(s)		Avaliar a qualidade e o rigor dos processos, dos resultados e dos produtos das avaliações do Portugal 2020 contribuindo para: qualificar as avaliações subsequentes; acrescentar valor às competências das entidades adjudicantes e dos avaliadores; fortalecer uma cultura de avaliação tecnicamente exigente.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Meta-avaliação
	Incidência	Global
Âmbito	Programático	Todos os programas PT2020
	Territorial	Portugal
	Temático	n.a.
	Temporal	Processos, resultados e produtos das avaliações do PT2020
Critérios e Questões de avaliação		– Relativa à fase de realização, questões sobre a: – adequação e rigor dos métodos para resposta às questões de avaliação; – pertinência da informação utilizada, rigor das técnicas de recolha e tratamento da informação; – fiabilidade da informação tratada; – nível da diversidade da inquirição de atores e *stakeholders* com diferentes perspetivas sobre as avaliações; – dinamização do grupo de acompanhamento e qualidade e utilidade dos respetivos pareceres; cumprimento dos tempos de realização. – Sobre os resultados das avaliações, questões sobre a: – qualidade dos produtos das avaliações e conformidade com os TdR; o grau relevância, rigor da fundamentação, e utilidade das conclusões e recomendações. – Sobre a divulgação de resultados, questões sobre: o nível de difusão dos resultados; a diversidade e adequação de produtos e ações de divulgação a públicos específicos. Sobre os mecanismos de monitorização das recomendações (*follow-up*): – questões sobre: os instrumentos criados para a monitorização das recomendações; – as alterações (melhorias) introduzidas nos programas/políticas na sequência das avaliações.
Método(s)		Metodologias específicas para as meta-avaliações (avaliação de avaliações)
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AD&C

Avaliações Globais

Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG dos Programas com avaliações objeto da meta-avaliação
Duração prevista		2 semestres
Preço base		100 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		COM – uma vez que o Helpdesk das Unidades de Avaliação da DG Regio e DG Emprego fizeram um trabalho de análise das avaliações realizadas pelos Estados Membros, essa análise e discussão com a Rede de Monotorização e Avaliação corresponderá a esta meta-avaliação.
Coordenador(es)		
Preço contratado		n.a.
Data de início / Final / Duração		23-03-2023 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	
	Técnicas de recolha de informação	
	Informação de suporte	
Follow-up	Número de recomendações	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

Avaliações de Programa

7. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização		
Objetivo(s)		Aferir, em função do contexto real de implementação, a eficácia, eficiência e impacto do Programa atuais e futuros, por Eixo Prioritário. Determinar de que forma os FEEI contribuíram para os objetivos de cada Eixo Prioritário atuais e futuros, e identificar o contributo do Programa para a realização da estratégia da União Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, atuais e futuros, permitindo o aprofundamento de algumas áreas estratégicas e a identificação de linhas de orientação programáticas para um novo período de programação. Avaliar se os instrumentos de apoio, o modelo de governação e política de comunicação, bem como as opções programáticas seguidas são as que permitem a maximização dos resultados.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO CI
	Territorial	Área Geográfica do PO CI: Norte, Centro e Alentejo (projetos financiados pelo FEDER e FSE) e Norte, Centro, Alentejo, Lisboa, Algarve e RA Açores (projetos financiados pelo FC)
	Temático	Eixos I a VI do PO CI e POR
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO (incluindo o Eixo da Assistência Técnica) foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? – Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – No Eixo da Assistência Técnica como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros ao desenvolvimento das tarefas acometidas à Autoridade de Gestão? **Impacto e Sustentabilidade** **QA3.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – A concretização das prioridades de investimento está a contribuir efetivamente para os objetivos da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? – Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão territorial (convergência das regiões Norte, Centro e Alentejo)? Que fatores determinam o nível de impacto sobre o desenvolvimento territorial? Como potenciar este impacto? (impacto) **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre as intervenções do PO? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI (designadamente via PO Temáticos) e outros instrumentos de política regional/setorial?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, Avaliação de Impacto Contrafactual e outros
Procedimento de contratação		Concurso público
Entidade responsável		AG do PO CI

Grupo de Acompanhamento		AG do PO CI, AD&C, AG dos PO Regionais e Organismos Intermédios
Duração prevista		2 semestres
Preço base		150 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		
Preço contratado		145 502 euros
Data de início / Final / Duração		1-09-2022 /*em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	–
	Técnicas de recolha de informação	– – – – – –
	Informação de suporte	–

8. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego		
Objetivo(s)		**Objetivos globais:** – Aferir a eficácia, eficiência e impacto do Programa, atuais e futuros, por Eixo Prioritário. – Determinar o contributo dos FEEI, atuais e futuros, para os objetivos de cada Eixo Prioritário. – Identificar o contributo do Programa, atual e futuro, para a realização da estratégia da União Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. **Objetivos específicos:** – Identificar os progressos alcançados na realização dos objetivos do Programa passíveis de identificar até 2020. – Identificar se se encontram reunidas as condições para o cumprimento dos objetivos, em 2022. – Da mudança ocorrida até 2020, relativamente aos objetivos do Programa, identificar a componente que pode ser atribuída ao programa. – Identificar o contributo dos objetivos do Programa alcançados até 2020 para a estratégia da União Europeia. – Identificar em que medida o Programa contribuirá para a realização da estratégia da União Europeia. – Avaliar a eficiência das intervenções do Programa face às realizações e aos resultados obtidos. – Verificar a existência de alterações de contexto que justifiquem alterações no Programa. – Identificar as causas para eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos do Programa e possíveis constrangimentos ao alcance destes. – Propor soluções para melhorar a eficácia, eficiência e impacto do Programa. – Identificar e justificar as áreas que necessitam mais de uma avaliação posterior. – Identificar necessidades de informação para melhorar os processos avaliativos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO ISE
	Territorial	Área Geográfica do PO ISE
	Temático	Eixos I a IV do PO ISE
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO (incluindo o Eixo da Assistência Técnica) foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? – Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

		– Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – No Eixo da Assistência Técnica como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros ao desenvolvimento das tarefas acometidas à Autoridade de Gestão? **Impacto e Sustentabilidade** **QA3.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – A concretização das prioridades de investimento está a contribuir efetivamente para os objetivos da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? – Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão territorial? **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? – Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre as intervenções do PO? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI (designadamente via PO Temáticos) e outros instrumentos de política regional/setorial?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações temáticas já efetuadas)
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AG do PO ISE
Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG do PO CI, do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, INE, representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CIP e CCP), GEE do Ministério da Economia, agências públicas: IAPMEI; ANI; AICEP; Turismo de Portugal, I.P.
Duração prevista		365 dias
Preço base		195 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Consórcio IESE / ISCTE-IUL / PPLL Consult
Coordenador(es)		Luís Capucha e Rui Godinho
Preço contratado		174 825 euros
Data de início / Final / Duração		16-10-2021 / 30-11-2022 / 1 ano e 1 mês
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria (Teoria da Mudança) + Análise de Impacto Contrafactual (*Coarsened Exact Matching*) Meta-Análise
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** Estrutura de Missão do Programa Escolhas; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); Entidade coordenadora da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) e da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT); EMIG – Estrutura de Missão para a Igualdade de Género; FORMEM - Federação Portuguesa da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência e Incapacidade; CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada; CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; IEFP, I.P.; PO ISE; CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.; ACM - Alto Comissariado para as Migrações; Quaternaire Portugal (Entidade responsável pela Avaliação das Medidas de Inovação Social) – **Inquéritos** ○ **Entidades Beneficiárias das TO objeto da opção de aprofundamento 2.1** – Universo: 945; Respostas válidas: 413 ○ **Entidades beneficiárias da TO 3.01 (Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)** - Universo: 136; Respostas válidas: 38 ○ **Pessoas com deficiência e ou incapacidade apoiadas pela TO 3.01 e TO 3.02** – Universo: 2.332; Respostas válidas: 410 ○ **Entidades empregadoras apoiadas pela TO 3.02** – Universo: 1.882; Respostas válidas: 172 ○ **Entidades beneficiárias de TO 3.17 (violência de género/doméstica)** – Universo: 81; Respostas válidas: 38 ○ **entidades promotoras e entidades parceiras da TO 3.11 (Programa Escolhas)** – Universo: 93; Respostas válidas: 75

		– **Estudos de caso:** ○ **Deficiência – qualificação e apoio ao emprego** – 3 Estudos de caso (Norte, Centro e Alentejo), incluindo recolha documental e entrevistas a entidade beneficiária, a empresas empregadoras e a pessoas com deficiência e ou incapacidade ○ **Programa Escolhas** – 6 Estudos de Caso, incluindo recolha documental e entrevistas coordenadora do projeto e (ex)beneficiários / (ex)participantes ○ **Violência de género/doméstica** – 5 Estudos de Caso, incluindo recolha documental e entrevistas a entidade beneficiária e entrevistas biográficas a utentes vítimas – ***Workshop* de Validação Metodológica (4 sessões)** – Polícia de Segurança Pública, APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, PO ISE, Programa Escolhas, peritos da área, IEFP, CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
	Informação de suporte	– Sistema de informação PO ISE – Fontes estatísticas nacionais (IEFP; DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; INE - Instituto Nacional de Estatística; ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.) – Base de dados Programa Escolhas

9. AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL CAPITAL HUMANO		
Objetivo(s)		– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial das Região menos desenvolvidas. – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO. – Avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO CH
	Territorial	Área Geográfica do PO CH
	Temático	Eixos I a V do PO CH
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO (incluindo o Eixo da Assistência Técnica) foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? – Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – No Eixo da Assistência Técnica como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros ao desenvolvimento das tarefas acometidas à Autoridade de Gestão? **Impacto e Sustentabilidade** **QA3.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – A concretização das prioridades de investimento está a contribuir efetivamente para os objetivos da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? – Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão territorial e social, em particular no que diz respeito à mitigação de desigualdades ou promoção de igualdade de oportunidades? **Valor Acrescentado Europeu**

		QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? – Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre as intervenções do PO? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI e outros instrumentos de política regional/setorial, nomeadamente no que diz respeito à articulação entre PO Temáticos e Regionais? Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável e pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações temáticas já efetuadas)
Procedimento de contratação		Concurso público
Entidade responsável		AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento		AG do PO CH, AD&C, ANQEP, IEFP, FCT, Direção-Geral Educação, Direção-Geral Ensino Superior, Instituto Gestão Financeira Educação, DGEEC, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assoc. Nacional Escolas Profissionais, Assoc. Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Conselho Nacional Educação, Representantes CES
Duração prevista		365 dias
Preço base		100 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.
Coordenador(es)		António Figueiredo
Preço contratado		92 720 euros
Data de início / Final / Duração		29-12-2021 / 27-12-2022 / 1 ano
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	Avaliação Baseada na Teoria, Teoria da Mudança (TdM), racional da Avaliação Realista Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Inquérito às entidades beneficiárias (CQEP / CQ):** Universo: 219 entidades apoiadas; 121 respostas válidas. – **Inquérito aos destinatários finais.** Inquérito dirigido à totalidade dos destinatários finais abrangidos. Respostas válidas, por tipologia: ○ Universo: 247.854; Respostas válidas: 221 dos **Cursos Profissionais,** ○ Universo: 38.242; Respostas válidas:111 dos **Cursos de Aprendizagem,** ○ Universo: 6.591; Respostas válidas: 129 dos **Cursos Técnicos Superiores Profissionais,** ○ Universo: 51.878; Respostas válidas:229 dos **EFA,** ○ Universo: 388.691; Respostas válidas:219 dos **CQEP/ CQ,** ○ Universo: 116.067; Respostas válidas: 269 das **Bolsas ensino superior** ○ Universo: 4.316; Respostas válidas:213 das **Bolsas de doutoramento e pós-doutoramento,** ○ Universo: 65.457; Respostas válidas: 463 da **Formação contínua de professores e gestores escolares,** ○ Universo: 307; Respostas válidas:164 **psicólogos dos SPO** – **Entrevistas:** AG PO CH, POR, AG PO CI, AG PO ISE, OI, DGES, FCT, CCISP, DGE, IEFP, Ciência Viva, PNPSE – **1 Estudo de Caso: Assistência Técnica do POCH** – análise documental, entrevista AG PO CH, reunião de trabalho com os principais responsáveis da estrutura da assistência técnica. – **6 *Focus Group*:** ○ **FG1** (substituído por entrevista) – responsáveis avaliações temáticas; ○ **FG2** – Entidades responsáveis TeSP; ○ **FG3** – Responsáveis e/ou técnicos de Centros Qualifica; ○ **FG4** - Direção e equipas pedagógicas de agrupamentos de escolas, escolas não agrupadas, escolas profissionais e Centros de Formação do IEFP com oferta de cursos de dupla certificação de nível ISCED 4; ○ **FG5** – Alunos que frequentam cursos de dupla certificação; ○ **FG6** – AG e *staff* técnico de PO CH e de PO – **Análise documental e do Sistema de Informação** – **3 Workshops:** 2 de validação e enriquecimento metodológico da Teoria da Mudança; 1 para validação de Conclusões e Recomendações
	Informação de suporte	– Sistema de Informação do PO CH - candidaturas, projetos aprovados, compromissos, execução e pagamentos e indicadores de execução física e financeira

		– Avaliações realizadas no âmbito do PGA PT2020 – Bibliografia
Lições aprendidas	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Destacar a importância das medidas apoiadas por quantificar o seu custo/benefício, reforçando a evidência para a tomada de decisões políticas. **Pista 2:** Investigar os facilitadores e as barreiras que simplificam ou condicionam a adesão às intervenções e atividades no âmbito da cooperação transnacional.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Tornar o processo avaliativo contínuo, de forma a poder adaptar as medidas ao contexto durante a implementação do Programa. (Avaliação *on going* e *ex post*) **Pista 2:** Associar a cada avaliação uma estratégia de comunicação, desde o início do Programa, para disseminar e promover as ações financiadas, e o Programa, de uma forma eficaz e eficiente e em contínuo. **Pista 3:** Melhorar o processo de comunicação e divulgação dos apoios junto dos beneficiários e destinatários das ações financiadas.

10. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos		
Objetivo(s)		A presente avaliação visa identificar e explicar o contributo do PO para os resultados esperados nos OE de cada PI mobilizada em cada um dos seus Eixos Prioritários. Mais concretamente, é objetivo do presente exercício: – Aferir a eficácia e eficiência do Programa, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitem explicar os níveis de progresso observados; – Identificar o contributo (verificado e expectável) do programa para os objetivos das políticas setoriais às quais as intervenções se encontram subordinadas e para a concretização da Estratégia da União Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão territorial; Avaliar de que forma as intervenções apoiadas pelo POSEUR contribuem para o princípio do desenvolvimento sustentável e garantem a sustentabilidade dos resultados das intervenções nos setores e nos territórios; – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do POSEUR; – Avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO SEUR
	Territorial	Área Geográfica do PO SEUR
	Temático	Eixos I, II, III e IV do PO SEUR
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados esperados/observados? – No caso do Eixo IV – Assistência Técnica, considerando a trajetória das realizações e dos resultados esperados, traduzidos pelos indicadores previstos na programação ou outros considerados relevantes, as metas definidas para o objetivo deste eixo têm condições para ser atingidas? – Os indicadores de realização e de resultado do PO SEUR cobrem de forma adequada e suficiente os principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir o desempenho do Programa? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – No Eixo IV Assistência Técnica do Programa, como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir neste Eixo, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros que se verificou para o desenvolvimento das tarefas acometidas à Autoridade de Gestão? **Eficiência Operativa** **QA3.** De que forma os mecanismos inovadores introduzidos no modelo de governação do período de programação 2014-2020 contribuíram para a eficiência no processo de implementação do PO SEUR?

	– A simplificação administrativa, como um dos vetores da redução dos custos públicos de contexto, traduziu-se num mecanismo facilitador para a implementação das operações, nomeadamente no que respeita à verificação da conformidade com legislação ambiental e instrumentos de gestão territorial? – A concretização do princípio da orientação para resultados na contratualização de metas de indicadores e resultados ao nível das operações tem contribuído para garantir o cumprimento: i) dos objetivos das operações; ii) dos objetivos específicos do PO? **Impacto/sustentabilidade** **QA4.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – Em que medida os resultados das intervenções estão a contribuir para os objetivos das políticas públicas setoriais, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus, nomeadamente aqueles com tradução na Estratégia da União? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo Programa? E em que domínios o seu contributo é menor? – De que forma as intervenções apoiadas contribuíram para a coesão territorial? **Valor acrescentado europeu** **QA5.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? **Relevância/Coerência:** **QA6.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente às prioridades da política pública nacional e permite alcançar os resultados previstos, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções avaliadas e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território ou entre as operações? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI e outros instrumentos de política nacional/setorial? *Nota: resposta às QA deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável e pelo objetivo da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tendo em conta o princípio do poluidor-pagador.*
Método(s)	– Métodos de avaliação de impacto a definir pela equipa de avaliação – Meta-análise
Procedimento de contratação	Concurso Público
Entidade responsável	AG do PO SEUR
Grupo de Acompanhamento	AG do PO SEUR; AD&C; APA - Agência Portuguesa de Ambiente; ICNF - Instituo Nacional de Conservação da Natureza e Florestas; ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; IDR - Instituto de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira, I.P.; Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais / Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente (DROTA) da Região Autónoma Madeira (RAM); Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas da Região Autónoma Madeira (RAM); CES
Duração prevista	304 Dias
Preço base	136 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	Consórcio 3Drivers / Systemic Sphere
Coordenador(es)	António Lorena
Preço contratado	121 670 euros
Data de início / Final / Duração	25-10-2022 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*	
Metodologia e Fontes de informação – Abordagem	–
Metodologia e Fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– – – –
Metodologia e Fontes de informação – Informação de suporte	–

	11. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
Objetivo(s)	**Objetivos globais:** Contribuir para melhorar a estratégia e os objetivos do NORTE 2020 através da avaliação da relevância e coerência, da eficácia e da eficiência na implementação do programa, bem como da avaliação dos impactos potenciais da execução do NORTE 2020 no desenvolvimento socioeconómico da Região do Norte. **Objetivos específicos:**

		– Avaliar a relevância e a coerência da estratégia definida no NORTE 2020, tendo em consideração os problemas estruturais da Região do Norte, bem como a evolução conjuntural entretanto ocorrida; – Analisar em que medida as recomendações de exercícios de avaliação anteriores de implementação ou temáticas do PT2020 têm sido consideradas na gestão do NORTE 2020; – Verificar a pertinência das prioridades de investimento e dos objetivos específicos definidos na programação face à evolução da conjuntura económica, social e territorial da Região do Norte; – Avaliar a adequação, pertinência e grau de cumprimento das metas estabelecidas nos diversos objetivos específicos do programa analisando, ainda, a relação das metas com os custos de investimento associados, por forma a aferir da sua eficiência.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Norte
	Territorial	Área Geográfica do PO Norte
	Temático	Eixos I a X do PO Norte
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância/Coerência Interna e Externa** **QA1.** O NORTE 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do território? – Houve mudanças de contexto que justifiquem alterações nos objetivos da intervenção? – As atividades e os resultados permitem alcançar os objetivos de uma forma lógica? – Existem complementaridades, sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada? E entre outras intervenções no Âmbito dos FEEI a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território? **Eficácia** **QA2.** Os objetivos previstos no NORTE 2020 foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do programa e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – O programa está a alcançar os seus objetivos específicos (por Eixo Prioritário) ou irá alcançá-los no futuro através das realizações previstas nas operações aprovadas? Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos da intervenção? – Como é que as intervenções causaram essa mudança? (Avaliação Baseada na Teoria) – Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados? Ocorreram efeitos imprevistos (positivos ou negativos)? O que pode explicar os eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos? – O que pode ser feito para que o programa possa ser mais eficaz? **Eficiência** **QA3.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo NORTE 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – As realizações da intervenção foram alcançadas com o mínimo de recursos? Os resultados da intervenção foram alcançados com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado maiores ou melhores resultados com os mesmos recursos? – A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis? – Foram desenvolvidos os procedimentos mais adequados na gestão do programa para o cumprimento dos objetivos? (Eficiência operativa) **Impacto / Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** De que forma está o NORTE 2020 a contribuir para os objetivos da Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? Qual o valor acrescentado europeu na implementação do NORTE 2020 e nos seus resultados? – Quais são (e quais podem vir a ser) os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico, nomeadamente no contributo para a Estratégia da União Europeia (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)? – Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos efeitos globais? O que pode explicar os eventuais desvios ao que era expectável? – Como é que a intervenção causou (ou poderá vir a causar) essa mudança no contexto socioeconómico? (Avaliação Baseada na Teoria: Teoria da Mudança) – Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? Em que medida as intervenções são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? **Estratégia de Comunicação** **QA5.** A execução da Estratégia de Comunicação (EC) do NORTE 2020, aprovada em julho de 2015, tem sido permanentemente monitorizada pela estrutura de gestão. Este exercício permitiu rever, em fevereiro de 2019, os indicadores estabelecidos. – Os objetivos da EC têm sido prosseguidos e as ações de comunicação, nas diferentes dimensões "grandes ações", "ações complementares" e "ações regulares" têm sido implementadas? A sua implementação continua ajustada a todos os públicos-alvo do PO?

		– Os indicadores revistos de realização e de impacto têm sido alcançados? Que medidas podem ser implementadas para potenciar estes resultados no próximo período de programação? – Em matéria de verificação das regras de Imagem e Publicidade, qual o grau de cumprimento dos beneficiários e de que forma a execução das regras de comunicação poderão ter uma maior realização no próximo período de programação?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas)
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público
Entidade responsável		AG do PO NORTE
Grupo de Acompanhamento		AG do PO Norte, AD&C, CIM/AMP, DLBC e Serviços regionalmente desconcentrado
Duração prevista		1 semestre
Preço base		75 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		CEDRU
Coordenador(es)		Sérgio Barroso e Sandra Primitivo
Preço contratado		89 mil euros
Data de início / Final / Duração		22-06-2022 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	–
	Técnicas de recolha de informação	– – – – –
	Informação de suporte	–

12. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020		
Objetivo(s)		– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região do Centro. – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO. – Avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Centro
	Territorial	Área Geográfica do PO Centro
	Temático	Eixos I a X do PO Centro
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? – Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente?

		Impacto e Sustentabilidade **QA3.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – A concretização das prioridades de investimento está a contribuir efetivamente para os objetivos da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? – Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão da região? Como evoluiu o posicionamento da região face ao país, em função da intervenção do PO? **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? – Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre as intervenções do PO? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI (designadamente via PO Temáticos) e outros instrumentos de política regional/setorial?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas)
Procedimento de contratação		Concursos Público
Entidade responsável		AG do PO CENTRO
Grupo de Acompanhamento		AG PO Centro, AD&C, dois representantes CIM, dois representantes GAL, OI dos Sistemas de Incentivos, CES
Duração prevista		270 dias
Preço base		120 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		CEDRU
Coordenador(es)		Heitor Gomes e Sandra Primitivo
Preço contratado		112 060 euros
Data de início / Final / Duração		20-10-2021 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	–
	Técnicas de recolha de informação	– – –
	Informação de suporte	– – –

13. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020		
Objetivo(s)		– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região do Alentejo. – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO. – Avaliar a relevância e coerência da configuração do Alentejo 2020 face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)

Tipo de avaliação, por:	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Alentejo
	Territorial	Área Geográfica do PO Alentejo
	Temático	Eixos I a X do PO Alentejo
	Temporal	PT 2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do Alentejo 2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo Programa foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do Programa para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do Programa no cumprimento desses objetivos? – Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado (incluindo a análise do sistema de indicadores do programa, identificando situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e indicando situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa)? O perfil de execução corresponde ao esperado? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Alentejo 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – A implementação do Programa permitiu uma aplicação eficiente dos recursos disponíveis? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – Seria possível obter atingir os objetivos do Programa com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? – Os resultados alcançados respondem de forma adequada aos principais estrangulamentos e aos objetivos fixados? **Impacto e Sustentabilidade** **QA3.** De que forma o processo de implementação do Alentejo 2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? E para o reforço da coesão territorial? – Os resultados do Programa são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo Programa? E em que domínios o seu contributo é menor? – O Programa está a contribuir para o reforço da coesão territorial da região? Como evoluiu o posicionamento de cada sub-região NUT III e da região face ao país, em função da intervenção do Programa? – Qual o impacto da contratualização na execução do Programa? – De que forma está a ser feita a articulação do Programa com os apoios dos outros Fundos (FEADER, FEAMP, FC)? Complementam-se? Como operacionalizar no futuro? – Os modelos de implementação/governação criados para responder às especificidades da Região, nomeadamente nas abordagens territoriais foram adequadas? As intervenções integradas produziram resultados distintos dos que se obteriam com operações isoladas? (eficiência) – Verificaram-se fatores externos que influenciaram o alcance dos resultados? **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do Alentejo 2020 e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo Programa são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? – Quais as áreas de intervenção do Programa onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** O Alentejo 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O Programa está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do Programa evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do Programa? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre essas intervenções? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI (designadamente via PO Temáticos) e outros instrumentos de política regional/setorial? – O modelo de governação/gestão de cada um dos fundos do programa (FEDER e FSE) garante a utilização complementar nas operações e a potenciação dos apoios?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas)
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia

Entidade responsável		AG do PO ALENTEJO
Grupo de Acompanhamento		AG do PO Alentejo, AD&C, CIM, IAPMEI, TP, AICEP, FCT, ANI, representante GAL (a designar por Minha Terra), representante CES
Duração prevista		270 dias
Preço base		100 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		CEDRU
Coordenador(es)		Sérgio Barroso e Catarina Pereira
Preço contratado		89 740 euros
Data de início / Final / Duração		06-07-2021 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	–
	Técnicas de recolha de informação	– – –
	Informação de suporte	– – –

14. AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA 2020		
Objetivo(s)		– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região da Área Metropolitana de Lisboa. – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO. – Avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Lisboa
	Territorial	Área Geográfica do PO Lisboa
	Temático	Eixos I a IX do PO Lisboa
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Tendo em conta as áreas críticas definidas na programação do PO, os objetivos foram alcançados? Qual o contributo do PO para o cumprimento dos objetivos estabelecidos? E como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização de resultado? Qual a sua execução face aos objetivos do programa? O perfil de execução corresponde ao esperado? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO Lisboa, atendendo o ao nível de realização do programa no quadro da execução global da programação do PT2020 o à análise da execução eixo a eixo do programa indicando os principais desvios o à análise do sistema de indicadores do programa, identificando situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e indicando situações de desvio significativo face aos pressupostos no próprio programa e, o quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. **Eficiência** **QA2.** Teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Os custos-padrão utlizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, face às prioridades de investimento mobilizadas e às metas fixadas? – Os resultados alcançados respondem de forma adequada aos principais estrangulamentos e aos objetivos fixados de acordo com a tabela que define as "Opções de aprofundamento analítico a realizar por Objetivo Específico" (Anexo IV do CE) **Eficiência Operativa**

	QA3. De que forma o processo de implementação do PO/PT2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? – Quais as principais conclusões e recomendações do processo de implementação do PO/PT2020? De que forma foram integradas no processo de aprovações? Qual o impacto da contratualização na execução do PO? – De que forma está a ser feita a articulação do PO com os Fundos (FEADER, FEAMP, FC)? Complementam-se? Respondem às necessidades/lacunas motivadas pelas reduzidas verbas FEDER/FSE? – Os modelos de implementação/governação criados para responder às especificidades da região, nomeadamente nas abordagens territoriais (PARU, PAMUS e PAICD), foram adequadas, face ao estatuto em relação aos FEEI e às limitações das verbas? Podem ser tiradas lições gerais em contexto de simplificação, de autonomia regional ou outra? Em particular nos PEDU, as intervenções integradas produziram resultados distintos dos que se obteriam com intervenções isoladas? **Impacto e Sustentabilidade** **QA4.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos do PT2020, considerando a Estratégia da União e a estratégia regional e para o reforço da coesão territorial? – Qual o impacto global do PO até à data nas principais variáveis ligadas às prioridades do PT2020/estratégia regional no curto, médio e longo prazo? Qual o contributo do PO que se espera para os objetivos PT2020/estratégia regional? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão na região? Como evoluiu o posicionamento da região face ao país, em função da intervenção do PO? E face às suas congéneres europeias? **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? Quais as áreas de intervenção com maior Valor Acrescentado Europeu? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA6.** O PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa, o contexto da recente reprogramação efetuada, e considerando as prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o POR Lisboa mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? – Até que ponto o modelo de governação/gestão de cada um dos programas/fundos garante a utilização complementar em relação às intervenções do FEDER e do FSE?
Método(s)	Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas)
Procedimento de contratação	Consulta Prévia
Entidade responsável	AG do PO LISBOA
Grupo de Acompanhamento	AG do PO Lisboa, AD&C, AICEP, IAPMEI, TP, ANI, AML e CES
Duração prevista	270 Dias
Preço base	74 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	EY-Parthenon
Coordenador(es)	Sandra Primitivo
Preço contratado	73 450 euros
Data de início / Final / Duração	23-12-2021 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*	
Metodologia e Fontes de informação – Abordagem	–
Metodologia e Fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– –
Metodologia e Fontes de informação – Informação de suporte	– – –

15. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve	
Objetivo(s)	– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região do Algarve. – Identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO.

		– Avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Algarve
	Territorial	Área Geográfica do PO Algarve
	Temático	Eixos I a IX do PO Algarve
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Tendo em conta as áreas críticas definidas na programação do PO, os objetivos foram alcançados? Qual o contributo do PO para o cumprimento dos objetivos estabelecidos? E como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? **Eficiência** **QA2.** Teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? **Eficiência Operativa** **QA3.** De que forma o processo de implementação do PO/PT2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? **Impacto e Sustentabilidade** **QA4.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos do PT2020, considerando a Estratégia da União e a estratégia regional e para o reforço da coesão territorial? **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA6.** O PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável e pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas)
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AG do PO ALGARVE
Grupo de Acompanhamento		AG do PO Algarve, AD&C, AICEP, IAPMEI, Turismo de Portugal, ANI, Comunidade Intermunicipal do Algarve, CES
Duração prevista		270 dias
Preço base		80 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Sandra Primitivo e Sérgio Barroso
Preço contratado		74 244 euros
Data de início / Final / Duração		08-04-2021 / 26-07-2022 / 1 ano e 4 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança – Meta-Análise
	Técnicas de recolha de informação	– **Recolha documental e de dados** – **2 Inquéritos**. Inquéritos dirigidos à totalidade dos promotores: ○ **Promotores empresariais:** Universo: 575, Amostra (respostas válidas): 260 ○ **Promotores não empresariais:** Universo: 172, Amostra (respostas válidas): 120 – **Entrevistas:** CCDR Algarve; AMAL; Banco Fomento; EMPIS; ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, IP; CCIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; IFRRU – **8 Focus Group:** ○ **FG1 - Teoria da Mudança** (AG PO ALGARVE, IEFP, DGAL, IAPMEI, ADL-Associação Vicentina, AMAL); ○ **FG2 - Articulação de intervenções e fontes de financiamento** (AG PO ALGARVE, Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve, Universidade do Algarve, PO SEUR, PO MAR 2020, PDR 2020, IEFP, Direção Regional de Educação, AMAL, Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste); ○ **FG3 - Competitividade e Inovação** (AG PO ALGARVE, CRIA - Universidade do Algarve, IAPMEI, ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve, Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP), Sparos, Lda., Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, S.A., ANI, Turismo de Portugal, Banco de Fomento); ○ **FG4 - Empreendedorismo Qualificado e Criativo** (AG PO ALGARVE, Universidade do Algarve, IAPMEI, Ocean Quest, Lda., Snido - Unidade Industrial Tecnológica, Banco de Fomento, Ideias Glaciares, Lda., Pausa Coerente, SGPS, S.A, VSM Capital SGPS, S.A., Turismo de Portugal, Nera - Associação Empresarial da Região do Algarve);

		○ **FG5 - Reabilitação Urbana, mobilidade urbana e eficiência nos recursos** (AG PO ALGARVE, Município de Monchique, Município de Albufeira, Município de Tavira, Município de São Brás de Alportel, IFRRU, IMT, AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve , AMAL, Turismo de Portugal); ○ **FG6 e FG7 - Desenvolvimento socioeconómico de base local e Valorização dos recursos endógenos** (AG PO ALGARVE, EMPIS, GAL Urbano - Faro 2020 - Dinâmico e Social (Fundação António Silva Leal), GAL Urbano - Tavira 2020 (Fundação Irene Rolo), GAL Rural - BAIXO GUADIANA 2020 (Associação Terras do Baixo Guadiana), ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve, GAL Costeiro - Sotavento do Algarve (Câmara Municipal de Olhão), GAL Urbano - Silves Cidade 2020 (Associação Vicentina), GAL Rural - INTERIOR DO ALGARVE CENTRAL (Associação In Loco), AMAL, Nera - Associação Empresarial da Região do Algarve, CEAL – Confederação de Empresários do Algarve); ○ **FG8 - Educação e Formação** (AG PO ALGARVE, IEFP, Direção-Geral da Educação, A.N.J.E. - Associação Nacional de Jovens Empresários, Câmara de Comércio e Indústria Luso Alemã, NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve, TP/Escola de Hotelaria) – **5 Estudos de Caso:** ○ **EC1. CRIA START + Projeto de Fomento e Apoio ao Empreendedorismo e à Criação de Novas Empresas Inovadoras** (Universidade do Algarve (em parceria com NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve); ○ **EC 2. Fixação de residentes e atividades nos núcleos urbanos consolidados, reabilitação e revitalização urbana** (Município de Albufeira); ○ **EC 3. EFP - Projetos de Apoio à Contratação, Estágios e Estágios para Adultos** (IEFP); ○ **EC 4. VICENTINA – Rede Regional de Mercados – Requalificação, Gestão e Dinamização (1.ª Fase)** (Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Município Silves, Município Lagos); ○ **EC 5. Dinamização da EDL do DLBC Urbano Tavira 2020** (Fundação Irene Rolo);
	Informação de suporte	– Bases de dados do Sistema de informação do PT2020 e do PO Algarve (Avisos, operações candidatadas e aprovadas, execução, caracterização operações e beneficiários, indicadores realização e resultado, destinatários finais dos IF da TO – Empreendedorismo qualificado e criativo) – Fontes estatísticas (INE) – Avaliações do PGA PT2020

16. Avaliação Intercalar do Programa Operacional dos Açores 2014-2020		
Objetivo(s)		A presente avaliação pretende determinar de que forma os fundos estruturais FEDER e FSE, complementados por recursos financeiros públicos e privados contribuíram para os objetivos gerais da programação e os de cada eixo prioritário e respetivas prioridades de investimento do PO AÇORES 2020. Com este exercício de avaliação do Programa Operacional dos Açores 2020 pretende-se analisar a programação em vigor, os primeiros resultados e impactos do programa, não só no contexto da Estratégia Europeia 2020, mas também no sentido de melhorar a sua eficácia e eficiência, com algum foco no cumprimento de indicadores de realização e resultado, produzindo-se recomendações para a obtenção de mais e melhores resultados no corrente período de programação, mas também algumas linhas de orientação para o futuro.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto e meta análise
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Açores
	Territorial	Área Geográfica do PO Açores
	Temático	Objetivo Temático 1 a 11 do PO Açores
	Temporal	PT 2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? **Eficácia** **QA2.** Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020 (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos proposto no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020? **Eficiência** **QA3.** Os custos padrões utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? **Valor acrescentado europeu** **QA4.** A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo?

		Relevância/Eficácia/Eficiência/Valor Acrescentado Europeu - Avaliação de área crítica **QA5.** Os sistemas de incentivos ao investimento privado, as ações coletivas, os apoios ao empreendedorismo, enquanto instrumentos de uma política pública, estão em linha com as necessidades e com a orientação adequada no quadro dos objetivos de competitividade e crescimento da economia regional? **QA6.** As operações no âmbito da qualificação e do combate ao abandono escolar e ainda no domínio do combate à pobreza e exclusão social são as adequadas à situação regional e perspetivam uma diminuição dos desequilíbrios regionais, face às metas da Estratégia 2020?
Método(s)		Técnicas e metodologias adequadas a cada Questão de Avaliação
Procedimento de contratação		Ajuste Direto com consulta a pelo menos 3 entidades
Entidade responsável		AG do PO AÇORES
Grupo de Acompanhamento		AG do PO Açores, AD&C, OI DREQP, OI DRAIC, OI DRCT
Duração prevista		180 dias
Preço base		65 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.
Coordenador(es)		António Manuel Figueiredo
Preço contratado		63 mil euros
Data de início / Final / Duração		05-12-2019 / 09-11-2021 / 1 ano e 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria (ABT), Teoria da Mudança (TdM), Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **3 inquéritos:** ○ **Adultos abrangidos pela medida 10.3 (Formação modular dupla certificação, RVCC)** – Universo: 814 questionários enviados, 90 respostas válidas (57 respostas no REATIVAR e 27 em cursos Aquisição Básica de Competências) ○ **Jovens abrangidos pela medida 8.1 (Estágios profissionais):** Universo: 5.716 questionários enviados, 1.088 respostas válidas ○ J**ovens que participaram em Cursos Profissionais e PROFIJ:** Universo: 2.646 questionários enviados, 306 respostas válidas (287 nos Cursos Profissionais e 19 e PROFIJ) ○ **Empresas beneficiárias** - Universo: todas as empresas com operações aprovadas (SI I&DT-Projetos de I&DT Empresas: 10 operações, 0 respostas; SI Inovação – Empreendedorismo Projeto Individual: 291 operações , 25 respostas; SI QIPME – Projetos Individuais Internacionalização: 10 operações, 0 respostas; SI QIPME – Projetos Individuais Qualificação e Inovação: 24 operações, 10 respostas; SI QIPME – Vale Inovação: 51 operações, 13 respostas; SI Investimento Empresarial Açores: 690 operações, 185 respostas) – **Entrevistas:** Direção Regional Ciência e Tecnologia; NONAGON - PCT São Miguel; TERINOV – PCT Terceira; Ilhas Valor, SA; INOVA; Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade; SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores; Câmara de Comércio e Industria dos Açores; responsáveis Governo Regional; Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores; Direções Regionais (Obras Públicas e Comunicações, Energia, Ambiente, Transportes, Assuntos do Mar, Educação, Emprego e Qualificação Profissional, Saúde, Solidariedade Social, Segurança Social); Eletricidade dos Açores; Associação de Municípios dos Açores; Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão; Rede Valorizar – **Painéis Temáticos:** Ciência e Tecnologia (Universidade dos Açores, Fundação Gaspar Frutuoso, IMAR – Instituto do Mar, Observatório Turismo dos Açores, DRCT, DRPFE – Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais; Portos dos Açores (Portos dos Açores, SATA Air Açores); Municípios – **2 *Focus Group*:** ○ **Entidades envolvidas na Formação Modular** (INETESE – Instituto para o Ensino e Formação – Açores; NORMA Açores - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.; Euroconsult - Consultores de Engenharia e Gestão, Lda.; Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira, CREAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária); ○ **Representantes comunidade educativa** (Diretores de escola, coordenadores, formadores e alunos) – **3 Estudos de caso:** ○ Sistema Regional de Inovação dos Açores; ○ Sistemas de Incentivos (inclui Inquérito a empresas); ○ Insucesso e Abando Escolar e Pobreza e Exclusão Social (inclui *Focus Group*)
	Informação de suporte	– Sistema de informação do PO Açores – Fontes estatísticas oficiais (INE, DGEEC, Eurostat)

17. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional Madeira 14-20	
Objetivo(s)	– Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos prosseguidos em cada PI. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar os níveis de progresso observados. – Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região Autónoma da Madeira. – Identificar o valor acrescentado europeu associado à implementação e aos resultados do PO.

		– Avaliar a relevância e a coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise)
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO Madeira
	Territorial	Região Autónoma da Madeira
	Temático	Eixos I a XII do PO Madeira
	Temporal	Período QREN e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelo PO (incluindo o Eixo da Assistência Técnica) foram ou têm condições para ser atingidas? – Qual o contributo do PO para o cumprimento desses Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos? – Verificam-se efeitos não esperados? – Que outros fatores contribuem para os resultados esperados/observados? – Como se avalia o PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação. **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – Seria possível atingir os objetivos do PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – No Eixo da Assistência Técnica como se avaliam os resultados atingidos ou a atingir, considerando a alocação de recursos humanos e financeiros ao desenvolvimento das tarefas acometidas à Autoridade de Gestão? **Impacto e Sustentabilidade** **QA3.** De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial? – A concretização das prioridades de investimento está a contribuir efetivamente para os objetivos da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? – Os resultados do PO são sustentáveis, ou requerem uma intervenção continuada? – Em que domínios são mais visíveis as mudanças induzidas pelo PO? E em que domínios o seu contributo é menor? – O PO está a contribuir para o reforço da coesão territorial da região? Como evoluiu o posicionamento da região face ao país, em função da intervenção do PO? – Em que medida os incentivos ao investimento empresarial se traduzem em alterações efetivas do padrão de especialização económica regional? – Em que medida os incentivos à produção, transferência e valorização de conhecimento estão a contribuir para a consolidação do Sistema Regional de Inovação? – Em que medida a estrutura e as Tipologias de Operação/Intervenção do PO correspondem às necessidades de intervenção atuais do tecido empresarial e dos sistemas de educação, formação e emprego da Região? **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções apoiadas pelo PO são potenciadas pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Quais os principais fatores, quer de natureza económica quer de natureza política e de governança, indutores desse valor acrescentado? – Quais as áreas de intervenção do PO onde o valor acrescentado europeu é mais expressivo? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA5.** A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança? – O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico? – Os resultados da implementação do PO evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do PO? – Verificam-se efeitos de sinergia ou complementaridade entre as intervenções do PO? E face às demais intervenções no âmbito dos FEEI (designadamente via PO Temáticos) e outros instrumentos de política regional/setorial? Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável e pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.

Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas, nomeadamente contrafactuais).
Procedimento de contratação		Concurso Público (Lote 1)
Entidade responsável		AG do PO MADEIRA
Grupo de Acompanhamento		Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR RAM/AG PO Madeira), AD&C, Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP (IDE RAM), Instituto para a Qualificação, IP (IQ RAM), Instituto de Emprego da Madeira, IP (IEM), Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, tecnologia e Investigação (ARDITI), Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira (AREAM)
Duração prevista		270 dias
Preço base		95 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Sandra Primitivo e Catarina Pereira
Preço contratado		84 340 euros
Data de início / Final / Duração		24-02-2021 / 28-06-2022 / 1 ano e 4 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria (ABT), Teoria da Mudança (TdM), Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Recolha documental e recolha de dados** – **10 entrevistas**: IDR RAM; IDE RAM; IQ RAM; IEM; ARDITI; AREAM; Direções regionais da cultura e do turismo; IFRRU; Banco de Fomento. – **6 *Focus Group*:** o **FG1** – Teoria da mudança (IDR RAM, AD&C, IDE RAM, AREAM, ARDITI, IEM); o **FG2** e **FG5** - I&D, Inovação e Energia, Competitividade e Inovação (IDE RAM, AREAM, ARDITI, Universidade da Madeira Direção Regional do Turismo da Madeira, StartUp Madeira); o **FG3** - Formação de competências (IQ RAM, IEM, Associação de Jovens Empresários Madeirenses, Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda., Associação de Ensino Cristóvão Colombo); o **FG4** - Desenvolvimento Sustentável (AREAM, Câmara Municipal do Funchal, Associação de Municípios, Direção Regional de Planeamento Recursos e Gestão de Obras Públicas, Investimentos Habitacionais da Madeira, Direção Regional da Economia e Transportes Terrestres); o **FG6** - Património e Reabilitação Urbana (AREAM, Câmara Municipal do Funchal, Associação de Municípios, Direção Regional da Cultura, Investimentos Habitacionais da Madeira, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA.) – **5 estudos de casos**: o EC1. *Startup* Madeira – Projeto Internacionalização 2017-2018 (Startup Madeira, Lda.); o EC2. TRAVEL ONE - Projeto Internacionalização 2017-2018 (TRAVEL ONE Madeira - Agência de Viagens e Turismo, S.A.); o EC3. BORDAL - Bordados da Madeira, Lda. – Funcionamento 2020 (RUP); o EC4. Requalificação dos Parques das Queimadas e do Ribeiro Frio (Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM); o EC5. Reformulação da Rede de Estações de Qualidade do Ar da Região Autónoma da Madeira (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais). – **3 inquéritos:** o **Beneficiários de apoios RUP e CRII** – Universo: 1815; Amostra: 923; respostas válidas: 483 o **Empresas beneficiárias de Sistemas de Incentivos** – Universo: 186, Amostra: 174; respostas válidas: 104 o **Entidades não empresariais** – Universo: 67; Amostra: 62; respostas válidas: 54
	Informação de suporte	– Bases de dados do Sistema de informação do PT2020 e do PO Madeira (Avisos, operações candidatadas e aprovadas, execução, caracterização operações e beneficiários, indicadores realização e resultado) – Fontes estatísticas (INE) – Avaliações do PGA PT2020

49. Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Assistência Técnica 2014-2020		
Objetivo(s)		Avaliar a adequação, eficácia, eficiência, resultados e grau de cumprimento das metas estabelecidas, no que diz respeito: – Aos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação do Portugal 2020; – Ao Sistema de Informação do Portugal 2020; – À segurança dos sistemas de gestão e controlo; – À informação e comunicação do Portugal 2020 e dos FEEI (a coordenar com a avaliação e estudos de opinião a implementar pela Rede de Comunicação do Portugal 2020).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Programa
Âmbito	Programático	PO AT
	Territorial	Portugal

	Temático	Eixo I – do PO - Coordenação, gestão, monitorização e auditoria
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Os objetivos previstos no PO foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do POAT 2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos? – Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado (incluindo a análise do sistema de indicadores do programa, identificando situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e indicando situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa)? O perfil de execução corresponde ao esperado? – Qual o contributo do Programa para o cumprimento dos seus Objetivos Específicos e que fatores explicam o maior ou menor sucesso do Programa no cumprimento desses objetivos? **Eficiência** **QA2.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo POAT 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis? – A implementação do Programa permitiu uma aplicação eficiente dos recursos disponíveis? Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente? – Seria possível obter atingir os objetivos do Programa com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? **Relevância / Coerência interna e externa** **QA3.** O POAT 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da, coordenação, gestão e controlo dos fundos, sendo capaz de contribuir para uma melhoria continuada na utilização dos recursos com vista à melhoria da utilização dos fundos? – Os resultados da implementação do Programa evidenciam um equilíbrio adequado entre áreas de intervenção? Em que áreas poderia haver maior concentração ou, ao invés, menor intervenção do Programa? Existem outras áreas em que o POAT devia intervir? – O modelo de governação/gestão garante a utilização complementar nas operações e a potenciação dos apoios?
Método(s)		Metodologia ajustada a esse tipo de avaliação
Procedimento de contratação preferencial		Consulta Prévia
Entidade responsável		AG do PO AT
Grupo de Acompanhamento		AG do PO AT, AD&C; restantes AG dos Programas do PT 2020, designadas no âmbito das redes de articulação funcional e representando todos os fundos; Inspeção-Geral de Finanças.
Duração prevista		1 semestre
Preço base		30 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Gabinete Oliveira das Neves - Consultoria, Estudos e Projetos, Lda.
Coordenador(es)		António Oliveira da Neves
Preço contratado		59 975 euros
Data de início / Final / Duração		10-08-2022 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– – –
	Informação de suporte	– – –

Avaliações temáticas no domínio da Competitividade e Internacionalização

18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS		
Objetivo(s)		A avaliação tem como objetivo central identificar o impacto dos apoios proporcionados através dos Sistemas de Incentivos do QREN no desempenho das empresas portuguesas, quantificando em que medida a evolução desse desempenho se deve, efetivamente, ao apoio concedido e não a outros fatores endógenos ou exógenos às empresas. – Identificar os impactos das intervenções, considerados como os efeitos isolados sobre o desempenho das empresas atribuíveis ao apoio recebido por parte das empresas através de cada um dos Sistemas de Incentivos e respetivas tipologias de apoio, bem como aferir a eventual diferenciação desses impactos em função dos territórios abrangidos ou de diferentes subgrupos-alvo desses instrumentos (consideradas as características das empresas, como a dimensão, idade ou o sector de atividade). – Identificar as relações de custo-eficácia de cada um dos Sistemas de Incentivos (e respetivas tipologias) analisados, tendo em consideração o impacto estimado sobre as variáveis de resultado mais relevantes em cada instrumento e o encargo público dos apoios concedidos. – Aspetos a considerar: i) os impactos ao nível de cada um dos Sistemas de Incentivos tendo por referência os objetivos específicos que cada um desses instrumentos e respetivas tipologias prosseguiam; ii) a comparação dos efeitos dos três Sistemas de Incentivos em análise, designadamente sob os objetivos comuns aos diferentes Sistemas. Devem ainda ser considerados os efeitos de interdependência entre cada um dos Sistemas de Incentivos na produção desses resultados. – Emitir recomendações concretas, fundamentadas e viáveis, que podem ir desde propostas de ajustamentos aos instrumentos de apoio a aspetos de natureza programática dos PO ou a recomendações de orientação da política pública que enquadra os PO e respetivos instrumentos de apoio.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	Apoios a Empresas dos Sistemas de Incentivos do QREN (PO Fatores de Competitividade e Programas Operacionais Regionais) Instrumentos: SI Inovação; SI Qualificação de PME; SI I&DT
	Temporal	QREN
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Qual o efeito dos apoios concedidos através dos Sistemas de Incentivos sobre o desempenho das empresas (i.e., em que medida podem ser atribuídas à intervenção dos Sistemas de Incentivos as mudanças, se observadas, nas empresas), nomeadamente em relação a: – Internacionalização das empresas – Produtividade – Criação de emprego e, em particular, emprego qualificado – Incorporação e valorização de atividades de I&DT – Sobrevivência das empresas – Competitividade (traduzida, nomeadamente, pelo grau de transformação da produção, crescimento da empresa ou desempenho financeiro) – Outros efeitos relevantes identificados na teoria de mudança das intervenções **QA2.** Em que medida varia o impacto das intervenções em função da dimensão, setor de atividade e localização das empresas ou da forma de incentivo de que beneficiaram? Que outras variáveis se apresentam como determinantes e diferenciadoras dos resultados obtidos? **Eficiência** **QA3.** Qual a relação de custo-eficácia para os principais resultados das intervenções? Essa relação é sensível à intensidade do apoio concedido, aos grupos-alvo ou às tipologias de apoio de cada um dos Sistemas de Incentivos? **Sustentabilidade** **QA4.** Se o apoio produziu efeito sobre o desempenho das empresas, qual é a sustentabilidade do mesmo e em que momento é que este regista maior intensidade (logo após a conclusão do projeto ou numa fase posterior)? De que fatores parecem depender a maior ou menor sustentabilidade dos impactos?
Método(s)		Contrafactual
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG do PO CI, do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, INE, GEE do Ministério da Economia, IAPMEI, ANI, AICEP, Turismo Portugal, CES - Conselho Económico e Social (CIP/CCP/Consultor Presidente)
Duração prevista		360 dias
Preço base		100 mil euros

Pós-contrato		
Avaliador		ISCTE- IUL e DINAMIA'CET
Coordenador(es)		Ricardo Paes Mamede
Preço contratado		74 686 euros
Data de início / Final / Duração		23-10-2017 / 12-12-2018 / 1 ano e 2 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança; – Método contrafactual, com recurso às abordagens de emparelhamento *Mahalanobis Distance Matching* (abordagem de referência para os resultados apresentados) e *Propensity Score Matching* (abordagem complementar, para efeito de análise de robustez), precedidas de um processamento prévio dos dados através da abordagem *Coarsened Exact Matching*; impactos estimados após emparelhamento por diferença de valores das variáveis de resultado entre empresas apoiadas e não apoiadas.
	Técnicas de recolha de informação	– ***Workshop*** metodológico (interno à equipa) – ***Focus group*****:** com especialistas em sistemas de incentivos (AG dos PO, OI, represente de empresas beneficiárias, de associações empresariais, de consultoras e de instituições bancárias) – **Entrevista:** IAPMEI – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– Sistema de Contas Integradas das Empresas – SCIE (INE); – Quadros de Pessoal - QP (MTSSS); – Base de dados do SI QREN (COMPETE 2020); – Estatísticas das empresas relativas a mercados externos (INE); – Base de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – IPCTN (DGEEC); – Listagem de empresas certificadas como PME (IAPMEI); – Listagem de empresas com Estatutos de PME Líder e PME Excelência (IAPMEI); – Base de dados de empresas com sistemas de gestão certificados (IPAC - Instituto Português de Acreditação, I.P.); – Base de dados do POE/PRIME (COMPETE 2020); – Lista de empresas que acederam a linhas de crédito (PME Investimentos).
Follow-up	Número de recomendações	8
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	3: Rede SI (3)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	5: Rede SI (4) | AD&C (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 0| Parcialmente implementada: 1 Implementação em curso: 1| A implementar no futuro: 0| Não implementada: 3
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído, com resposta de todos os destinatários das recomendações. Nenhuma das recomendações deu origem a plano de ação.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Inovação, no método contrafactual, nas formas de emparelhamento (*matching*) adotadas. – Mobilização de um conjunto de bases de dados muito alargado (adicional às bases inicialmente previstas), que se reflete num número de variáveis de controlo, para efeito de *matching*, bastante mais elevado que a habitual em estudos desta natureza, mesmo internacionalmente, e num conjunto de variáveis de resultado também muito elevado. Em síntese: – Os resultados dos efeitos estimados confirmam a eficácia (e a eficiência relativa) dos diferentes Sistemas de Incentivos (SI) face aos objetivos de política que esses SI prosseguem, sobretudo no que respeita ao estímulo ao investimento em inovação produtiva e no reforço da orientação exportadoras das empresas apoiadas, em particular nas PME.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** A elevada seletividade dos apoios dos SI (empresas apoiadas apresentam características sistematicamente diferenciadas das empresas não apoiadas), combinada com o elevado número de empresas apoiadas ao longo de cada período de programação, faz com que, para alguns grupos/tipos de empresas (ex. grandes empresas), seja muito difícil encontrar, através de técnicas de emparelhamento robustas, grupos de controlo adequados. Importa encontrar metodologias que permitam ultrapassar essas dificuldades. **Pista 2:** Pela mesma razão, é também difícil encontrar, através de técnicas de emparelhamento robustas, grupos de controlo adequados para análise ao nível das regiões e de setores de atividades, importando por isso encontrar metodologias que permitam ultrapassar essas dificuldades. **Pista 3:** Ponderar, desde a fase de programação, o desenho de instrumentos de apoio e processos de seleção que, sendo compatíveis com as regras comunitárias e adequados aos propósitos dos Fundos, viabilizem a realização de avaliações de impacto metodologicamente robustas, incluindo métodos experimentais. **Pista 5:** Explorar efeitos em prazos mais alargados que aqueles considerados na presente avaliação (> 3 anos após início do projeto), ponderados os riscos de aferir atribuição em prazos mais longos. **Pista 6:** Avaliar impactos em dimensões relevantes não diretamente enunciadas como objetivos dos SI, nomeadamente a qualidade do emprego criado (qualificações e natureza dos vínculos de emprego), a igualdade de género ou à ecoeficiência.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Considerar a solução desenvolvida de articulação com o INE como uma boa prática, que permitiu cruzar um elevado número de bases de dados relevantes, e disponibilizar toda a informação ao avaliador no momento da assinatura do contrato. Consolidar esta dinâmica de colaboração/parceria, formalizada (preferencialmente sob a forma de protocolos de âmbito não circunscrito a exercícios de avaliação específicos), entre as entidades públicas que encomendam as avaliações e as entidades públicas detentoras de bases de administrativas (ex. INE).

		Pista 2: Ponderar exigir um *research report/paper* em avaliações desta natureza, para efeito de submissão a publicação científica, como forma de obter (entre a comunidade académica e científica) um escrutínio adicional e visibilidade/interesse sobre estudos desta natureza no domínio das políticas públicas.

19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS DO PORTUGAL 2020		
Objetivo(s)		A avaliação pretende analisar a implementação e o funcionamento do Sistema de Incentivos do Portugal 2020 e perceber o seu efeito na produção dos resultados esperados, tendo como principais objetivos: – Avaliar a adequação dos instrumentos de apoio e da sua configuração face aos objetivos traçados para o domínio Competitividade e Internacionalização; – Avaliar se a forma como o Sistema de Incentivos está a ser implementado (despesas elegíveis, condições de elegibilidade, critérios de avaliação de mérito, …) é a que maximiza os resultados esperados para a economia nacional, ou seja, se estão a ser selecionados os projetos com maior potencial de induzir mudanças estruturais e dar resposta aos constrangimentos identificados para a economia portuguesa; – Avaliar a qualidade (eficácia e eficiência) dos procedimentos de candidatura, análise, decisão e acompanhamento dos projetos (formulários, notificações, prazos, pagamentos, …), ou seja, perceber se existe margem para uma maior simplificação e redução dos encargos administrativos para os beneficiários e para as entidades envolvidas na atribuição dos fundos; – Avaliar se o modelo de governação e o sistema de monitorização e de contratualização dos resultados é o que mais se adequa à operacionalização deste tipo de instrumento; – Avaliar se estratégia de comunicação utilizada é a que permite mobilizar procura qualificada e o acesso a novos investidores (ferramentas de marketing e comunicação utilizadas, motivação para recurso aos apoios, perceção do conhecimento dos Programas e dos valores a eles associados).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	PI 1.1, 1.2, 3,3 e 8.5
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Em que medida os objetivos e desenho dos SI dão resposta às necessidades e prioridades dos territórios/ beneficiários? **Eficácia** **QA2.** Considerando as características da procura aos SI, os instrumentos criados (e as respetivas condições de admissibilidade) estão desenhados de forma a atingir os resultados previstos em cada prioridade de investimento? **Coerência** **QA3.** Os instrumentos previstos no Sistema de Incentivos garantem complementaridades/ sinergias internas e externas? **Eficiência operativa** **QA4.** Os processos de candidatura, análise e seleção dos projetos são adequados face aos objetivos a atingir em cada Tipologia/Prioridade de Investimento? **QA5.** Os aspetos procedimentais garantem uma gestão eficiente das candidaturas/ projetos? **QA6.** O modelo de governação do domínio Competitividade e Internacionalização é adequado aos objetivos definidos e permite ganhos de eficiência de recursos e de eficácia das intervenções? **QA7.** Os processos de contratualização e de acompanhamento dos resultados são adequados aos objetivos definidos? **QA8.** A estratégia de comunicação com os potenciais beneficiários é adequada?
Método(s)		Teoria de Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C; AG do PO CI; do PO Norte, do PO Centro; do PO Lisboa, do PO Alentejo e do PO Algarve; IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.; AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e Turismo de Portugal, I.P.; Representantes do CES – Conselho Económico e Social (CIP, CCP e Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social (CEPES))
Duração prevista		270 dias
Preço base		130 mil euros confirmar
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento EY / Augusto Mateus & Associados / Católica Porto Business School
Coordenador(es)		Sandra Primitivo e Hermano Rodrigues
Preço contratado		119 700 euros
Data de início / Final / Duração		31-10-2017 / 19-12-2019/ 2 anos e 2 meses

Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança – Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **3 *focus group*:** ○ **Eficiência operacional dos processos de análise de candidaturas e de acompanhamento dos projetos** (técnicos dos OI responsáveis pela análise de candidaturas e pelo acompanhamento dos projetos) ○ **Modelo de Governação e Gestão dos SI** (membros da Rede de Incentivos) ○ **Adequação dos instrumentos à procura potencial e aos objetivos de competitividade e internacionalização** (AG dos PO e os beneficiários dos SI). – **6 estudos de caso:** ○ Pojeto FLEXCRAFT – Flexible Aircraft (SETsa - Sociedade de Engenharia e Transformação, S.A, AlmaDesign – Conceito e Desenvolvimento de Design, Lda., Embraer Portugal, S.A., INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, Instituto Superior Técnico) ○ Faurécia Escapes – Estratégia 2017 (Faurécia – Sistemas de Escape Portugal, Lda.) ○ Projeto APTUS - Centro de Desenvolvimento de Software e Inovação em Machine Driven Big Data & Connected Media Services (Altran Portugal, S.A.) ○ Projeto Dark Sky View Hotel & Spa (António & Lourdes Delgado) ○ Projetos Stemlab (STEMLAB, S.A.) – **2 inquéritos:** ○ **Candidatos aos SI** (unidade de inquirição é o projeto): Universo: 25.251, Amostra (amostragem aleatória simples): 509; respostas recebidas: 376 ○ **Consultores que apoiaram os promotores na elaboração de candidaturas**: Amostra (consultores envolvidos no maior número de candidaturas): 400; respostas recebidas: 191 – **Entrevistas:** 20 entrevistas (cerca de 42 entrevistados) – AD&C, AG dos PO financiadores, OI, dois prestadores de serviços acreditados no âmbito dos Vales, promotores dos projetos alvo de estudo de caso. – **Recolha documental**: efetuada junto das entidades responsáveis pela gestão dos SI. – **Recolha de dados**: efetuada junto da AD&C, das AG dos PO, dos OI, do INE, da DGEEC, do Banco de Portugal e em bases de dados empresariais.
	Informação de suporte	– Bases de dados dos Sistemas de Informação do Portugal 2020 e dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020 – Indicadores do sistema nacional estatístico (INE, DGEEC, Banco de Portugal) – Bases de dados empresariais (BvD SABI)
Follow-up	Número de recomendações	48
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	8: GT2030 (6) | AD&C (2)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	40: Rede SI (35) | OI (1) | AD&C (3) | PO CI (3)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 1 | Parcialmente implementada: 0 Implementação em curso: 1 | A implementar no futuro: 1 | Não implementada: 0 | Sem informação: 37
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Tratando-se de uma avaliação de processo – recorrendo a uma combinação de métodos essencialmente qualitativos e tratamento quali-quantitativo das bases dos sistemas de informação – a avaliação estruturou teorias da mudança simplificadas para cada um dos Sistemas de Incentivos (SI), concentrando a análise nas instâncias iniciais das cadeias de resultados (recursos, atividades e realizações) e respetivos pressupostos. Em síntese: – A avaliação faz uma apreciação globalmente positiva dos primeiros anos da operacionalização dos SI, em particular no que respeita à sua relevância e coerência, à adequação do modelo de governação e dos processos de candidatura – com destaque para os progressos em matéria de simplificação percecionada pelos promotores – reveladora da elevada maturidade dos SI e do seu aparato de gestão, incluindo as melhorias nos sistemas de informação. – Num cenário em que a procura de apoios (até ao final de 2017) duplicou face ao período de programação homólogo, sinalizam-se como aspetos mais críticos a incapacidade de desmobilizar procura não qualificada (demonstrada pelas elevadas taxas de não admissibilidade em vários dos instrumentos de apoio), assim como os efeitos "perversos" da Deliberação CIC PT2020 n.º 2_Q/2015, de 30 de setembro de 2015 (que determinou a partir daquela data a aprovação nos SI de projetos com mérito absoluto superior a 3,5, reforçando, sempre que necessário, a dotação dos Avisos), que oneram a capacidade de resposta em tempo útil das AG/OI, prejudicando prazos de análise e de pagamento.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Averiguar motivos para o elevado volume de procura não qualificada, quando a clareza das condições de acesso é avaliada muito positivamente pelos promotores. Essa procura é induzida por consultores? Trata-se do receio de esgotamento dos fundos, que historicamente geram grandes níveis de procura nos primeiros anos da programação? **Pista 2:** Qual a relação entre os resultados efetivos dos projetos e a sua classificação de mérito aquando da seleção? Os resultados obtidos pelos projetos confirmam a adequação dos mecanismos de seleção? Qual o impacto do alinhamento com as RIS3? **Pista 3:** A contratualização de resultados com os promotores foi eficaz? Que tipo de comportamento induziu?
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Não derrogar para relatórios seguintes questões críticas não resolvidas nos relatórios anteriores, visto que a margem de manobra se vai reduzindo com o avanço dos trabalhos: à medida que se completam as etapas de recolha de informação

		inicialmente previstas, a recolha de informação adicional para encontrar novas evidências torna-se mais difícil de exigir ou mesmo inviável para os avaliadores. **Pista 2:** Melhorar a comunicação interna no Grupo de Acompanhamento na consensualização do conteúdo dos pareceres, que devem distinguir mais claramente as questões críticas das demais. **Pista 3:** Melhorar as especificações técnicas relativas a avaliações de processo, clarificando o papel esperado da teoria da mudança.

20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA		
Objetivo(s)		A avaliação tem como objetivos: i) apreciar os efeitos positivos e negativos relativos ao regime de incentivo, ou seja, o objetivo público dos auxílios em relação ao seu impacto sobre a concorrência e as trocas comerciais entre Estados-membro e ii) confirmar se ainda são válidos os pressupostos subjacentes à aprovação *ex ante* do regime de incentivo, podendo contribuir para melhorar a conceção de futuros regimes e suas regras, adaptando a intervenção de modo a aumentar a eficácia e a eficiência no sentido de garantir que os efeitos positivos são suficientes para justificar a aceitação da distorção do mercado causada pela intervenção.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	– Projetos de investimento em atividades inovadoras (alinhados com as prioridades da RIS3), incluindo de natureza produtiva (corpórea ou incorpórea), por parte de Não PME, desde que a inovação seja de âmbito nacional/internacional. – Apoio a investimento produtivo, de natureza inovadora (e.g. ao nível de produto, de processo ou organizacional), por parte das PME, no domínio da qualificação, diferenciação, diversificação e inovação, na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado.
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Impacto direto nos beneficiários** **QA1.** Desempenho dos Beneficiários / Efeito de Incentivo: O apoio contribuiu para a melhoria sustentada do desempenho das empresas apoiadas (por exemplo, autonomia financeira, VAB, volume de negócios, volume de negócios em mercados internacionais, criação de postos de trabalho, criação de postos de trabalho qualificados, produtividade, investimento)? A sua evolução é distinta das empresas não apoiadas? Existe diferenciação regional/setorial nos resultados alcançados, designadamente considerando as diferentes estratégias de especialização inteligente? Em que medida os resultados observados variam em função da dimensão das empresas dos beneficiários? Qual a sustentabilidade dos resultados alcançados pelas empresas apoiadas? O apoio foi decisivo para a concretização do projeto (efeito de incentivo)? Em que medida (dimensão, âmbito ou prazo do investimento)? Os resultados alcançados pelas empresas apoiadas correspondem aos previstos aquando da aprovação dos seus projetos? Quais as principais razões para os eventuais desvios (positivos ou negativos)? **Impacto indireto dos apoios concedidos (externalidades positivas e negativas)** **QA2.** Efeito de Arrastamento: Qual o impacto (efeito de arrastamento) dos projetos de investimento apoiados (em especial dos projetos de maior dimensão), designadamente sobre o emprego; o desenvolvimento socioeconómico do território e a coesão regional; a criação de valor nas atividades a montante e a jusante e pela utilização e valorização de inputs, sobretudo quando fornecidos por PME; a interação com entidades não empresariais do Sistema de I&I, no desenvolvimento da inovação a nível de produtos e ou processos, através de I&D ou de transferência de tecnologia; o desenvolvimento de Clusters? **QA3.** Impacto sobre a Concorrência: Quais os impactos sobre os principais concorrentes (não apoiados) das empresas apoiadas? Registaram-se falências de concorrentes devido ao efeito de distorção na concorrência? Houve reforço de dinâmicas de clusterização com benefício geral para as empresas do setor? Houve efeito de *crowding out* ou de deslocalização do investimento devido ao apoio concedido? **QA4.** Resposta aos Objetivos da Política Pública: Os apoios contribuíram para a prossecução dos objetivos globais de política pública inicialmente estabelecidos? O regime de auxílios enquadrou-se na estratégia de desenvolvimento de cada região NUTS II? O regime contribuiu para a alteração do perfil produtivo nacional, designadamente através da RIS3? **Proporcionalidade e adequação do regime** **QA5.** Proporcionalidade dos Apoios: Os apoios atribuídos foram adequados, em volume e forma de apoio, aos problemas diagnosticados e aos objetivos definidos pela política pública? Seria possível alavancar o mesmo grau de investimento com um nível de apoio inferior? As taxas de apoio (limitadas ao mapa de auxílios regional) contribuem efetivamente para a localização de investimento direto estrangeiro estruturante compensando a localização periférica de Portugal na Europa? ou com outro tipo de instrumento de política pública?
Método(s):		**Questões de avaliação** / **Métodos previstos** QA1 / Avaliação Contrafactual Todas as QA / Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AG do PO CI

Grupo de Acompanhamento		AG do PO CI, AD&C, AG dos PO Regionais do Continente, IAPMEI, ANI, AICEP e Turismo Portugal, GEE do Ministério da Economia, INE e CES
Duração prevista		360 dias
Preço base		150 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Sandra Primitivo
Preço contratado		134 480 euros
Data de início / Final / Duração		29-12-2021 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	–
	Técnicas de recolha de informação	– – – –
	Informação de suporte	– –
Follow-up	Número de recomendações	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO		
Objetivo(s)		Percecionar o grau de eficácia e o impacto dos apoios concedidos no QREN, através dos diferentes instrumentos e em diferentes contextos territoriais, explicitando a forma como as intervenções apoiadas produziram esses resultados. Identificar, à luz dos resultados da avaliação do QREN, a adequação dos instrumentos de apoio previstos Portugal 2020 e eventuais necessidades de ajustamento que favoreçam a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções a apoiar.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente
	Territorial	Portugal
	Temático	**Instrumentos de Apoio QREN**: Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, Sistema de Apoio a Parques de C&T e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Promoção do Emprego Científico, Programas de Doutoramento em Ambiente Empresarial; **Medidas PRODER**: Cooperação para a Inovação, Redes Temáticas de Informação e Divulgação, Serviços de Apoio ao Desenvolvimento **PT2020**: PI 1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 3.3 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância (QREN/PT2020)** **QA1.** Em que medida os objetivos de política pública que enquadram os instrumentos de apoio à transferência de conhecimento e valorização económica de conhecimento financiados pelos Fundos dão resposta às necessidades dos grupos-alvo a que são dirigidos e às especificidades territoriais? Em que medida esses instrumentos de apoio respondem aos

	objetivos de política definidos? Qual o racional de mobilização desses instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários na prossecução desses objetivos? **Coerência (QREN/PT2020)** **QA2.** Como é que os instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários se articulam/complementam entre si e com os demais instrumentos da política (*policy mix*) com vista à promoção da transferência e valorização de conhecimento? **Eficácia (QREN)** **QA3.** Existe evidência do reforço das dinâmicas de transferência de conhecimento e de valorização económica de conhecimento? Qual o contributo dos diferentes instrumentos de apoio para essa mudança (se ocorreu)? **QA4.** Quais os fatores críticos que potenciaram a eficácia (de cada um) dos instrumentos de apoio neste domínio (e quais se revelaram prescindíveis)? Quais os elementos de contexto que condicionaram ou potenciaram os resultados da política? **QA5.** As especificidades dos territórios abrangidos e dos grupos-alvo revelaram-se igualmente atendidas pelos instrumentos ou explicam níveis de sucesso diferenciados? **Eficiência (QREN)** **QA6.** A dimensão financeira bem como as diferentes formas de financiamento adotadas foram adequadas e suficientes para fazer a diferença ao nível dos objetivos da política pública? **QA7.** A intervenção dos instrumentos de apoio foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis? **Impacto / Sustentabilidade (QREN)** **QA8.** Em que medida o estímulo das dinâmicas de produção, transferência e valorização económica de conhecimento se traduziram numa efetiva alteração do padrão de especialização produtiva nacional? E do padrão de especialização produtiva das regiões? São identificados ganhos de produtividade, de competitividade internacional ou de emprego qualificado associados a essas dinâmicas, à escala regional e à escala nacional? Que outros impactos (positivos ou negativos) se observam em resultado dessa política? **QA9.** Em que medida os diferentes os efeitos produzidos ou induzidos pelos diferentes instrumentos de apoio perduraram para além da duração do apoio? **Valor Acrescentado Europeu (QREN)** **QA10.** Qual o valor acrescentado europeu das intervenções apoiadas no âmbito da transferência e valorização económica de conhecimento?
Método(s)	Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação	Concurso público
Entidade responsável	AD&C
Grupo de Acompanhamento	AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais do Continente, AG do PDR, FCT, IAPMEI, ANI, representantes do CES – Conselho Económico e Social (CIP, CGTP (efetivos); CCP e UGT (suplentes))
Preço base	80 mil euros
Duração prevista	270 dias
Pós-contrato	
Avaliador	Augusto Mateus & Associados
Coordenador(es)	Augusto Mateus e Sandra Primitivo
Preço contratado	70 mil
Data de início / Final / Duração	17-03-2017 / 14-12-2018 / 1 ano e 9 meses
Aspetos metodológicos e processuais	
Metodologia e Fontes de informação – Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria, Teoria da mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Metodologia e Fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– **Entrevistas:** AG dos sete PO envolvidos, FCT, IAPMEI, ANI, sete bolseiros da medida do PO PH (entrevista telefónica). – **13 Estudos de caso**: ○ Infraestrutura tecnológica para a energia sustentável (INESC TEC - Porto) ○ IPN 2013 - Expansão e requalificação das infraestruturas tecnológicas (Instituto Pedro Nunes) ○ Gestão Integrada da Proteção do Olival Alentejano (Universidade de Évora) ○ Sustainable Energy-Optimized Datacenters (Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) ○ HMIEXCEL – I&D crítica em torno do ciclo de desenvolvimento e produção de soluções multimédia avançadas para automóvel (Bosh Car Multimedia Portugal, S.A.; Universidade do Minho) ○ TICE.Mobilidade – Sistema de Mobilidade Centrado no Utilizador (Critical Software, SA) ○ Rede Inovar (Inovisa - Associação para a Inovação e o Desenvolvimento Empresarial) ○ Dinamização, Coordenação e Gestão do PRODUTECH (PRODUTECH – Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável) ○ ALG-BUSINESS-LAB (Universidade do Algarve) ○ Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela) ○ Apoio à Empresa de Inovação Tecnológica Feedzai (Feedzai - Consultadoria e Inovação Tecnológica, Lda.) ○ Inovação tecnológica produtiva e intensificação das exportações, com aumento dos novos mercados internacionais (Vision Box - Soluções de Visão por Computador, S.A.) ○ Desenvolvimento de uma nova ferramenta de apoio à gestão da cultura do tomate para garantia da qualidade do produto final (AGROMAIS - Entreposto Comercial Agrícola, C.R.L.) – **5 *Focus group*:** um em cada NUTS II do Continente, envolvendo atores regionais do SCTN e intermediários, associações empresariais, beneficiários e AG relevantes (Norte: 23 entidades; Centro: 152; Lisboa: 26; Alentejo: 12, Algarve: 12)

		– **Inquéritos**: ○ **Empresas:** Universo: 6.672; Amostra Total: 715; Nº de respostas: 185 ○ **Entidades não empresariais do SCTN (Unidades de I&D, Outras):** Universo: 757; Amostra Total: 207; Nº de respostas: 92 ○ **Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas:** Universo: 82; Amostra Total: 49; Nº de respostas: 17; Taxa de resposta: 47%. – **Recolha documental:** websites das entidades relevantes e junto da AD&C e das AG dos PO – **Recolha de dados:** junto da AD&C, das AG dos PO, dos OI, do Sistema Estatístico Nacional (com destaque para o INE) e do Eurostat
	Informação de suporte	– Sistemas de informação dos Programas Operacionais – INE – Eurostat – Inquérito Comunitário à Inovação
Follow-up	Número de recomendações	55
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	13: GT2030 (10) | AD&C (1) | Rede SI (2) |Rede Ciência (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	42: Rede SI (23) | Rede Ciência (16) | ANI (8) | FCT (4) | POR (2)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 9 | Parcialmente implementada: 7 | Implementação em curso: 3 A implementar no futuro: 5 | Não implementada: 2 | Sem informação: 16
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído. O ponto de situação da implementação das recomendações reflete as respostas obtidas junto ANI e FCT (incluindo a sua participação nas recomendações dirigidas à Rede Ciência), cuja participação foi ativa e deu origem a 10 planos de ação.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Suprir uma lacuna identificada nos períodos de programação anteriores, incidindo especificamente sobre o contributo dos FEEI para o estímulo de dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento, que não haviam sido avaliadas ou tinham-no sido apenas de forma parcelar. – Sendo um dos primeiros exercícios de avaliação a introduzir uma abordagem de Avaliação Baseada na Teoria, a avaliação trouxe como mais-valia a construção de um conjunto de 7 Teorias da Mudança, correspondentes a "famílias de instrumentos" de apoio dos FEEI, que se complementam na representação da lógica de intervenção dos FEEI ao longo do Ciclo de Inovação, e uma primeira abordagem ao teste dessas teorias da mudança. Em síntese: – Concluiu-se pelo bom alinhamento dos instrumentos com os objetivos de política do QREN e pela capacidade de resposta às falhas nos sistemas de inovação, com lacunas de cobertura pontuais (algumas delas já solucionadas no PT2020). – Salientam-se resultados positivos na dinamização da produção científica e de conhecimento, especialmente no seio das entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I), e elevada incorporação de conhecimento ou tecnologia de base nacional (reportada pelos beneficiários), em muitos casos resultante de utilização sequencial de apoios no âmbito dos Sistemas de Incentivos. – Persiste, contudo, a necessidade de aprofundar as redes relacionais entre empresas e entidades não empresariais SI&I, para as quais existem já algumas evidências de melhoria, mas insuficientes para uma mudança estrutural com expressão nos Inquéritos Comunitários à Inovação (CIS), mantendo-se relativamente baixa a proporção de empresas com cooperação com outras empresas ou instituições em Portugal no âmbito das suas atividades de inovação.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Explorar de forma mais aprofundada os "mecanismos causais" associados à transferência de conhecimento, aprofundando a análise ao nível de cada tipo de atores dos SI&I – i.e. o "mundo académico", o "mundo empresarial" e os "atores intermediários da inovação" e as relações entre eles. **Pista 2:** Aprofundar a análise de impacto dos apoios à investigação, à inovação e à transferência e valorização de conhecimento face à evolução dos resultados do Inquérito Comunitário à Inovação (como se refletem nesses resultados, com que hiato temporal, etc.) e à evolução do indicador "peso da despesa em I&D no PIB". **Pista 3:** Constatada a crescente internacionalização das entidades não empresariais do Sistema I&I e, ainda que menos acelerada, a aproximação às empresas, importa aprofundar o conhecimento sobre o papel dos instrumentos de política pública face a uma tendência também impulsionada por outros fatores (globalização do conhecimento, competição das universidades por fontes de financiamento, etc.).
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Deve ser melhorada a aferição da qualidade metodológica das propostas, valorizando a demonstração de um conhecimento efetivo dos métodos/metodologias propostos (e não a descrição abstrata dos métodos requeridos nas especificações técnicas) **Pista 2:** Exigir maior rigor na aplicação dos métodos e abordagens preconizados: i) no domínio conceptual da TdM e dos métodos de ABT, ii) no processo de construção da TdM, iii) no teste da TdM, mapeando explicitamente implicações observáveis da TdM e as evidências a recolher, iv) no reconhecimento dos limites de validade da análise efetuada. **Pista 3:** Melhorar a comunicação interna no Grupo de Acompanhamento na consensualização do conteúdo dos pareceres, que devem distinguir mais claramente as questões críticas das demais. Neste âmbito, a versão dos relatórios a submeter ao GA deve ser objeto de uma primeira verificação antes da submissão, garantindo que não contêm questões críticas passíveis de identificação imediata (face às recomendações de Pareceres anteriores).

22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo(s)

Analisar os efeitos dos apoios à modernização e à capacitação da administração pública concedidos no âmbito do QREN e do PT2020, considerados os objetivos de política prosseguidos em cada período de programação.

No âmbito da avaliação de **impacto QREN** procura-se

a) Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos no QREN e identificar o seu efeito e contributo face aos objetivos prosseguidos pela política pública em análise;

b) Explicitar a forma como as intervenções apoiadas no QREN produziram os efeitos observados, que mecanismos causais lhes deram origem e em que contextos o fizeram, assim como os fatores críticos de sucesso (e de insucesso) para a produção dos resultados desejados. A análise do contexto deve considerar as dimensões nacional, regional e local e a tipologia das entidades da Administração envolvidas (Administração Pública central, desconcentrada e local);

c) Identificar e produzir conhecimento sobre as melhores práticas do QREN, em domínios críticos para a modernização e capacitação da Administração Publica, a identificar pelo avaliador.

No âmbito da Avaliação de **processo PT 2020** os objetivos são:

a) Avaliar a adequação dos instrumentos de apoio e da sua configuração face às necessidades diagnosticadas e aos objetivos traçados para o domínio da modernização da Administração Pública e do modelo de governação instituído para a intervenção dos FEEI neste domínio;

b) Avaliar se a forma como as tipologias de apoio estão a ser implementadas (divulgação, elegibilidades, critérios de avaliação de mérito, resultados contratualizados…) é a que maximiza os resultados esperados, selecionando os projetos com maior potencial de induzir mudanças estruturais e dar resposta aos objetivos específicos neste domínio;

c) Identificar necessidades e oportunidades de ajustamento no plano programático, regulamentar e de operacionalização da intervenção dos FEEI no domínio da modernização e capacitação da administração pública.

Nota: face ao desfasamento temporal entre o lançamento do concurso e o início efetivo da avaliação, os objetivos foram alterados (refletindo-se na reformulação das Questões de Avaliação), estendendo a avaliação de impacto a ambos os períodos de programação

Tipo de avaliação, por:

- **Objetivo:** Impacto QREN e Processo PT 2020 / após reformulação: Impacto QREN e PT2020
- **Incidência:** Temática

Âmbito

- **Programático:** PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
- **Territorial:** Portugal
- **Temático:**

QREN:

Instrumentos FEDER:

Tipologia de Operação	POFC	POR Continente	PO Açores	PO Madeira
26. Apoio à Modernização Administrativa	x	x	x	x
27. Promoção e Capacitação Institucional		x		

Nota: o presente exercício de avaliação não abrangerá as tipologias no âmbito do regulamento Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (POR continente) e a tipologia "Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC (Açores)" porque a sua implementação esteve centrada na dimensão infraestrutural de acesso às TIC.

Instrumentos FSE:

Tipologia de Operação	POPH	PRO Emprego (Açores)	Rumos (Madeira)
03.03.00.00/08.03.00.00/09.03.03.00 Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	x		
03.04.00.00/08.03.04.00/09.03.04.00 Formação Profissional Administração Pública Local	x		
01.05.02 Qualificação para a modernização da administração pública		x	
01.02.02 Formação Profissional da Administração Pública			x

Nota: o presente exercício de avaliação não abrangerá as tipologias direcionadas à capacitação dos profissionais dos setores da saúde e da educação, face à especificidade dos respetivos setores, e a tipologia "Apoio à formação generalizada em TIC (Açores)" porque o seu âmbito e destinatários não se circunscrevem à Administração Pública, tendo os apoios sido maioritariamente dirigidos a entidades privadas/sem fins lucrativos.

PT2020:

Instrumentos FEDER e FSE:

PI	Tipologia de Intervenção / Tipologia de Operação	PO CI	PO Regionais (exceto Lisboa)	PO Açores	PO Madeira
2.3 FEDER	50. Promoção das TIC na administração e serviços públicos *Sistema de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública (SAMA)*				
	208. Promoção de uma administração em rede	x	x	x	x
	210. Implementação de novos modelos integrados de atendimento descentralizado na AP (lojas do cidadão, espaços do cidadão e serviços itinerantes)		x		x
11.1 FSE	62. Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos				
	254. Capacitação Administração Pública (FSE)	x	x		
	255. Capacitação dos serviços da administração local e da administração central desconcentrada		x		
	63. Formação dos trabalhadores da AP				
	258. Ações de formação estratégica para a gestão eficiente na administração pública			x	
	259. Formação Profissional da Administração Pública	x	x		x

Legenda: PI 2.3. Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha; PI 11.1. Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.

Nota: Exclui-se da análise, no âmbito da PI 11.1, a tipologia "Sistema de Requalificação trabalhadores da AP", por descontinuação da política pública subjacente a este instrumento de apoio.

A tabela não inclui as tipologias de operação que, estando previstas em regulamentação específica, não tinham sido objeto de avisos de candidatura. Essas tipologias devem, ainda assim, ser consideradas na análise, quando relevante para resposta às questões de avaliação.

Fronteira entre PO CI e PO Regionais: no PO CI são apoiados projetos promovidos pela Administração Pública Central e projetos multi-regiões convergência do Continente. Nos PO Regionais são apoiados projetos promovidos pela Administração Pública desconcentrada e local localizados apenas na respetiva NUTS II.

	Temporal	QREN (maior incidência) e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** As opções programáticas do QREN e do PT2020 no domínio da modernização e capacitação da Administração Pública foram ao encontro das necessidades diagnosticadas e dos objetivos e prioridades da política pública vigente ao longo da sua implementação? **Eficiência operativa** **QA2.** Os modelos e as práticas de governação, operacionalização e implementação adotados no QREN e no PT2020 revelaram-se adequados para alcançar os objetivos identificados na programação em matéria de modernização e capacitação da Administração Pública? **Eficácia** **QA3.** As operações apoiadas conseguiram/estão a conseguir alcançar os objetivos específicos e as metas fixadas pelo QREN e pelo PT2020 em matéria de modernização e capacitação da Administração Pública? **Impacto e Sustentabilidade** **QA4.** O QREN e o PT2020 conseguiram produzir/gerar contributos significativos e duradouros para o alcance dos objetivos da política pública de modernização e capacitação da Administração Pública? **Eficiência** **QA5.** A relação entre os recursos mobilizados e os resultados das intervenções apoiadas através do QREN e do PT2020 é satisfatória face aos objetivos prosseguidos? **Valor Acrescentado Europeu** **QA6.** Qual o valor acrescentado da mobilização e utilização dos Fundos Europeus através do QREN e do PT2020 no domínio da modernização e capacitação da Administração Pública em Portugal? (Nota: estas QA correspondem às já reformuladas no Relatório Inicial da avaliação)
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação preferencial		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Madeira, PO Açores, Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), Agência para a Modernização Administrativa (AMA), Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA); a Associação Nacional dos Municípios (ANMP); representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CGTP e UGT)
Preço base		120 mil euros
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Duração prevista		270 dias
Preço base		120 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento IESE / ImproveConsult
Coordenador(es)		João Fermisson e Rui Godinho
Preço contratado		106 850 euros
Data de início / Final / Duração		08-04-2020 / 20-12-2021 / 1 ano e 8 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria, Teoria da Programação, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Recolha documental e estatística** – **Exploração dos Sistemas de Informação do QREN e do PT2020** – **Entrevistas**: AD&C, AG PO CI, AG PO ISE (ex. PO PH), AG POR, AMA, INA, Associação Nacional de Municípios, DGAEP, DGAL, FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, antigos titulares de cargos políticos (apenas foi possível realizar 1 entrevista) – **Inquéritos** ○ **Beneficiários** – Universo: 656; Respostas válidas: 190 ○ **Áreas Metropolitanas/Comunidades Intermunicipais [na qualidade de OI]** – Universo: 23; Respostas válidas: 18 ○ **População residente no território nacional** – Universo: população residente no território nacional de ambos os sexos e com idade superior a 18 anos; Amostra (aleatória): 807 – **3 *focus group***: ○ Diminuição dos Custos de Contexto para as Empresas – CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal ○ Qualificação dos Recursos Humanos da Administração Pública – DGAEP, INA ○ Necessidades e Desafios de Modernização e Capacitação da Administração Pública Local – CCDR Norte – **23 Estudos de caso**: ○ Lojas e Espaços do Cidadão (7 projetos, AMA) ○ Plataforma Multicanal de Atendimento (3 projetos, AMA) ○ Sistema Integrado de Apoio ao Cliente (1 projeto, Autoridade Tributária e Aduaneira) ○ Agendamento Eletrónico de Serviços de Saúde (2 projetos, ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. / SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde) ○ Seixal Digital – Balcão Único (1 projeto, CM Seixal) ○ iAP – Interoperabilidade na Administração Pública (2 projetos, AMA)

		○ Identificação Eletrónica (2 projetos, AMA) ○ SIMREG – Simplificação e desmaterialização de atos e processos de registo (1 projeto, IRN – Instituto de Registos e Notariado) ○ Plataforma de dados da Saúde / Registo de Saúde Eletrónico (3 projetos, ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. / SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde) ○ Sistema de Gestão Escolar da Região Autónoma dos Açores (1 projeto, Secretaria Regional da Educação e Cultura) ○ EGOV@MADEIRA – Governo Eletrónico da Administração Pública da Madeira (1 projeto, Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública) ○ CSC@UC – Centro de Serviços Comuns da Universidade de Coimbra (1 projeto, Universidade de Coimbra) ○ SCORE II – Reengenharia de Processos no ISS (1 projeto, ISS) ○ GO-PRO II – Gestão por Objetivos e Reengenharia de Processos no ISS (1 projeto, ISS) ○ GeRALL – Gestão Partilhada de Recursos na Administração Pública (1 projeto, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública) ○ Serviços Partilhados de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Veículos do Estado (1 projeto, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública) ○ Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico da CIM Baixo Mondego (1 projeto, CIM Baixo Mondego) ○ SIMPLEX Autárquico da Câmara Municipal do Porto (1 projeto, CM Porto) ○ Formação Profissional na Autoridade Tributária (1 projeto, Autoridade Tributária) ○ Formação Profissional na Câmara Municipal de Mafra (1 projeto, CM Mafra) ○ CSC@UC – Centro de Serviços Comuns da Universidade de Coimbra – Componente formativa (1 projeto, Universidade de Coimbra) ○ Atendimento Presencial e Multicanal – Componente formativa (1 projeto, AMA) ○ Simplificação Administrativa e Balcão Único – Componente formativa (1 projeto, AMA) – **2 *workshops***: ○ Validação da Teoria da Programação do QREN e do PT2020 – Entidades integrantes do Grupo de Acompanhamento desta Avaliação ○ Validação de Resultados e Recomendações da Avaliação – Entidades integrantes do Grupo de Acompanhamento desta Avaliação. – **1 Painel de peritos**: independente associado à Equipa de Avaliação, composto pelos Professores João Salis Gomes, José Alferes e Sérgio Caramelo.
	Informação de suporte	– Sistemas de Informação do QREN e do PT2020 – Estatísticas DGAEP, DGEEC, AMA, Autoridade Tributária, ISS, INE, Eurostat, Comissão Europeia e World Bank Group
Follow-up	Número de recomendações	13
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	13: GT2030 (13)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	0
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído, apenas com recomendações para conhecimento dos destinatários.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Avaliar o conjunto de instrumentos de política do QREN e do PT2020 dirigidos à modernização e capacitação da Administração Pública (AP), numa abordagem integrada de uma temática pouco avaliada nos períodos de programação anteriores. – Sistematização das cadeias de resultados e respetivos pressupostos das intervenções apoiadas em torno de 4 domínios de atuação da política: i) novos modelos e soluções de distribuição de Serviços Públicos, ii) apetrechamento tecnológico e transformação digital, iii) capacitação institucional e organizacional e iv) qualificação do Capital Humano da Administração Pública. Em síntese: – Concluiu-se que os Fundos tiveram um contributo muito significativo para a transformação da forma de prestação dos serviços da AP aos cidadãos e às empresas, assente na criação e qualificação de canais de atendimento, quer presenciais, quer eletrónicos, com um forte impulso na disponibilização, e na utilização, dos serviços *online*. O processo de infraestruturação e modernização tecnológica foi determinante para essa transformação, com ganhos mais evidentes ao nível da desmaterialização e automatização de tarefas e processos, que se refletem sobretudo na eficiência interna das entidades da AP, mas com ampla margem de progresso ao nível da interoperabilidade entre entidades. – No PT2020 ganhou especial relevo a dimensão da capacitação institucional e organizacional, que beneficiando da modernização e infraestruturação tecnológica operada anteriormente ou de forma integrada nas intervenções apoiadas nesse período, permitiu a agilização do funcionamento das entidades, sobretudo por via da reengenharia de processos internos e adoção/aperfeiçoamento de instrumentos de suporte à gestão, com ganhos de racionalização de recursos e introdução/consolidação de uma cultura de orientação para resultados, alicerçada em instrumentos de monitorização e avaliação de desempenho (uma prática que não é, ainda assim, universalizada). – O impacto da qualificação dos recursos humanos foi mitigado pela subutilização dos apoios à formação, sobretudo no PT2020, por razões que se pretendem mais com a operacionalização destes apoios, e pela insuficiente articulação com as intervenções de modernização e capacitação da AP.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** A evolução programática entre o QREN e o PT2020 carece de aprofundamento, em particular a transformação do SAMA em SATDAP (2017/2018), visando o reforço da intervenção na dimensão "soft" em detrimento da intervenção "hard"

		e a promoção de intervenções mais inovadoras e com efeito de difusão. Os efeitos dessa transformação, por ventura pouco maturados aquando desta avaliação, devem ser melhor analisados. **Pista 2:** Aprofundar uma metodologia de avaliação que permita identificar, com maior rigor, o efeito das intervenções sobre os custos de contexto (que carecem de melhores métricas de quantificação) incorridos pelas empresas e pelos cidadãos na sua interação com a Administração Pública. **Pista 3:** Aprofundar a avaliação sobre a (falta de) eficácia dos apoios na mobilização de instrumentos dirigidos à formação profissional na Administração Pública **Pista 4:** Aprofundar a avaliação da eficácia dos processos de formação na AP: são geradores de acumulação e competências, via transferência de conhecimento dentro das entidades? Quais os "mecanismos" dessa transferência? Traduzem-se em efetivos ganhos de produtividade e eficiência organizativa? Estão suficientemente alinhados com processos de capacitação institucional mais amplos das entidades? **Pista 4:** Soluções metodológicas para aferir efeitos agregados de projetos muito heterogéneos entre si.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Antecipar, tanto quanto possível, as necessidades (e disponibilidade) da informação residente nos sistemas de informação dos FEEI, deixando claro o que existe e, sobretudo, o que não existe, e tornar claro que cabe à equipa de avaliação encontrar formas de recolha de informação que permitam colmatar atempadamente essas insuficiências. **Pista 2:** As especificações técnicas serem mais prescritivas quanto às técnicas de recolha de informação a utilizar e seus principais objetivos. Garantir que os instrumentos de notação de inquéritos e entrevistas deverão ser utlizados com maior foco (quer em termos de universo a abranger quer do tipo de questões a colocar), dirigidos a recolha de informação específica, previamente identificada como evidência necessária através de uma matriz de avaliação. Para além da consistência interna desses instrumentos, deve procurar-se encontrar formas de triangular a informação recolhida, sobretudo no caso das entrevistas. **Pista 3:** Diminuição do peso dos inquéritos por questionário no conjunto das técnicas de recolha de informação utilizadas e melhoria na aplicação de estudos de caso, nomeadamente o seu aprofundamento.

23. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE, REALIZAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS		
Objetivo(s)		A avaliação pretende produzir aprendizagens relativamente à adequação do modelo de operacionalização da RIS3 no âmbito do PT2020, tendo como principais objetivos os seguintes: – Avaliar se a **integração das ENEI/EREI no processo de implementação do PT2020** está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, nomeadamente a contribuir para promover a especialização inteligente dos territórios a que respeitam, nomeadamente através de uma crescente integração das cadeias-de-valor e maior articulação entre os atores. – Avaliar a adequação da **arquitetura e dinâmica de construção permanente das ENEI/EREI** (nomeadamente ao nível do envolvimento dos atores pertinentes) aos objetivos de criação de ecossistemas de inovação propiciadores de crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. – Avaliar o processo de implementação, a adequação e a eficácia do **modelo de governação** (numa lógica multinível que integra a governação da ENEI e das EREI com a governação estabelecida no Acordo de Parceria) para alcançar os objetivos pretendidos. – Explicitar a forma como é expectável que as intervenções associadas à RIS3 produzam os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos e os fatores críticos de sucesso/insucesso (ou seja, explicitar a **teoria de mudança** associada a este processo). – Produzir **recomendações** claras e objetivas que possibilitem, de forma sustentada e realista, melhorar a eficácia dos processos conducentes a uma especialização inteligente.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR do Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR 2020
	Territorial	Portugal
	Temático	OT1, OT3, OT 8 e OT10 e outros OT/PI/Categorias de intervenção dos PO e medidas dos PDR referenciados nos documentos das ENEI/EREI
	Temporal	PT2020

Critérios e Questões de avaliação	**Eficiência operativa** **QA1.** Os processos de candidatura, análise e seleção dos projetos (p.e. avisos de abertura de candidaturas, formulários, critérios de seleção, condições de admissibilidade) e contratualização são os mais adequados para alcançar os objetivos das ENEI/EREI? **QA2.** Os mecanismos de gestão das ENEI/EREI (informação, dinamização e divulgação, capacitação das agências públicas, acompanhamento e monitorização, …) facilitam o cumprimento dos seus objetivos? **QA3.** Qual a adequação e influência dos modelos de governação das ENEI/EREI na implementação das mesmas no PT2020? **Eficácia** **QA4.** As ENEI/EREI estão a ser capazes de dinamizar os ambientes adequados à descoberta empreendedora e o desenvolvimento dos respetivos Sistemas Regionais de I&I? Quais os fatores críticos de sucesso/principais obstáculos (dinamização, informação, cultura organizacional das entidades envolvidas…)? **QA5.** Qual o papel dos FEEI na concretização dos objetivos das ENEI/EREI (considerando a sua configuração e primeiras realizações)? **QA6.** Qual o contributo esperado das ENEI/EREI no cumprimento dos objetivos e metas nacionais em matéria de Crescimento Inteligente da Europa 2020? Quais os principais fatores críticos/estrangulamentos?
Método(s)	Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação	Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Entidade responsável	AD&C
Grupo de Acompanhamento	AD&C, AG do PO CI, do PO CH, do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve e/ou CCDR do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve; do PO Açores e do PO Madeira; ANI; ARDITI (Madeira) e Direção Regional de Ciência e Tecnologia (Açores), GPP na qualidade de coordenador da Comissão de Coordenação Nacional (CCN) para o FEADER, DGPM na qualidade de coordenador da Comissão de Coordenação (CCF) para o FEAMP, representantes do CES (CIP/CCP/Consultor).
Duração prevista	180 dias
Preço base	100 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.
Coordenador(es)	António Manuel Figueiredo
Preço contratado	82 900 euros
Data de início / Final / Duração	07-12-2017 / 27-11-2019 / 1 ano e 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais	
Metodologia e Fontes de informação – Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação

Metodologia e Fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental e de dados dos Sistemas de Informação**
	– **Workshop metodológico:** CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, IDR Madeira, PO Açores, PO CH, IAPMEI, ANI
	– **2 Inquéritos**
	  ○ **Projetos**: Universo: 15.290; Respostas válidas: 816
	  ○ **Entidades**: Universo: 8.718; Respostas válidas: 313
	– **7 estudos de caso** (os 4 primeiros no âmbito da analise comparativa de casos)**:**
	  ○ EREI Centro (CCDR Centro, *stakeholders* integrados nas plataformas colaborativas da EREI Centro e participantes nos trabalhos de elaboração da Agenda Regional Centro para a Economia Circular)
	  ○ EREI Alentejo (CCDR Alentejo, AG PO Alentejo, PACT - Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, Sines Tecnopolo, IP Beja, IP Portalegre, ANJE – Associação Nacional de jovens Empresários, ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral, CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo, COTR - Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio)
	  ○ EREI Região Autónoma da Madeira (IDR RAM, ARDITI, IDE RAM, IQ RAM, Universidade da Madeira, Startup Madeira, MADBIOTECH-CR&D, Observatório do Turismo, Observatório Oceânico da Madeira, M-ITI – Madeira Interactive Technology Institute, Centro de Química da Madeira, AREAM)
	  ○ EREI Algarve
	  ○ EREI Lisboa
	  ○ PRODUTECH - Pólo das Tecnologias de Produção (Cluster das Tecnologias da Produção)
	  ○ Infraestrutura de base Tecnológica CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos
	– **2 painéis de discussão**:
	  ○ Entidades do SCTN (CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia - Universidade Algarve, INESC TEC, Instituto Pedro Nunes, CEIIA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento, INL - International Iberian Nanotechnology Laboratory, IP Setúbal)
	  ○ Entidades integradas no Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) Alentejo (integrado no estudo de caso da EREI Alentejo)
	– **Análise de *benchmarking*** internacional de regiões espanholas (Extremadura, Madrid, Castilla y Léon, Islas Baleares)
	– **Entrevistas:** ANI, CCDR Norte

Metodologia e Fontes de informação – Informação de suporte	– Sistemas de Informação do PT2020
Follo w-up – Número de recomendações	22
Follo w-up – Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	6: ANI (3) | CCDR (1) | AG POR (1) | GT2030 (3) | IAPMEI (1) | MP (1) | MCT (1) |

		MEcon (1) | MCTES (1) | AD&C (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	16: ANI (12) | CCDR (13) | Governo RAM (11) | AG POR (6) | PO CI (4) | PO CH (4) | Rede SI (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 8| Parcialmente implementada: 0 Implementação em curso: 0| A implementar no futuro: 5| Não implementada: 3
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído, a partir das respostas obtidas junto das CCDR / AG POR.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Esta avaliação teve a particularidade (a par com a da Abordagem Territorial e de alguma forma com a Inovação Social) de se debruçar sobre o contributo de uma estratégia – orientada para um modelo de especialização económica "*placed based*" – por oposição a avaliações focadas em intervenções orientadas objetivos mais circunscritos. – A construção de uma Teoria da Mudança complexa, associada a uma estratégia (que englobada na realidade as estratégias nacionais e regionais), e teste das diferentes fases da cadeia causal, quer relativos à concretização dos elementos iniciais ou intermédios dessa cadeia causal, quer na perspetiva da criação de condições para a concretização de elementos em fases finais da cadeia. – Foi relevante ainda a análise da capacidade das EREI criarem ecossistemas de inovação através de uma metodologia de estudo de caso aplicada a territórios (Centro, Alentejo, Madeira). Em síntese: – A RIS3 trouxe a seletividade associada à lógica das EREI/ENEI, focando prioridades e alocando recursos em conformidade e garantindo a cobertura das prioridades identificadas pelas EREI, tendo-se concluído pela elevada importância que os FEEI apresentam na implementação dos objetivos daqueles referenciais estratégicos, podendo afirmar-se que sem o contributo dos FEEI tais instrumentos de política pública teriam uma expressão reduzida. A avaliação salientou ainda como aspetos positivos o papel de intensificação das práticas colaborativas e o reforço do crescimento inteligente. – A avaliação considera que ainda que a RIS3 tenha constituído uma estratégia oportuna dado o nível de maturação das políticas de I&D e venha ela própria reforçar os Sistemas Regionais de Inovação (SRI), tem efeitos ambivalentes gerando uma situação de rendimentos crescentes: as experiências mais elaboradas de interação sistémica tendem a ser aquelas que tiram melhor partido do potencial da abordagem RIS3. – Como aspetos menos bem conseguidos a avaliação realça a incipiente criação de ambientes de descoberta empreendedora e os efeitos das EREI sobre o rácio de empresas incumbentes e emergentes e ainda os efeitos das EREI e ENEI na progressão na cadeia de valor.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Análise do modelo de governação, que na fase em que decorreu a avaliação estava ainda pouco amadurecido.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Maior integração da informação recolhida através de análise documental e entrevistas nos instrumentos de recolha extensiva (inquéritos por questionário). **Pista 2:** Preparação prévia de uma bateria de indicadores apta para a avaliação da RIS3 e harmonizada entre AG de PO. **Pista 3:** Prolongar a fase de preparação do Relatório Inicial sobretudo quando esta implique desenhar de raiz as TdM (previa-se 30 dias para a entrega do Relatório Inicial). **Pista 4:** Existir um quadro mais exigente para as análises de *benchmarking*. **Pista 5:** Envolver de forma mais eficaz os *stakeholders* no processo de construção das TdM. **Pista 6:** Tirar partido de técnicas de recolha de informação (p.e. estudos de caso), que permitam a triangulação com as respostas dos questionários. **Pista 7:** Aprofundar a técnica de construção e aplicação de inquéritos por questionário e a reflexão crítica sobre o uso e análise de informação a partir desta técnica.

26. AVALIAÇÃO *EX ANTE* DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)		
Objetivo(s)		A avaliação *ex ante* tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação *ex ante* deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	*Ex ante*
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Regionais, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos para o apoio direto às empresas são enquadrados nas Prioridades de Investimento: PI 1.2 "Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral", no PO da Madeira (instrumentos de dívida e capitalização);

		PI 3.1 "A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas", nos PO Regionais de Lisboa, Algarve, Açores e Madeira (instrumentos de dívida e capitalização) e no PO CI (instrumentos de capitalização); PI 3.2 "O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização", em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização); PI 3.3 "A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços", em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização); PI 3.4 "A concessão de apoio à capacidade das PME para crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação" no PO Açores (instrumentos de dívida e capitalização). No âmbito do FEADER, o enquadramento faz-se nas medidas 4 – Investimentos em ativos físicos, 6 – Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas e 8 – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e melhoria da viabilidade das florestas, com instrumentos de dívida mobilizados no PDR do Continente e das Regiões Autónomas.
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento** – 1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o *gap* entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada? – 2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados? **B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais** – 3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas? – 4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)? – 5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado? **C. Recursos adicionais e efeito de alavanca** – 6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF? – 7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas. – 8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento? **D. Lições adquiridas** – 9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF. – 10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF. **E. Estratégia de investimento** – 11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – 12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – 13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. **F. Resultados e sistema de monitorização** – 14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF? – 15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado? – 16) Quais são as caraterísticas do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria? **G. Atualização da avaliação *ex ante*** – 17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*? – 18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*?
Método(s):		Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso público
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Madeira, PO Açores, PO ISE, Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), Agência para a Modernização Administrativa (AMA), Direção-Geral

		da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA); a Associação Nacional dos Municípios (ANMP); representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CGTP e UGT)
Duração prevista		270 dias
Preço base		120 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Augusto Mateus & Associados
Coordenador(es)		Vítor Escária
Preço contratado		101 000 euros
Data de início / Final / Duração		16-10-2014 / 06-05-2015 / 8 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise Documental** – **Entrevistas:** AD&C, Banco de Portugal, IFD, GPP, PO CI, AICEP, PO Algarve, PO Alentejo, PO Lisboa, IAPMEI, PME Investimentos, APB, CMVM, IDE RAM, PRORURAL, SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores – **5 *focus groups***: ○ FG 1 – Os instrumentos de dívida e o reforço do financiamento por via de capitais alheios nas PME - A experiência do QREN e perspetivas para 2014-2020 (AD&C, PO CI, GPP, IAPMEI, Millenium BCP, PME Investimentos, PO Centro, PO Lisboa, PO Norte) ○ FG 2 – Os instrumentos de capitalização e o reforço de capitais próprios nas PME - A experiência do QREN e perspetivas para 2014-2020 (PO CI, APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco, BIC Cascais, FNABA - Federação Nacional das Associações de Business Angels, PME Investimentos, PO Alentejo, PO Centro, PO Lisboa, PO Norte) ○ FG 3 – Os IF enquanto alavanca de empreendedorismo, inovação e internacionalização - A experiência do QREN e perspetivas para 2014-2020 (CAP, CIP, Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e Afins de Portugal, Health Cluster Portugal, COTEC - Associação Empresarial para a Inovação, Madan Parque, PowerGrid, AD&C, PO CI, GPP, IAPMEI, Millenium BCP, PO Centro, PO Lisboa, PO Norte) ○ FG 4 – A estratégia de investimento e os IF no Portugal 2020 (AD&C, Banco de Portugal, BPI – Banco Português de Investimento, Caixa Geral de Depósitos, CCP, CIP, GPP, IAPMEI, IFD, Montepio Geral, PO Açores, PO Alentejo, PO Centro, PO Lisboa, PO Madeira) ○ FG 5 – A estratégia de investimento e o modelo de governação dos IF (AD&C, GPP, IFD, PO CI, PO Açores, PO Alentejo, PO Algarve, PO Centro, PO Lisboa, PO Madeira). – **Inquéritos** ○ **Potenciais destinatários:** Amostra: empresas com autonomia financeira superior a 20% e resultado líquido positivo em 2013; Respostas válidas: 375 ○ **Inquérito a potenciais beneficiários na tipologia "entidades veículo detidas por BA":** Respostas válidas: Universo: Sociedades gestoras de capital de risco registadas na CMVM (29) e todas as sociedades de *Business Angels* identificadas junto da PME Investimentos e do COMPETE (42); Respostas válidas: 19 ○ **Inquérito a potenciais beneficiários dos IF na tipologia "bancos**": Universo: 20; Respostas válidas: 3 – ***Benchmarking***
	Informação de suporte	– fontes estatísticas nacionais e internacionais: SAFE - *Survey on the Access to Finance of Enterprises in the* euro área; Banco Central Europeu; das sociedades não financeiras da central de balanços do Banco de Portugal; da BACH - *Bank for the Accounts of Companies Harmonised*; da SABI - *Iberian Balance Sheet Analysis System*).

Avaliações temáticas no domínio da Inclusão Social e Emprego

27. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)		
Objetivo(s)		Avaliar a implementação, a eficácia e a eficiência das intervenções IEJ (referentes à dotação específica da IEJ e à dotação FSE para a IEJ), nomeadamente para a execução da Garantia para a Juventude.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO ISE
	Territorial	Portugal
	Temático	Eixo 2 do PO ISE
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância**: – Em que contexto socioeconómico a IEJ é implementada? Que tipo de necessidades específicas os grupos-alvo apresentavam (inserção no mercado de trabalho, formação, regresso à educação, etc.)? – Qual o papel da IEJ na implementação da Garantia Jovem? – A programação da IEJ (objetivos específicos, ações e grupos-alvo) corresponde às necessidades identificadas (por grupo-alvo)? – A IEJ assegura uma rápida resposta à resolução urgente do problema? **Coerência interna:** – As ações IEJ constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos da IEJ? **Coerência externa:** – De que forma a IEJ se complementa/articula e obtém sinergias com outros instrumentos de política de apoio aos jovens? **Eficiência operativa**: – O modelo de operacionalização da IEJ permite implementar de forma eficaz a estratégia da IEJ? Quais os pontos fortes e fracos da operacionalização da iniciativa? – A implementação da IEJ fez uso de parcerias já existentes? Ou foram desenvolvidas novas parcerias para facilitar a implementação da IEJ? Em que medida estas parcerias são adequadas à implementação da IEJ? – A implementação da IEJ desencadeou novas abordagens ao fenómeno do desemprego jovem? Se sim, qual a sua adequação? – A implementação da IEJ está a decorrer de acordo com o planeado (execução financeira, etapas, metas)? Se não, porquê? **Eficácia**: – Os objetivos da IEJ estão a ser alcançados ou existem condições para os alcançar? – Como é que a IEJ está a contribuir para a concretização do objetivo da integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho? E para os objetivos específicos no âmbito do FSE? E para resolver o problema dos NEET? – Os fundos da IEJ foram gastos com aqueles que mais precisavam de apoio? Os grupos-alvo da IEJ foram as pessoas mais desfavorecidas, as comunidades marginalizadas e aqueles que abandonaram a escola com baixas qualificações? Os grupos-alvo previstos na fase de implementação foram alcançados? – Estão os participantes na IEJ no emprego, educação ou formação contínua, aprendizagem ou estágios depois de deixar a intervenção? Se não, porquê? – Qual foi a qualidade das propostas de trabalho recebidas pelos participantes? As ofertas foram provenientes do mercado de trabalho aberto, protegido ou através de respostas públicas? As ofertas foram recebidas ao abrigo de regimes da Garantia Jovem? – Qual foi o progresso dos participantes na IEJ em relação à educação contínua, à inserção no mercado de trabalho sustentável e de qualidade, aprendizagens e estágios de qualidade? – Quais são as características dos empregos e dos estágios que os ex-participantes da IEJ estão a assegurar como resultado do IEJ? – Que tipo de intervenções foram as mais eficazes, para cada grupo e em que contextos? Sendo os NEET um grupo por si só bastante heterogéneo (idade, nível de instrução, situação face ao emprego, etc.), em que medida as estratégias de abordagem a estes grupos foram diferenciadas? **Eficiência**: – Quais as operações mais eficientes e com maior relação custo-benefício, por grupo-alvo? – Em alguma intervenção poder-se-ia ter gasto menos e alcançar os mesmos resultados? – Quais foram os custos unitários por tipo de operação e por grupo-alvo? – Que tipos de operações foram mais eficientes em termos de custo-benefício?

		Necessidades de informação e avaliação: – Quais as necessidades de avaliação mais prementes relativamente à IEJ? – Quais os métodos e abordagens metodológicas mais adequados para avaliar as intervenções da IEJ? – Qual a informação necessária para desenvolver uma metodologia de impacto da IEJ, de forma a identificar o contributo da IEJ para as mudanças que se registaram ao nível dos resultados? *Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade*
Método(s)		Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AG do PO ISE
Grupo de Acompanhamento		AG do PO ISE, AD&C, POR RA Açores e Madeira, IEFP, DGES
Duração prevista		180 dias
Preço base		75 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		CESOP-UCP
Coordenador(es)		Ana Cláudia Valente
Preço contratado		59 500 euros
Data de início / Final / Duração		07-12-2015/ 30-02-2018 / 2 anos e 3 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Análise de fontes e dados estatísticos** – **Entrevistas**: DREQP, IEFP, IEM, AG PO ISE, AICEP, DGAL, MNE; DGES, CASES, IPDJ – **Inquéritos a ex-participantes IEJ:** Universo: 30.451; Amostra (estratificada): 2300; respostas válidas: 1.523 – **Painéis de discussão**: MERCER Portugal – Recursos Humanos Lda, MBD – Gestão de Investimentos Hoteleiros Lda, Crescer na Maior – Associação de intervenção comunitária; EUROTRISLS – Consultores científicos SA, LINKARE TI – Tecnologias de Informação Lda, CM Sintra, CM Oeiras, CM Mafra – **2 *Focus groups* + 10 entrevistas** ○ (ex)participantes das tipologias de operação com execução física na IEJ (7 jovens participantes na medida Vida Ativa Jovem) ○ (ex)estagiários do Programa de Estágios (9 do Programa de Estágios do IEFP, 2 do INOV Contacto e 2 do PEPAL) ○ Entrevistas adicionais a (ex)participantes (2 Estagiar T, 1 PIIE, 1 INTEGRA, 2 AGIR, 2 Estágios, 2 PEPAC) – ***Benchmarking* Internacional**: Itália, Reino Unido e França
	Informação de suporte	– Eurostat – INE – Sistema Público de Emprego (Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), nomeadamente os referentes aos inscritos na Garantia Jovem. – Sistemas de Informação do PT2020 (programação, execução financeira e realização física da IEJ e o apuramento de dados relativos a indicadores de resultado)
Follow-up	Número de recomendações	11
	Restantes campos	n.a. *(Esta avaliação não seguiu o processo de* follow-up *inscrito no documento de orientações, uma vez que as suas recomendações foram integradas diretamente na reprogramação da IEJ)*
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Analisar numa única avaliação o estado de operacionalização do conjunto das medidas IEJ, centrada no entanto nas medidas de maior execução: estágios profissionais e apoios à contratação. – Aplicação de um inquérito a uma amostra robusta de participantes nas medidas IEJ que permitiu uma visão dos resultados das intervenções IEJ confrontando com dados para o conjunto da população empregada. Em síntese: – A avaliação concluiu que a IEJ contribuiu para o combate às elevadas taxas NEET e de desemprego jovem para jovens de 15-29 anos em Portugal. Evidenciou um baixo nível de desistência e níveis muito satisfatórios de promoção da empregabilidade nas tipologias analisadas (estágios e apoios à contratação). – Concluiu-se que os apoios à contratação eram mais eficazes que os estágios na inserção no mercado de trabalho e que do ponto de vista da qualidade das inserções profissionais, os resultados foram positivos quando comparados com os valores médios da população empregada no que diz respeito ao regime de horário, duração de trabalho, salário e tipo de contrato. – A avaliação identificou como as principais fragilidades falhas no alcance de públicos de baixa escolaridade e execução inexistente das medidas na área da educação e autoemprego.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Identificação quantitativa dos efeitos da IEJ.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Preparação da informação a disponibilizar ao avaliador antes da assinatura do contrato, sobretudo quando envolve a recolha de informação junto de mais de um organismo.

28. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)		
Objetivo(s)		O **objetivo global** é avaliar a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções IEJ (referentes à dotação específica da IEJ e da dotação FSE para a IEJ), nomeadamente para a execução da Garantia para a Juventude. Os **objetivos específicos** são: i) Identificar o grau de eficácia e eficiência e os impactos da IEJ, face aos objetivos propostos, efeitos esperados e recursos afetos; ii) Explicitar a forma como as intervenções apoiadas produziram os efeitos observados, em que circunstâncias e em que contextos o fizeram e os fatores críticos de sucesso (e de insucesso); iii) Estabelecer evidência sobre o racional que sustenta a IEJ; iv) Aferir, à luz dessa evidência e dos elementos de contexto regulamentar, socioeconómico e organizacional que enquadram a implementação do PT2020, a adequação dos instrumentos de apoio previstos no atual período de programação face aos objetivos que prosseguem e identificar eventuais necessidades de ajustamento que favoreçam a eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidades das intervenções.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO ISE
	Territorial	Portugal
	Temático	Eixo 2 do PO ISE
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** – A IEJ alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas à IEJ? **Eficiência** – A intervenção é eficiente, tendo em consideração os recursos aplicados e os resultados alcançados? **Impacto** – Quais são os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)? Como é que a intervenção causou essa(s) mudança(s) no contexto socioeconómico? **Valor Acrescentado Europeu:** – Qual a vantagem do uso dos FEEI para apoiar as medidas objeto desta avaliação?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria e Avaliação de Impacto Contrafactual
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AG do PO ISE
Grupo de Acompanhamento		AG do PO ISE, AD&C, AG do PO Açores e do PO Madeira, IEFP, DGES
Duração prevista		365 dias
Preço base		150 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento IESE / PPLL Consult (com o apoio do CRIE para o contrafactual)
Coordenador(es)		Catarina Pereira, Rui Godinho e Ana Simões
Preço contratado		129 950 euros
Data de início / Final / Duração		12-04-2019 / 23-02-2021 /
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria, Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Avaliação Contrafactual de Impacto – *Sequence Analysis* e *Optimal Matching Algorithm*
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental:** estudos específicos sobre a IEJ e a população NEET, nacionais e internacionais; Relatórios de Execução e Sínteses Mensais; legislação e regulamentação aplicável; Avisos de abertura de candidaturas e documentos orientadores das intervenções em análise; materiais disponibilizados no decurso das entrevistas, incluindo Relatórios de execução e de avaliação das medidas. – **Entrevistas semi-diretivas**: Secretaria de Estado da Administração Local / Direção-Geral das Autarquias Locais; DREQP - Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional da Região Autónoma dos Açores; IEM - Instituto de Emprego da Madeira; Coordenação da Garantia Jovem; Departamento de Emprego do IEFP; Serviços de Estudos, Planeamento, Controlo e Gestão do IEFP; AICEP/Portugal Global (INOV Contacto); CASES; IPDJ; DGES. – ***Workshop*** inicial de consensualização e validação da TdM: IEM; IEFP / Garantia Jovem; DGES; AICEP-INOV Contato; MNE; DGAL, CASES, IPDJ. – **Inquéritos a ex-participantes IEJ:** Universo:48.315; Respostas válidas: 4.092. – ***Focus group*** (*on line*): IEM - Instituto de Emprego da Madeira; Casa Pia de Lisboa; AD&C; PO CH; IEFP; Secretaria de Estado do Trabalho e da Formação Profissional; ANQEP; CASES; Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto; Instituto da Segurança Social Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência; DREQP; IPDJ; PO ISE. – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– Bases de dados administrativas do IEFP/ Instituto da Segurança Social – Bases de dados do Sistema de Informação do PO ISE
Follow-up	Número de recomendações	6 (29 sub)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	6 (29 sub): MPlan (29) | MPres (29) | CoordGJ (29) | GT2030 (29)

	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	0
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído, apenas com recomendações para conhecimento dos destinatários.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Permitiu a articulação das Bases de Dados do IEFP (inscritos e beneficiários de intervenções dos serviços públicos de emprego) e da Segurança Social, numa série longa (2009 a 2018), possibilitando uma análise mais robusta dos efeitos das intervenções não só ao nível do acesso ao emprego, mas da qualidade do emprego (permanência no mercado de trabalho e salário). Permitiu também mitigar a não aleatoriedade na seleção de jovens tratados e não tratados, comparando as diferenças entre os dois grupos antes do tratamento e depois do tratamento, e analisando a magnitude dessas diferenças. – Permitir concluir com maior segurança sobre a atribuição dos efeitos de melhoria da situação do emprego dos jovens participantes, num contexto em que a dinâmica do mercado de emprego absorveu uma parte importante do desemprego gerado pela crise das dívidas soberanas e que atingiu o seu ponto mais alto justamente no momento da preparação do ciclo de programação. – Quantificação dos efeitos segundo o tipo de intervenção e sua duração e de acordo com o perfil dos destinatários (idade e escolaridade). – Primeira experiência de trabalho em articulação com o CRIE, em que o trabalho de preparação das bases de dados foi feito pela equipa de avaliação, em estreita articulação com o CRIE, e os cálculos finais foram realizados pelo CRIE. – Articulação de utilização do método contrafactual com o método Avaliação Baseada na Teoria. Em síntese: – A avaliação concluiu que a participação nas intervenções IEJ aumentou a probabilidade de obter um emprego tanto a curto como a médio prazo, independentemente do contexto do mercado de trabalho. – Constatou que os efeitos dos apoios à contratação são genericamente melhores do que os estágios, e que uma maior duração das intervenções e um estágio seguido de um apoio à contratação aumenta a magnitude dos efeitos. – Os estágios têm efeitos de maior magnitude em indivíduos com o ensino superior e os apoios à contratação são mais eficazes para indivíduos com baixa escolaridade. Os estágios de curta duração têm efeitos melhores em indivíduos mais velhos.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Fazer uma nova análise às medidas de promoção do empreendedorismo, com amostras robustas, já que se evidenciaram resultados algo divergentes entre resultados dos inquéritos e apuramentos das Bases Administrativas. **Pista 2:** Encontrar estratégia de apuramento do alcance dos inativos. **Pista 3:** Realizar um inquérito aos empregadores para testar os pressupostos que dizem respeito nomeadamente i) aos mecanismos que geram a adesão (ou dissuadem) dos empregadores a este tipo de estímulo; ii) ao ajustamento das competências criadas pelas ações IEJ nos jovens; iii) à qualidade dos empregos criados. **Pista 4:** Melhoria das formas de recolher evidência para validar mecanismos de ordem motivacional.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Criar uma melhor articulação entre equipas responsáveis pelas diferentes componentes do estudo (componente contrafactual e ABT). **Pista 2:** Auscultar atores associados à programação numa fase inicial da avaliação, para identificar desde logo opções programáticas não completamente explícitas e expectativas da programação face à operacionalização e resultados esperados. **Pista 3:** Incentivar de forma mais efetiva as equipas a reflexões sobre as fontes (as suas possibilidades e imitações) que permitam perceber diferenças entre resultados obtidos com diferentes fontes de informação (inquérito por questionário e fontes administrativas).

29. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL		
Objetivo(s)		Avaliar a operacionalização dos apoios à inovação social no quadro da Iniciativa Portugal Inovação Social do Portugal 2020 (RCM 73-A/2014, de 16 dezembro), tendo em vista o reforço ou melhoria da intervenção planeada, através da avaliação da qualidade da sua implementação e do seu contexto organizacional e da identificação de fatores não antecipados.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO ISE, PO CH, PO CI, POR Lisboa, POR Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	PO ISE: Programa de Capacitação para o Investimento Social (TO 3.32), Programa de Parcerias para o Impacto (TO 3.33), Títulos de Impacto Social (TO 3.34) PO CI: Fundo para a Inovação Social PO CH: Títulos de Impacto Social/Ações de inovação social para experimentação e testes de novas respostas na área educativa (TO 4.06); Programa Parcerias para o Impacto/Ações de inovação social para experimentação e testes de novas respostas na área educativa (TO 4.06) POR Algarve: Programa Parcerias para o Impacto/Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social POR Lisboa: Programa de Parcerias para o Impacto/Projetos inovadores/experimentais na área social; Título de Impacto Social/Projetos inovadores/experimentais na área social
	Temporal	Portugal 2020

Critérios e Questões de avaliação	**Eficácia** **QA1.** Considerando o grau de implementação da IPIS, em que medida será possível alcançar as metas e os objetivos específicos definidos? Quais os fatores internos e externos que influenciam, positiva ou negativamente, o alcance dos resultados, já obtidos e ainda esperados? – Foram desenvolvidos os procedimentos de gestão operativa mais adequados para atingir os objetivos da IPIS? – Os instrumentos de gestão dirigidos aos potenciais destinatários/beneficiários (regulamentação específica, Avisos de Abertura de Candidaturas, Sistema de Informação e respetivos formulários, divulgação dos instrumentos de financiamento e os mecanismos de apoio e esclarecimento) são adequados, facilmente apreendidos e potenciadores da procura? – As grelhas de análise e critérios de admissibilidade e seleção das candidaturas são coerentes e adequadas face aos objetivos dos instrumentos de financiamento da IPIS? – Que exigências se colocaram à gestão até ao momento e que respostas foram dadas para fazer face às mesmas, com a introdução de uma lógica orientada para os resultados e da criação de instrumentos de financiamento reembolsáveis? – A Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) desenvolveu procedimentos racionais de gestão financeira e de recursos humanos? – A IPIS apresenta coerência externa e interna? – A configuração e implementação dos instrumentos de financiamento apresentam complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições com outras intervenções, direta ou indiretamente, na promoção do empreendedorismo e inovação social? – Os instrumentos de financiamento constituem um conjunto coerente entre si, i.e. complementam-se de uma forma lógica, e adequado para atingir os objetivos da IPIS? **Impacto (*ex ante*)** **QA2.** Em que medida a IPIS está a contribuir para o alcance dos objetivos globais a que se propunha, nomeadamente a consolidação do ecossistema de inovação e empreendedorismo social em Portugal? Em que medida os instrumentos de financiamento contemplados na IPIS dão resposta às necessidades, iniciais e atuais, identificadas no setor da economia social e solidária, em particular das organizações (tradicionais e novos empreendedores sociais), dos destinatários finais e dos territórios de atuação, em matéria de inovação social? – A intervenção da IPIS permitiu criar novas capacidades efetivas, indutoras de ganhos continuados na eficiência dos serviços prestados a cidadãos e empresas? – De que forma a intervenção da Iniciativa PIS se articulou com as demais intervenções de política pública neste domínio? – Qual o potencial de transferibilidade ou alavancagem de soluções desenvolvidas na IPIS para outros contextos? **QA3.** Em que medida os instrumentos de financiamento contemplados na IPIS dão resposta às necessidades, iniciais e atuais, identificadas no setor da economia social e solidária, em particular das organizações (tradicionais e novos empreendedores sociais), dos destinatários finais e dos territórios de atuação, em matéria de inovação social? – As necessidades que a intervenção se propunha dar resposta foram bem atendidas, persistem ou evoluíram para novas necessidades? **Eficiência** **QA4.** As realizações da IPIS estão a ser alcançadas com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos, nomeadamente se tivessem sido contemplados outros instrumentos de financiamento? – A dimensão financeira e as formas de financiamento adotadas foram adequadas e suficientes para fazer a diferença ao nível dos objetivos da política pública? – A alocação de recursos entre diferentes instrumentos potenciou adequadamente os resultados pretendidos pela intervenção? – Os apoios e a natureza/área das intervenções (nomeadamente em matéria de qualificação de recursos – humanos) foram dirigidos para as áreas com maior potencial de impacto na redução dos custos de contexto e da eficiência da administração pública? **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor adicional resultante do uso dos FEEI para apoiar os instrumentos de financiamento da Iniciativa PIS, face ao que seria alcançado ao nível da ação individual do Estado-Membro? – Em que medida a eficácia e eficiência da intervenção de apoio à modernização e capacitação da administração pública é potenciada pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Que fatores indutores de valor acrescentado europeu estão presentes nesta intervenção? Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.
Método(s)	Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação	Concurso Público
Entidade responsável	AG do PO ISE
Grupo de Acompanhamento	AG do PO ISE, AD&C, PO Algarve, PO Lisboa, PO CH, PO CI, Estrutura de Missão Inovação Social (EMPIS), CASES, ISS, CES
Duração prevista	270 dias
Preço base	120 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.
Coordenador(es)	António Manuel Figueiredo

Preço contratado		102 300 euros
Data de início / Final / Duração		19-10-2020 / 28-02-2022 / 1 ano e 5 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação (e racional da Avaliação Realista)
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise estatística e documental** – **Entrevistas**: EMPIS – Estrutura Diretiva; AG PO ISE; AG PO Algarve; EMPIS – Equipa de financiamento; EMPIS – Equipa de ativação; AG COMPETE; AG PO Lisboa; AG PO CH; Banco Português de Fomento; Projeto *Wechangers*; Projeto *Knock Care*; Fundação Ageas; *Incode* 2030; Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto de Segurança Social. – **2 Inquéritos** (base projeto): ○ **Candidaturas aprovadas:** Universo: 584, Respostas válidas: 279 ○ **Candidaturas não aprovadas:** Universo: 377, Respostas válidas: 80 – **3 *focus group*:** ○ **Peritos em empreendedorismo e inovação social** (IES, MAZE, Universidade de Aveiro); ○ **Incubadoras sociais e Empreendedores sociais** (Human Power hub, Pista Mágica, IRIS, SPEAK, Microninho, Nuvem Vitória, Make it Better, I3Social, Associação Girassóis, Mentes Empreendedoras, Social Innovation Academy); ○ **Investidores sociais** (CM Valongo, Fundação Manuel António da Mota, Fundação Aga Khan, BPI – Banco Português de Investimento, Casa do Impacto – Santa Casa da Misericórdia, Fundação Altice Portugal, Caixa Económica Montepio Geral, European Investment Bank, Fundação Calouste Gulbenkian) – **2 Estudos de caso:** ○ Área Metropolitana do Porto (inclui entrevistas a: AMP, Fundação Cupertino de Miranda, Teatro do Bolhão, Município de Valongo, Município de Vila Nova de Gaia) ○ Região Centro (EMPIS – Ativadora da Região Centro, I3Social, Palhaços d'Opital, NEET MAKER – Capacitação e Estímulo à Empregabilidade e Inclusão Social)
	Informação de suporte	– Sistemas de Informação do Portugal 2020 – Relatórios de atividades de investidores sociais – Relatórios anuais de instituições bancárias
Follow-up	Número de recomendações	49
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	29: GT2030 (32) | Banco Português de Fomento (3)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	20: EMPIS (19) | Banco Português de Fomento (3)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 4 | Parcialmente implementada: 3 Implementação em curso: 1 | A implementar no futuro: 12 | Não implementada: 0
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Avaliar uma temática inovadora, construindo pela primeira vez uma Teoria da Mudança associada ao financiamento pelos Fundos desta iniciativa. – Testar nas fases iniciais da cadeia causal da Teoria da Mudança da Iniciativa Inovação Social até que ponto se implementou esta Teoria da Mudança de acordo com o previsto, e quais as condições para a concretização dos seus objetivos – desde pressupostos da própria teoria, como o efeito de pedra no charco que a intervenção pretende produzir, até à possibilidade de criar ecossistemas de inovação social e de transferir a abordagem da inovação social para as políticas públicas. – Ter potenciado o recurso à análise documental, desenvolvendo um trabalho de análise das memórias descritivas dos projetos, que permitiu ultrapassar dificuldades de obter informação de cumprimento de objetivos contratualizados em projetos com objetos diferentes, para aferir o cumprimento de objetivos e a natureza dos indicadores. – A estimação de poupanças de recursos públicos avançadas nesta avaliação podem ser a base para uma discussão sobre a forma de medir os efeitos das intervenções e os requisitos para produzir mudança na inovação social, bem como o papel da inovação social no combate aos fatores de exclusão social. Em síntese: – A avaliação considera que a implementação da IPIS contribuiu para consolidar e alargar o Ecossistema de inovação e empreendedorismo social (ECSIES) em Portugal de várias formas: i) trazendo para o ECSIES Organizações da Economia Social (OES) e promovendo a sua orientação para lógicas de impacto, sustentabilidade e diferenciação de respostas sociais; (ii) criando condições de envolvimento para os investidores sociais privados e promovendo o alargamento do mercado nacional de investimento social; (iii) mobilizando os municípios para o investimento em inovação social; (iv) reforçando a interação entre investidores sociais e OES/empreendedores sociais (p.e. start up); (v) promovendo o contributo das incubadoras sociais e de inovação social; vi) estimulando o sentimento de pertença a um ecossistema entre as entidades envolvidas e o reforço de práticas colaborativas. – Contudo, segundo a avaliação, a consolidação do ECSIES – um dos objetivos globais da IPIS – não apresenta ainda nem uma forte densidade colaborativa, nem um peso expressivo face ao universo da economia social, ainda que possam ser identificados ecossistemas de base sub-regional. Da mesma forma, não existe ainda evidência de internalização da abordagem por parte das entidades e das políticas públicas.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Avaliação de impacto que incida nos efeitos sobre os beneficiários, possibilitando ir para além da monitorização dos resultados (sobretudo metas de realização). Esta aferição pode passar pelo uso de métodos biográficos, como forma de identificar resultados e mecanismos de produção de resultados (em intervenções com metodologias menos testadas) ou

		pela realização de avaliações realistas em casos em que exista disseminação das experiências. Estas avaliações são relevantes para identificar o que funciona em que contextos e para quem e contribuem para a densificação dos mecanismos da própria TdM que correspondem à transferibilidade de experiências. **Pista 2:** Fazer avaliações de impacto relacionadas com os efeitos do financiamento das MPIS i) quer na produção de um ecossistema de inovação social, ii) quer na atuação dos agentes (públicos e privados) que intervêm na geração de mudanças no sentido do acesso aos direitos sociais (educação, emprego, alívio da pobreza, …). **Pista 3:** Repetir uma avaliação de processo cobrindo sobretudo as MPIS com menor execução à data de realização da avaliação em causa: CIS, FIS Capital e Crédito por forma a recolher aprendizagens sobre a sua implementação, que não foram para além do levantamento de razões para a não execução destas medidas.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Desenvolver um sistema de monitorização que permita uma melhor e mais sistemática aproximação ao "impacto" da inovação social. A definição de metodologias e indicadores de impacto e a análise dos resultados que dela decorrerem não deve dispensar uma reflexão sobre o "enviesamento de seleção" que a associação de indicadores de impacto ao reembolso dos custos das intervenções pudesse ter na identificação de beneficiários das medidas. **Pista 2:** Tirar partido de técnicas de recolha de informação (p.e. estudos de caso), que permitam a triangulação com as respostas dos questionários. **Pista 3:** Desenvolver a técnica de construção e aplicação de inquéritos por questionário e a reflexão crítica sobre o uso e análise de informação a partir desta técnica.

31. AVALIAÇÃO *EX ANTE* DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PARA O MICROEMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO E PARA OS EMPRÉSTIMOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (LOTE 2)		
Objetivo(s)		A avaliação *ex ante* tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação *ex ante* deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	*Ex ante*
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	No âmbito do FSE, os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento: – PI 9.1. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade – PI 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego – PI 8.3. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras – PI 8.1. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas – PI 10.2. Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:** – Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada? – Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados? **B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:** – Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas? – Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)? – Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado? **C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:** – Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF? – Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.

	– Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento? **D. Lições adquiridas:** – Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF. – Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF. **E. Estratégia de investimento:** – Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. **F. Resultados e sistema de monitorização:** – Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF? – Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado? – Quais são as caraterísticas do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria? **G. Atualização da avaliação *ex ante*:** – Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*? – Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*?
Método(s)	Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação	Concurso Público
Entidade responsável	AD&C
Grupo de Acompanhamento	AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO ISE, do PO CH e dos PO Regionais, IAPMEI, IP, IEFP, ISS
Duração prevista	120 dias
Preço base	60 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.
Coordenador(es)	
Preço contratado	53 565 euros
Data de início / Final / Duração	16-10-2014 / 16-11-2015 / 1 ano e 1 mês
Aspetos metodológicos e processuais	
Metodologia e Fontes de informação a e fontes de informação – Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Metodologia e Fontes de informação a e fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** ESLIDER - Associação Portuguesa para a Inovação Social; CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias de Portugal; IEFP; ANDC; SPGM; CASES; Laboratório de Inovação Social (LIS); Fundação Montepio Geral; DGES; Grupo de Trabalho Portugal Inovação Social; Montepio - Direção de Novos Negócios; Programa Inovação Social; MIES – Mapa de inovação e Empreendedorismo Social; Millennium BCP, PO ISE; PO CH; POR Convergência; PO Lisboa; Programa Portugal Inovação Social; AD&C – Auxílios de Estado; IEFP; *Start up* Braga - Braga *Invest* – **Inquérito a intermediários financeiros**: ○ Microcrédito: Universo: 11; Respostas: 6 ○ Microempreendedorismo: Universo: 11; Respostas: 4 ○ Crédito aos estudantes ensino superior: Universo: 9; Respostas: 3 – **1 Estudo de Caso**: SOCIAL INVESTE – **4 Painéis de Discussão**: ○ Painel 1 – Entidades financiadoras, gestoras e promotoras de iIF para a área social (ANDC; CASES; Fundação EP, Fundação Mota Engil, IEFP, Iniciativa Economia Cívica, Montepio, Portugal Inovação Social, SPGM) ○ Painel 2 – Entidades vocacionadas para a promoção, incubação e disseminação de projetos e práticas de inovação e empreendedorismo social e microempreendedorismo (Fundação EDP, Centro de Inovação Social, Iniciativa Glocal) ○ Painel 3 – Empréstimos para o ensino superior (Serviços Sociais da Universidade de Lisboa, Serviços Sociais da Universidade Católica Portuguesa, Serviços Sociais da Universidade Nova, Associação Estudantes ISCTE, Federação Académica do Instituto Politécnico de Lisboa, CGD, Santander Totta) ○ Painel 4 – Entidades da Economia Social (ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos, Engenho, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Diapotek, 2 especialistas em matérias sociais) – ***Benchmarking***: *Big Society Capital*, KfW *Microfinance*, *Student Loans Company*
Metodologia e Fontes de informação a e fontes de informação – Informação de suporte	– INE: Contas Nacionais; Estatísticas da Proteção Social; Conta Satélite da Economia Social; Quadros de Pessoal; IEFP; IEM; organismo emprego e formação profissional da RAA; IEFP, Programas de políticas ativas de emprego; Eurostat; ANDC; SPGM; DGES

50. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS MEDIDAS DE EMPREGO APOIADAS PELO MADEIRA 14-20		
Objetivo(s)		A Avaliação tem por finalidade apreciar o contributo do Madeira 14-20 para a promoção do emprego e para a empregabilidade na Região Autónoma da Madeira, tendo em atenção as intervenções para este efeito nos domínios da inclusão social e emprego e do capital humano, em vista do alargamento das oportunidades de emprego e/ou melhoria da qualidade do mesmo. Neste âmbito, pretende-se analisar os efeitos alcançados pelas políticas públicas regionais no estímulo à criação de emprego financiadas pelo FSE, em concreto, as enquadradas pelo PO Madeira 14-20.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO Madeira 14-20
	Territorial	Região Autónoma da Madeira
	Temático	EP 7 (inclui as PI: 8.a.i; 8.a.iii; 8.a,v e 8.a.vii) e EP 8 (inclui as PI: 9.b.i.; 9.b.iv.; 9.b.v.)
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		A Avaliação pretende combinar, por um lado, elementos relativos às condições de implementação das medidas de emprego e, por outro lado, elementos relativos à eficácia, eficiência e impacto das mesmas. **Relevância e coerência** **QA1.** Em que contexto socioeconómico tem vindo a ser implementadas as medidas de emprego financiadas pelo Madeira 14-20? Que tipo de necessidades específicas caracterizam os grupos-alvos beneficiários? **QA2.** Em que medida (intensidade e tempestividade) os objetivos das medidas de apoio ao emprego dão resposta às necessidades dos beneficiários e são prioritárias para a Região (tecido empresarial e população)? **QA3.** Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as medidas de apoio ao emprego e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento na Região? • As ações das intervenções de apoio às medidas de emprego constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos a que se propõem? **Eficácia e eficiência operativa** **QA4.** As modalidades de operacionalização das diversas medidas permitem implementar de forma eficaz a estratégia de apoio ao emprego na Região? Quais os pontos fortes e fracos da operacionalização das medidas? **QA5.** A implementação das medidas fez uso de parcerias já existentes ou foram desenvolvidas novas parcerias para facilitar essa implementação das medidas? Qual o grau de adequação dessas parcerias à implementação das medidas? **QA6.** A implementação das medidas desencadeou novas abordagens ao fenómeno do desemprego jovem? Se sim, qual a sua adequação? **QA7.** A implementação das medidas está a decorrer de acordo com o planeado (execução financeira, etapas, metas, …)? Se não, porquê? **QA8.** Os objetivos das medidas de emprego estão a ser alcançados ou existem condições para os alcançar? **QA9.** Como é que as medidas de emprego estão a contribuir para a concretização do objetivo da integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho? E para os objetivos específicos no âmbito do FSE? **QA10.** Os fundos afetos às medidas de emprego foram gastos com aqueles que mais precisavam de apoio? **QA11.** Os grupos-alvo previstos na fase de implementação das medidas de emprego foram abrangidos? **QA12.** Os participantes nas medidas de emprego encontram-se empregados? Se não, porquê? Qual a qualidade das propostas de trabalho recebidas pelos participantes nas medidas de emprego? As ofertas foram provenientes do mercado de trabalho aberto, protegido ou através de respostas públicas? **QA13**. Quais são as características dos empregos e dos estágios que os ex-participantes nas medidas de emprego estão a assegurar como resultado dos apoios? **QA14.** Que tipo de intervenções foram as mais eficazes, para cada grupo e em que contextos? Quais os efeitos dos apoios à criação de emprego na diminuição do desemprego (especialmente o de longa duração e o jovem)? Na criação de empresas e no aumento de uma cultura empreendedora? **Eficiência** **QA15.** Os resultados das intervenções de apoio ao emprego foram alcançados com o mínimo de recursos? **QA16.** Quais as operações mais eficientes e com maior relação custo-benefício, por grupo-alvo? Em alguma intervenção poder-se-ia ter gasto menos e alcançar os mesmos resultados? **Impacto** **QA17.** Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos das intervenções? – Que impactos ocorreram para a Região com estas medidas de apoio? – Como é que as intervenções causaram essa mudança? – Em que medida as mudanças observadas podem ser atribuídas a determinadas intervenções?
Método(s)		Métodos de avaliação de impacto a escolher pela equipa, tendo por base uma Teoria da Mudança
Procedimento de contratação		Concurso Público (Lote 3)
Entidade responsável		AG do PO MADEIRA

Grupo de Acompanhamento		IDR RAM (AG do PO Madeira), IQ RAM (Organismo Intermédio), IEM RAM (Organismo Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas).
Duração prevista		210 dias
Preço base		45 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		NOVA IMS – NOVA Information Management School
Coordenador(es)		Pedro Simões Coelho
Preço contratado		40 990 euros
Data de início / Final / Duração		29-01-2021 / 28-01-2022 / 1 ano
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Análise contrafactual – *Difference-in-Differences*
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** Instituto de Emprego da Madeira; IDR RAM. – **2 Inquéritos:** o Parceiros relevantes *(sem informação sobre universo/amostra/respostas válidas)* o Beneficiários/participantes das intervenções das medidas de emprego do Madeira 14-20 *(sem informação sobre universo/amostra/respostas válidas)* – **Tratamento** das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– Instituto Nacional de Estatística (INE) – Sistema de informação do FSE/Portugal 2020 – Dados relevantes provenientes de Instituições Públicas responsáveis pelas medidas do Madeira 14-20
Follow-up	Número de recomendações	5 (1 recomendação não aceite pela entidade coordenadora da avaliação)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	2: IEM RAM (2)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	2: IEM RAM (1) | AG (2) | IQ RAM (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 2 | Parcialmente implementada: 0 Implementação em curso: 1 | A implementar no futuro: 0 | Não implementada: 0
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

Avaliações temáticas no domínio do Capital Humano

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA		
Objetivo(s)		– Avaliar a eficácia e impacto dos apoios/intervenções dos fundos, em particular do FSE, no âmbito da formação avançada de ativos, através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, bem como dos programas doutorais; – Explicitar a forma como as intervenções apoiadas pelo QREN/PT2020 produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas e os seus fatores críticos de sucesso (insucesso); – Verificar em que medida o caminho seguido pelo PT2020 é o mais adequado para potenciar os impactos verificados, visando ponderar de forma mais fundamentada eventuais ajustamentos que se justifiquem ainda no decorrer deste período de programação, tendo em conta os objetivos específicos e consequentes metas previstas no âmbito dos PO com incidência no território continental que apoiam esta política pública no atual quadro de Programação.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (QREN e Portugal 2020)
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO PH (QREN) PO CH e PO Norte, PO Centro e PO Alentejo (PT2020)
	Territorial	Portugal
	Temático	Programa Operacional Potencial Humano (QREN): – Eixo 4 – Tipologia 4.1: Bolsas de Formação Avançada Programa Operacional Capital Humano e Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo (PT2020): – Eixo Prioritário 2 – PI 10.2. – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior, com vista aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas. No âmbito do PO CH, os programas de formação avançada, nomeadamente Bolsas Individuais de Doutoramento (BD), Doutoramento em Empresas (BDE) e de Pós-Doutoramento (BPD) e os Programas de Doutoramento desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior (IES), que incluem Bolsas de Doutoramento (BD), Bolsas de Investigação (BI) e Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE) (quando alinhados com as prioridades nacionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente ou para operações multiregiões, quando situadas nas regiões menos desenvolvidas do Continente); No âmbito dos PO Regionais do Continente, os apoios a Programas de Doutoramento, quando alinhados com as prioridades regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente (RIS3), nas operações localizadas na respetiva região de validação.
	Temporal	Período QREN, complementado pelo período PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (QREN e PT2020) foram/são adequados e coerentes com os problemas/necessidades diagnosticadas e recomendações no âmbito da formação avançada e se ajustam às prioridades da política pública objeto desta avaliação? **Eficácia** **QA2.** As intervenções realizadas alcançaram os objetivos específicos no âmbito da programação QREN em matéria de formação avançada? Como foram atingidos esses resultados? **QA3.** Em que medida os compromissos atuais e perspetivados do PT2020 no âmbito da formação avançada permitem alcançar os objetivos específicos fixados na programação **Eficiência** **QA4.** A dimensão financeira, as formas de financiamento e os instrumentos de apoio adotados (QREN/PT2020) foram/são adequadas e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa? **QA5.** Face ao conjunto de realizações e resultados obtidos (QREN) como se avalia a mobilização de recursos empregues durante as intervenções? Poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou resultados com os mesmos recursos? **Impacto** **QA6.** Quais são os contributos gerados pela Formação Avançada sobre os seus destinatários individuais, sobre as organizações de inserção e sobre o contexto socioeconómico? **Valor Acrescentado Europeu** **QA7.** Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no contexto nacional das políticas públicas em Formação Avançada?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento		AG do PO CH (coordenação), AD&C, FCT, AG do PO ISE, AG dos PO Regionais Norte, do Centro e do Alentejo e DGEEC
Duração prevista		180 dias
Preço base		100 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento IESE / Improve Consult / PPLL Consult

Coordenador(es)		Catarina Pereira e Nuno Duarte
Preço contratado		74 950 euros
Data de início / Final / Duração		04-09-2017 / 10 -12-2018 / 1 anos e 3 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **2 ciclos de Entrevistas**: ○ 1º ciclo de entrevistas: AD&C, AG PO ISE, AG PO PH, AG PO CH, AG PO Alentejo, AG PO Norte, Gabinete Secretária de Estado da Ciência, FCT, ANI, ANICT – Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia ○ 2ª ciclo de entrevista: A3ES, Universidade de Évora, Universidade de Coimbra, Universidade da Beira Interior – **2 Inquéritos:** ○ **Bolseiros/ex bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento**: Universo: 11.737; Respostas válidas: 3.036 ○ **Entidades potencialmente empregadoras**: Universo: 10.528; Respostas válidas: 1.275 – **3 Estudos de caso relativos a Programas de Doutoramento:** ○ Programa de Doutoramento em Ambiente Empresarial: Doctoral Program in Refining, Petrochemical and Chemical Engineering (inclui entrevistas a: Diretor do Programa de Doutoramento - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Instituto Superior Técnico, Galp, Doutorada empregada na Galp, Doutorada empregada na Air Liquid, Doutorada empregada na Hovione) ○ Programa de Doutoramento Heritage Studies (inclui entrevistas a: Diretor do Programa de Doutoramento - Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Bolseira de Programa de Doutoramento, Bolseira estrangeira de Programa de Doutoramento) ○ Programa de Doutoramento TERM&SC – Tissue Engenering, Regenerative Medicine and Stem Cells (inclui entrevistas a: Diretora do Programa de Doutoramento - Universidade do Minho, Ex-bolseira de Doutoramento e bolseira de Pós-Doutoramento financiada por um Projeto Estruturado do PO Norte 2020 no ICVS/3B`s - Laboratório Associado da Universidade do Minho) – **6 Estudos de caso relativos a trajetórias individuais:** ○ Doutoramento Individual Nacional (Doutorada em Engenharia Biomédica, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Empregada na Delloite; Partner - RD and Government Incentives na Delloite – entidade empregadora) ○ Doutoramento Individual Nacional e Pós-Doutoramento Individual Nacional (Doutorada em Engenharia Química na Universidade Aveiro e Pós-Doutorada) ○ Pós-Doutoramento Individual Nacional (Doutorada em Ciências Jurídicas, frequenta o Pós-Doutoramento no CES; Representante do CES – Entidade empregadora) ○ Doutoramento Individual Nacional (Doutorada em Design, Professora Auxiliar) ○ Pós-Doutoramento Individual – bolsa mista (Post-Doc Researcher no CIBIO Research Center in Biodiversity and Genetic Resources – Universidade do Porto) ○ Doutoramento Individual (Doutorada em Ciências Agrárias. Investigadora-bolseira num projeto Horizonte 2020 gerido pelo ICAAM-Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas) – **3 *Focus Group* regionais** (Centro, Alentejo e Norte) com envolvimento de stakeholders de base territorial (Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de I&D, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Autoridades de Gestão dos POR Associações empresariais/empresas de referência na região, representantes de beneficiários, …). – **1 *Workshop*** sobre as principais conclusões e recomendações da Avaliação: PO CH, Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional – Açores, CCDR Centro, AD&C, PO ISE, FCT, MCTES – **1 Painel de peritos** colaboradores das entidades que compõem o Consórcio da Avaliação
	Informação de suporte	– Bases de dados da DGEEC – SI POPH/POCH – respeitante aos registos constantes nos sistemas de informação de suporte à gestão dos FEEI. – SI FCT – respeitante aos registos constantes nos sistemas de informação de suporte à gestão à política pública nacional, preconizada pela FCT. – Inquérito aos Doutorados CDH2015 (CDH - Careers on Doctorate Holders), instrumento oficial de recolha de informação sobre recursos humanos altamente qualificados – doutorados – em Portugal, realizado pela DGEEC. Este abrange o universo de doutorados com grau conferido até 31 de dezembro de 2015 e residentes em Portugal.
Follow-up	Número de recomendações	19
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	19: MCTES (15) | MP (10) | MTSSS (2) | A3ES (1) | ANI (1) | AD&C (3) | DGEEC (2) | POR Norte, Centro e Alentejo) (1) | GT2030 (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	10: FCT (8) | POR Norte, Centro e Alentejo (2) | PO CI (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 1 | Parcialmente implementada: 2 Implementação em curso: 2 | A implementar no futuro: 1 | Não implementada: 2 | Sem informação: 2
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	Verificou-se, nesta avaliação, um forte envolvimento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), organismo responsável pelo maior número de recomendações. A FCT aceitou e respondeu prontamente às recomendações a si destinadas através da integração das mesmas na implementação e revisão de procedimentos internos. Contudo, com a experiência deste processo de *follow-up*, sobretudo com as restantes entidades responsáveis por implementar recomendações, retiram-se as seguintes aprendizagens: – O processo de *follow-up* deve ter a menor duração possível, e esta deve ser determinada antecipadamente, através da construção participada de uma calendarização, que promova o envolvimento das entidades. – Este envolvimento das entidades deve, igualmente, ser promovido através do seu comprometimento com o processo avaliativo desde a sua fase inicial, e através da utilização de mecanismos de *follow-up* mais dinâmicos, participados e

		simplificados, nomeadamente a realização de reuniões entre as entidades envolvidas para promover o compromisso da participação, bem como para melhorar a compreensão daquilo que é esperado no processo e em cada uma das suas fases. – Direcionar as recomendações para um menor número de entidades, de forma a tornar o processo mais objetivo e eficaz. – Identificar corretamente a entidade responsável pelas recomendações, pois esta seleção inicial permite: i) envolver, desde o início, a entidade competente pelo tema da avaliação; ii) e otimizar o processo de *follow-up*.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Sendo a primeira avaliação a realizar-se, em Portugal, no âmbito dos fundos europeus, sobre formação avançada, esta avaliação desenvolveu o quadro teórico da avaliação da formação avançada, nomeadamente, a construção da TdM, incluindo a identificação dos diferentes tipos de resultados (ao nível micro, organizacional e sistémico) e a aferição de evidências para alguns deles. Em síntese: – Foi identificado um contributo relevante dos fundos para a expansão da *pool* de ativos altamente qualificados, mas com um insuficiente impacto na inovação empresarial, nomeadamente pela reduzida capacidade de induzir a transferência, para a economia e sociedade, do conhecimento e da tecnologia produzidos no decurso dos processos de doutoramento apoiados (e não apoiados) pelos FEEI. As pistas apontadas para esta situação são a elevada preponderância de ex-bolseiros FEEI docentes e/ou em investigação no ensino superior e a baixa expressão das modalidades de doutoramento em contexto empresarial. – Foi considerado que as bolsas são fundamentais para viabilizar os pós-doutoramentos, mas na maioria dos casos essa opção é mais que uma etapa de formação, constituindo-se como uma forma de enquadramento do emprego científico (precário).
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Avaliar mais aprofundadamente os impactos das bolsas de formação em empresas nos três níveis, micro, organizacional e sistémico. E a razão para a sua baixa expressão, e a (eventual) consequente baixa atratividade de doutorandos "não académicos" e a (eventual) consequente baixa inserção de doutorados no mercado não académico. **Pista 2:** Assumindo que é, em paralelo, incentivado (nos apoios dos FEEI) uma aproximação entre entidades não empresariais do SI I&I e as empresas, aferir até que ponto a baixa inserção de doutorados no mercado não académico impacta a eficácia desses estímulos, visando uma efetiva transferência e valorização de conhecimento. **Pista 3:** Aplicação de metodologias de Avaliação Baseada na Teoria para chegar a conclusões mais robustas relativamente aos efeitos das intervenções consideradas nesta avaliação.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Reforçar o envolvimento precoce das entidades representadas no Grupo de Acompanhamento, desde logo daquelas que sejam instrumentais no acesso atempado a bases de dados administrativas (necessidades de informação devem, tanto quanto possível, ser antecipadas ainda antes do lançamento da avaliação, criando condições formalizadas, quando necessário, para o acesso a bases de dados). **Pista 2:** A construção e respetiva validação da TdM da intervenção objeto de avaliação deve ser autónoma (e anterior) à entrega do Relatório Inicial, uma vez que o roteiro metodológico – matriz de avaliação (deve ser obrigatória) – e os instrumentos de recolha de informação a mobilizar devem ser construídos em função da TdM estabilizada. **Pista 3:** As avaliações devem considerar o tempo de realização e produção de impactos das intervenções (neste caso a conclusão de um doutoramento), para permitir aferir impactos.

34. A) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ADULTOS (LOTE 1)		
Objetivo(s)		Avaliar qual o impacto do PT2020 nos adultos que se encontravam em situação em situação de desemprego ou inatividade no momento de entrada nas ações apoiadas, nomeadamente em ações que visaram a melhoria das suas qualificações e o incremento da participação em processos de ALV; na (re)inserção socioprofissional sustentável e na melhoria da qualidade dos empregos obtidos, com atenção particular ao subgrupo com muito baixas qualificações.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO ISE, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança – PO ISE: FMC para empregados e desempregados; Vida Ativa para desempregados – PO CI: Formação autónoma; Formação-Ação para PME; SI QIPME - Individual – PO Lisboa: FMC para empregados e desempregados; – PO Algarve: Vida Ativa; Formação modular; Formação-ação – PO Norte: Formação para a inovação empresarial (formação profissional complementar a projetos de investimento dos SI às empresas e SIAC) – PO Centro: Formação de quadros técnicos das empresas – PO Alentejo: Formação para a inovação empresarial – PO Açores: Formação modular (CNQ) – PO Madeira: Formação modular; Formação-ação PI 9.1. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade – POISE: Formação modular para DLD, Vida ativa para DLD PI 9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral – POR Algarve: Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças; Formação dos profissionais do setor da saúde

		PI 10.3: Melhoria da igualdade de aceso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas – POCH: CQEP/Centro Qualifica; Cursos EFA – POR Lisboa: Centro Qualifica – POR Algarve: Centro Qualifica; Cursos EFA – POR Açores: Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico e secundário, certificação escolar e profissional; Desenvolvimento de processos de RVCC; Cursos de aquisição básica de competências PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem – POCI: Sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública – PO Norte: SATDAP – Formação profissional para a administração pública (administração local e desconcentrada) – PO Centro: Formação para a administração local – PO Alentejo: Capacitação da administração pública – PO Açores: Ações de formação estratégica na administração pública
	Temporal	Ações de apoio à qualificação de adultos no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (1 semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** **QA1.** Qual a eficácia das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos na elevação do nível de qualificação dos adultos e no incremento da participação dos adultos em ALV e qual a sua eficácia na (re) inserção no mercado de trabalho dos adultos em situação de desemprego ou inatividade. Como é que que as ações apoiadas causaram esses resultados, bem como outros não esperados? **Eficiência Económica** **QA2.** Teria sido possível obter melhores resultados com as ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos, aplicando os mesmos recursos? **Eficiência Operativa** **QA3.** Em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram a eficiência das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos? Em especial, em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram o alinhamento da oferta de formação apoiada, com as necessidades de qualificação diagnosticadas nos diferentes territórios? **Impacto** **QA4.** Quais são os efeitos globais das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos)? Como é que as ações apoiadas causaram essas mudanças no contexto socioeconómico? Em que medida as ações apoiadas deram resposta às necessidades identificadas no âmbito da qualificação de adultos **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no âmbito da formação de adultos no contexto nacional das políticas públicas? *Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.*
Método(s)		Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso público
Entidade responsável		AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento		AG do PO CH, AD&C, AG dos PO Regionais, AG do PO ISE, IEFP, ANQEP, CNE, CES
Duração prevista		365 dias
Preço base		125 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Sandra Primitivo e Paulo Madruga
Preço contratado		105 mil euros
Data de início / Final / Duração		15-05-2020 / 21-03-2022 / 1 ano e 10 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Análise Contrafactual (*Propensity Score Matching*)
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** AG PO CH, AG PO ISE, AG PO Regionais, ANQEP, DREQP - RAA, Instituto para a Qualificação – RAM, IEFP, DGEstE – **1 *Focus Group*** validação da TdM (AD&C, PO CH, PO ISE, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira) – **4 *Focus Group*** sobre principais resultados da avaliação: o Nacional (PO CH, PO ISE, AD&C, ANQEP, DGEstE, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), Associação Portuguesa de Entidades Formadoras (APEFOR))

		○ Regional (PO CH, AD&C, PO Centro, PO Algarve, PO Lisboa, DGEstE – Algarve, Centro de Formação Profissional de Faro, IEFP Delegação Centro, IEFP Delegação LVT, CIM Terras de Trás-os-Montes, Modatex, AIDA-Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, CIM Região Coimbra) ○ Açores (PO CH, PO Açores, DREQP – RAA, Direção Regional de Educação – RAA) ○ Madeira (PO CH, PO Madeira, Instituto para a Qualificação - RAM, Direção Regional da Educação-RAM, Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF-CCIM)) – **Painel de Peritos** – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– SIGO – Bases do ISS – Quadros de pessoal do GEP/MTSSS – Instituto Nacional de Estatística (INE) - Inquérito ao emprego
Follow-up	Número de recomendações	27
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	27: ANQEP (7) | AD&C (9) | CES (8) | DGE (12) | DGECC (4) | DGERT (12) | DGEstE (12) | IEFP (17) | ME (1) | MCT (18) | MP (17) | MTSSS (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	17: ANQEP (12) | AD&C (1) | IEFP (4)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 3 | Parcialmente implementada: 1 Implementação em curso: 10 | A implementar no futuro: 1 | Não implementada: 0| Sem informação: 2
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Análise dos efeitos na empregabilidade de um conjunto alargado de modalidades de formação para desempregados (EFA, Formação Modular, Formação Modular para DLD, Vida Ativa para Desempregados e a Vida Ativa para DLD) e RVCC. – Combinação de contrafactual com métodos qualitativos. Em síntese: – A participação em ações de formação apresenta resultados positivos: acréscimo na probabilidade de trabalhar pelo menos um dia no ano seguinte ao da conclusão da formação e na probabilidade de trabalhar um ano completo. – Parte dos empregos encontrados pelos indivíduos participantes em ações de formação são mais curtos ou precários, contudo os indivíduos que encontram empregos com maior duração, tendem a manter-se empregados com vínculos duradouros. Não foi possível identificar um efeito significativo da participação sobre os salários dos indivíduos. – As tipologias Vida Ativa tendem a manter os seus efeitos por mais tempo e com a mesma intensidade, do que os EFA. – Os EFA são os que geram mais certificados com qualificações mais elevadas e os cursos para DLD são os que tendem a gerar uma maior proporção de qualificações mais baixas. Os CQ, EFA e a Vida Ativa para DLD são os que apresentam uma maior tendência para os participantes obterem certificados de nível superior à sua formação inicial. – A participação dos adultos em ações de ALV (percentagem de portugueses entre 25 e 64 anos que participou em atividades de formação ou educação) teve um impacto positivo, neste indicador, a nível nacional. – Ainda existem constrangimentos (falta de interesse e de motivação dos adultos) à participação na formação.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Estimar os efeitos sobre a qualidade dos vínculos contratuais.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Garantir os dados necessários à estimação dos efeitos sobre a qualidade dos vínculos contratuais. **Pista 2:** Harmonização de conceitos de indicadores e dados entre os vários PO. **Pista 3:** Efetuar avaliações de impactos apenas com taxas de conclusão das operações expressivas, para permitir trabalhar com universos alargados. **Pista 4:** Sensibilização junto das entidades para a importância dos processos avaliativos como forma de aumentar a celeridade na resposta das entidades aos pedidos de informação, e a agilização da partilha de dados entre as várias instituições. **Pista 5:** Garantir acesso e tratamento de dados, tanto do ponto de vista da monitorização, da parte das AG às infraestruturas informáticas, como dos acesos a informação residente em bases de dados de outros organismos da AP; sob pena de comprometer a avaliação. **Pista 6:** Envolver de forma mais eficaz os *stakeholders* no processo de construção das TdM.

34. B) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES E MELHORIA DA QUALIDADE DOS EMPREGOS DOS ADULTOS EMPREGADOS (LOTE 2)		
Objetivo(s)		Avaliar qual o impacto do PT2020 nos adultos que se encontravam empregados, por conta própria ou por conta de outrem, no momento de entrada nas ações apoiadas, nomeadamente: na melhoria das qualificações e no incremento da participação em processos de ALV, na melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos e no reforço da produtividade e da competitividade dos empregadores/empresas apoiados no âmbito da formação-ação.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira

	Territorial	Portugal
	Temático	PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança POISE: FMC para empregados e desempregados; Vida Ativa para desempregados PO CI: Formação autónoma; Formação-Ação para PME; SI QIPME - Individual PO Lisboa: FMC para empregados e desempregados; PO Algarve: Vida Ativa; Formação modular; Formação-ação PO Norte: Formação para a inovação empresarial (formação profissional complementar a projetos de investimento dos SI Às empresas e SIAC) PO Centro: Formação de quadros técnicos das empresas PO Alentejo: Formação para a inovação empresarial PO Açores: Formação modular (CNQ) PO Madeira: Formação modular; Formação-ação PI 9.1. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade POISE: Formação modular para DLD, Vida ativa para DLD PI 9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral POR Algarve: Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças; Formação dos profissionais do setor da saúde PI 10.3: Melhoria da igualdade de aceso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas POCH: CQEP/Centro Qualifica; Cursos EFA POR Lisboa: Centro Qualifica POR Algarve: Centro Qualifica; Cursos EFA POR Açores: Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico e secundário, certificação escolar e profissional; Desenvolvimento de processos de RVCC; Cursos de aquisição básica de competências PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem POCI: Sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública PO Norte: SATDAP – Formação profissional para a administração pública (administração local e desconcentrada) PO Centro: Formação para a administração local PO Alentejo: Capacitação da administração pública PO Açores: Ações de formação estratégica na administração pública
	Temporal	Ações de apoio à qualificação de adultos no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (1 semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** – Qual a eficácia das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos na elevação do nível de qualificação dos adultos, na melhoria das qualificações orientadas para a inovação e reestruturação/mudança organizacional e no incremento da participação dos adultos em ALV, e qual a sua eficácia melhoria da qualidade dos empregos e nas próprias empresas que foram apoiadas por medidas de formação-ação? Como é que que as ações apoiadas causaram esses resultados, bem como outros não esperados? **Eficiência Económica** – Teria sido possível obter melhores resultados com as ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos, aplicando os mesmos recursos? **Eficiência Operativa** – Em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram a eficiência das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos? Em especial, em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram que os apoios fossem direcionados para as áreas onde existem maiores défices de competências, ou maiores potencialidades tendo em conta os objetivos de competitividade e internacionalização da economia portuguesa? **Impacto** – Quais são os efeitos globais das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos)? Como é que as ações apoiadas causaram essas mudanças no contexto socioeconómico? Em que medida as ações apoiadas deram resposta às necessidades identificadas no âmbito da qualificação de adultos **Valor Acrescentado Europeu** – Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no âmbito da formação de adultos no contexto nacional das políticas públicas? *Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.*
Método(s)		Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação preferencial		Concurso público
Entidade responsável		AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento		AG do PO CH, AD&C, AG dos PO Regionais, AG do POISE, AG do PO CI, IEFP, ANQEP, CNE, CES

Duração prevista		365 dias
Preço base		125 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		EY-Parthenon
Coordenador(es)		Sandra Primitivo e Paulo Madruga
Preço contratado		111 mil euros
Data de início / Final / Duração		15-05-2020 / 21- 03-2022 / 1 ano e 10 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Análise Contrafactual (*Propensity Score Matching*)
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** AG PO CH, AG PO ISE, AG PO Regionais, ANQEP, DREQP - RAA, Instituto para a Qualificação – RAM, IEFP, DGEstE – **1 *Focus Group*** validação da TdM (AD&C, PO CH, PO ISE, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira) – **4 *Focus Group*** sobre principais resultados da avaliação: ○ Nacional (PO CH, PO ISE, ANQEP, DGEstE, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), Associação Portuguesa de Entidades Formadoras (APEFOR), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)) ○ Regional (PO CH, PO Centro, PO Algarve, PO Lisboa, DGEstE – Algarve, Centro de Formação Profissional de Faro, IEFP Delegação Centro, IEFP Delegação LVT, CIM Terras de Trás-os-Montes) ○ Açores (PO CH, PO Açores, DREQP – RAA, Direção Regional de Educação – RAA) ○ Madeira (PO CH, PO Madeira, Instituto para a Qualificação - RAM, Direção Regional da Educação-RAM, Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF-CCIM)) – **Painel de Peritos** – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– SIGO e bases de dados do ISS – SCIE (Instituto Nacional de Estatística (INE)) – Sistema de informação da Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) – Instituto de Informática da Segurança Social (IISS) – dados referentes ao desempenho no mercado de trabalho – GEP – dados sobre situação contratual
Follow-up	Número de recomendações	19
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	4: ANQEP (5) | AD&C (4) | CES (7) | DGE (6) | DGEEC (3) | DGERT (10) | DGEstE (7) | IEFP (9) | ME (13) | MCT (5) | MP (14) | MTSSS (13)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	15: ANQEP (5) | AD&C (4) | DGEEC (1) | IEFP (5)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 1 | Parcialmente implementada: 1 Implementação em curso: 8 | A implementar no futuro: 1 | Não implementada: 0 | Sem informação: 4
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Análise dos efeitos na empregabilidade de um conjunto alargado de modalidades de formação de empregados (EFA, Formação ação, Formação Modular, Formação Autónoma, Formação para a Inovação Empresarial (integrada-SI) e SI QIPME individuais (integrada-SI) e RVCC. – Combinação de contrafactual com métodos qualitativos. Em síntese: – A participação em ações de formação apresenta resultados positivos: acréscimo na probabilidade de trabalhar pelo menos um dia no ano seguinte ao da conclusão da formação e na probabilidade de trabalhar um ano completo. – Os EFA e a Formação Modular são as tipologias de formação que geram mais certificações e com qualificações mais elevadas. – O peso do PT2020 na formação gerou impactos na população portuguesa, sendo mais evidente junto das mulheres, no 1º e 2º ciclos, e acima dos 55 anos. – Sem recurso aos FEEI, Portugal teria maior dificuldade em implementar uma política eficaz de promoção das qualificações da população, devido ao volume de investimento necessário para combater o desafio estrutural de baixas qualificações da população. – Ainda que se tenha identificado um efeito positivo na produtividade e rentabilidade das empresas cujos trabalhadores participaram em ações de formação apoiadas, não é possível concluir pelo seu contributo para o aumento da produtividade do trabalho e da rentabilidade das empresas a nível nacional, desde logo pela exiguidade do número de trabalhadores e empresas envolvidos face ao total nacional. – Ainda existem constrangimentos (falta de interesse e de motivação dos adultos) à participação na formação.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Análise diferenciada por TO da permanência dos trabalhadores nas empresas nos anos seguintes à conclusão da formação *(para tal é necessário ter informação relativa às empresas com trabalhadores participantes em ações de formação desagregada por TO e identificar os trabalhadores formados de cada empresa no ano de formação e seguintes)*.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Harmonização de conceitos de indicadores e dados entre os vários PO.

		Pista 2: Sensibilização junto das entidades para a importância dos processos avaliativos como forma de aumentar a celeridade na resposta das entidades aos pedidos de informação, e a agilização da partilha de dados entre as várias instituições. **Pista 3:** Efetuar avaliações de impactos apenas com taxas de conclusão das operações expressivas, para permitir trabalhar com universos alargados. **Pista 4:** Otimizar o acesso aos dados, em tempo útil, uma vez que é necessário recolher e articular a informação constante nos sistemas de informação autónomos das AG e da AD&C. **Pista 5:** Envolver de forma mais eficaz os *stakeholders* no processo de construção das TdM.

35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS		
Objetivo(s)		Identificar em que medida as intervenções do PT2020 têm contribuído para aumentar o sucesso escolar e, por essa via, reduzir o nível de abandono escolar, em direção à meta do PNR e potenciar a empregabilidade jovem, face às metas definidas nesta área e tendo em consideração que as diferentes modalidades formativas apoiadas pelos fundos são, em regra, de dupla certificação (escolar e profissional). Neste contexto, os objetivos específicos a alcançar são os seguintes: – avaliar o grau de relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade e valor acrescentado dos apoios concedidos no âmbito do PT2020, através das diferentes intervenções e nos contextos territoriais abrangidos, tendo por referência os objetivos prosseguidos, os resultados esperados e os resultados observados até ao momento da realização desta avaliação; – explicar a forma como as intervenções produziram os resultados observados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas, bem como os seus fatores críticos de sucesso e insucesso; – aferir, à luz dessa evidência, e dos elementos do contexto regulamentar, socioeconómico e organizacional que enquadraram a implementação do PT2020, a adequação dos instrumentos de apoio previstos face aos objetivos que prosseguem e identificar eventuais necessidades de ajustamento que potenciem a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve, PO Açores e PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	Domínio Temático Capital Humano: – 10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação. – 10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não -formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas – 10.4 Melhoria da pertinência dos sistemas do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem. Ações: – POCH: Cursos vocacionais, Cursos do Ensino Artístico Especializado (EAE), Cursos de Educação e Formação (CEF), Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para a promoção do sucesso escolar (PNPSE), Formação de docentes e outros agentes de educação, Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) – PO Regionais Norte, Centro e Alentejo: Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP); Programa Integrado de Educação e Formação, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos "híbridos" ou outros; Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e de respostas a necessidades especiais de educação – PO Lisboa: Cursos vocacionais, Cursos do Ensino Artístico Especializados (EAE), Cursos de educação formação (CEF), Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos "híbridos"), Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e de resposta a necessidades especiais de educação. – PO Algarve: Cursos de educação formação (CEF), Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos "híbridos"), Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação. – PO RA Açores: Cursos do PROFIJ; – PO RA Madeira: Cursos Educação Formação (CEF)
	Temporal	Ações de apoio ao combate ao abandono escolar e promoção da empregabilidade jovem no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (2ª semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia**

	QA1. Qual a eficácia das intervenções apoiadas para o aumento do sucesso escolar, a redução da taxa de abandono escolar, o prosseguimento de estudos e o aumento dos níveis de empregabilidade comparando jovens apoiados e não apoiados? (Análise Contrafactual). **Eficiência** **QA2.** Os recursos financeiros, as modalidades de financiamento e as tipologias de operação alocados às atividades financiadas foram/são adequados e suficientes para alcançar os objetivos definidos? Poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou resultados com os mesmos recursos? **Impacto** **QA3.** Quais são os contributos (gerais e específicos) do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens, tendo em conta os seus efeitos esperados e não esperados, diretos e indiretos, nos participantes apoiados e no contexto socioeconómico? **Sustentabilidade** **QA4.** Os resultados obtidos são perduráveis no tempo após o período da intervenção? **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor adicional resultante da aplicação do FSE no apoio às intervenções avaliadas, face ao que seria alcançado através de outras fontes de financiamento. A resposta às QA acima elencadas deverá ter em consideração as seguintes dimensões de análise de natureza transversal: – O respeito pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade; – Uma abordagem baseada nas dimensões territoriais.
Método(s)	Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação	Concurso Público
Entidade responsável	AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento	AG POCH, AD&C, AG dos POR, DGEEC, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Estrutura de Missão do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP)
Duração prevista	365 dias
Preço base	140 mil euros
Pós-contrato	
Avaliador	Agrupamento IESE/ ISCTE-IUL / PPLL Consult
Coordenador(es)	Luis Capucha, Catarina Pereira e Rui Godinho
Preço contratado	118 050 euros
Data de início / Final / Duração	27-05-2019 e 31-07-2020 (adenda) / 01-04-2021 / 1 ano e 10 meses
Aspetos metodológicos e processuais	
Metodologia e Fontes de informação – Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Análise contrafactual – *Coarsed Exact Matching*
Metodologia e Fontes de informação – Técnicas de recolha de informação	– ***Desk research* e análise dos Sistemas de Informação do PT2020** – **Entrevistas**: Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado; Direção-Geral da Educação; ANQEP; IEFP; Instituto para a Qualificação, IP-IQ.RAM; Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional dos Açores; Direção Regional da Educação dos Açores; Centros de formação de professores – Universidade do Minho; Estrutura de Missão do PNPSE; CONFAP; CNE. – **3 Inquéritos**: ○ **Entidades Beneficiárias dos PIICIE (CIM/Áreas Metropolitanas e Câmaras Municipais)**: Universo: 147; Resposta válidas: 93 ○ **Técnicos de SPO contratados ao abrigo do financiamento do PT 2020**: Universo: 463; Respostas válidas: 277 ○ **Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas, Escolas profissionais e Centros de Formação do IEFP**: Universo: 850; respostas válidas: 273 – **11 Estudos de caso**: Estudos de caso TEIP ○ Agrupamento de Escolas de Cristelo, Concelho de Paredes (TEIP) ○ Agrupamento de Escolas de António Nobre, Porto (TEIP) ○ Agrupamento Francisco Fernando Lopes, Olhão (TEIP) ○ Agrupamento de Escolas de Azevedo Neves, Amadora (TEIP) Estudos de caso em Agrupamento de Escolas/Escolas não agrupadas, Escolas Profissionais e IEFP ○ Escola Secundária de Barcelinhos, Concelho de Barcelos ○ Modatex ○ Escola Secundária Damião de Goes ○ Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira, Concelho de Faro ○ Escola Profissional Gustave Eiffel, polo do Entroncamento ○ Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes, Funchal ○ Escola profissional de Capelas, Açores – **2 *Workshops***: ○ Validação da Teoria da Mudança

		○ Validação de conclusões e recomendações – ***Steering Group*** – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– Bases de dados dos sistemas de informação do PO CH e PO Regionais – Sistema de informação da Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) – Instituto de Informática da Segurança Social (IISS) – dados referentes ao desempenho no mercado de trabalho – Página de internet da Direção-Geral da Educação – recolha de dados de uma das variáveis de controlo contextuais, a sinalização das escolas integradas em agrupamentos incluídos no Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)
Follow-up	Número de recomendações	57 (1 recomendação não aceite pela entidade coordenadora da avaliação)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	19: AG (9) | ME (50) | MP (2) | MTSSS (1) | ANQEP (1) | DREMad (26) | DREAç (26) | PNPSE (9) | CCDR (16) | DGEEC (1) | DGE (4) | DGAE (3) | PlanAPP (1) | AD&C (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	37: ANQEP (10) | PNPSE (8) | DGEEC (2) | DGEstE (10) | DGE (7) | PlanAPP (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 11 | Parcialmente implementada: 3 Implementação em curso: 9 | A implementar no futuro: 1 | Não implementada: 2 | Sem informação: 11
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	Dado o número de entidades envolvidas (13) este processo foi amplo e bastante participativo. Verificam-se, no entanto, duas situações paradoxais: por um lado a ausência de resposta para treze destas recomendações, o que revela que este processo está envolto de algumas limitações, e que estas deverão ser revistas em procedimentos futuros, por outro lado apurou-se que 11 destas recomendações foram aceites e implementadas, e ainda se verificou que a 6 destas recomendações estão associados Planos de Ação, que se encontram em processo de melhoria, o que valida a importância deste instrumento de *follow-up*.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Incluir no mesmo estudo, fazendo uma análise integrada, um vasto leque de intervenções que contribuem para o mesmo objetivo (redução do abandono escolar precoce e melhoria do sucesso escolar). A estas intervenções o avaliador designou de Tipo 1 – Oferta educativa (Cursos Profissionais, Cursos de aprendizagem, Cursos de Educação e Formação…), Tipo 2 – Capacitação/Intervenções territorializadas (TEIP, PNPSE e PIICIE) e Tipo 3 – Intervenções transversais (SPO e Formação contínua de professores). – Identificar os principais resultados intermédios destas intervenções (explicando o seu funcionamento) e quantificar alguns destes resultados, com base, sobretudo, na perceção dos beneficiários, através de entrevistas e de 3 inquéritos. – Experimentar numa mesma avaliação combinar o método Contrafactual com Avaliação Baseada na Teoria. – Confirmar as conclusões de avaliações contrafactuais anteriores os efeitos dos Cursos Profissionais na transição de ano e na conclusão do secundário e na progressão para o ensino superior/inserção no mercado de trabalho. Robustecer a avaliação contrafactual, nomeadamente na melhoria das variáveis de controlo Em síntese: – Foram avaliados positivamente os resultados finais dos Cursos Profissionais, na conclusão do ensino secundário e na empregabilidade. – Foram avaliados como positivos, genericamente, os resultados intermédios de cada uma das intervenções. Nos SPO, o reforço da sinalização e do apoio psicopedagógico dos alunos, bem como o desenvolvimento de uma intervenção multidisciplinar na promoção do sucesso escolar. Na formação contínua de professores, o desenvolvimento de novas estratégias e abordagens pedagógicas. Grande parte das ações dos TEIP/PNPSE e PIICIE ainda se encontra em implementação, sendo prematuro a avaliação plena de impactos, tendo sido, no entanto, encontrados exemplos e testemunhos de efeitos positivos (p.e. criação de modelos de governação multinível e criação de planos de ação estratégicos integrados, numa lógica *bottom up*, adaptados a cada contexto escolar). – Foram identificadas áreas de melhoria, nomeadamente: i) no reforço da vertente de orientação vocacional dos SPO; ii) na formação de professores, constrangimentos à utilização de novas tecnologias e à implementação à cultura organizacional das escolas na introdução de novas práticas pedagógicas e na alteração de modelos organizacionais das escolas; iii) nos PIICIE, as estratégias de proximidade à comunidade e famílias ainda não se encontra suficientemente reforçada.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Medir/perceber se o reforço nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) terá impacto tendencial na continuidade do percurso escolar ou formativo (resultados finais). **Pista 2:** Avaliar as dinâmicas evolutivas do Programa TEIP, em articulação com o PNPSE, e aferir os seus resultados intermédios e finais. **Pista 3:** Avaliar os resultados intermédios e finais dos PIICIE. **Pista 4:** Aplicação de metodologias de Avaliação Baseada na Teoria para chegar a conclusões mais robustas relativamente aos efeitos das intervenções consideradas nesta avaliação.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Sensibilização junto das entidades para a importância dos processos avaliativos como forma de aumentar a celeridade na resposta das entidades aos pedidos de informação, e a agilização da partilha de dados entre as várias instituições. **Pista 2:** Garantir acesso e tratamento de dados, tanto do ponto de vista da monitorização, da parte das AG às infraestruturas informáticas, como dos acesos a informação residente em bases de dados de outros organismos da AP; sob pena de comprometer a avaliação. **Pista 3:** Melhor aplicação das abordagens da ABT, nomeadamente no processo de construção participado da TdM, na elaboração da matriz de avaliação e no teste da TdM.

36. AVALIAÇÃO O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR		
Objetivo(s)		Apurar o impacto dos apoios ao ensino superior, designadamente das bolsas de ensino superior para alunos carenciados na Conclusão e no prosseguimento dos seus estudos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CH
	Territorial	Continente
	Temático	Domínio Temático Capital Humano: OT – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida PI 10.2 – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas Ações PO CH: Apoios sociais atribuídos a estudantes do ensino superior (bolsas de estudo)
	Temporal	QREN e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Eficácia** – A intervenção alcançou os seus objetivos específicos, nomeadamente favorecer o acesso ao ensino superior e aumentar o sucesso na sua frequência, ou irá alcançá-los no futuro através das realizações da intervenção? Em que medida as mudanças observadas podem ser atribuídas à intervenção? Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.
Método(s)		Contrafatual
Procedimento de contratação		(Não aplicável) – Data Fitness Initiative for CIE (CRIE)
Entidade responsável		AG do PO CH
Grupo de Acompanhamento		AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação) AD&C; DGES; DGEEC; PO ISE
Duração prevista		380 dias
Preço base		(não aplicável)
Pós-contrato		
Avaliador		CRIE - Centre for Research on Impact Evaluation
Coordenador(es)		Elena Meroni
Preço contratado		0
Data de início / Final / Duração		19-12-2018 / 14/12/2020 (Parte 1) 17-03-2022 (Parte 2) / 2 anos e 4 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de	Abordagem	– Avaliação de impacto Contrafactual – *Regression Discontinuity Design e Difference-in-Differences*
	Técnicas de recolha de informação	– Revisão de literatura – Análise documental – Tratamento das bases de dados para realização do contrafactual
	Informação de suporte	– Base de dados dos candidatos a bolsa (DGES) – Base de dados dos percursos académicos (DGEEC)
Follow-up	Número de recomendações	n.a. (o estudo não previa recomendações)
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Primeira avaliação deste instrumento de política (bolsas de ação social do ensino superior), no âmbito dos fundos, em Portugal, utilizando o método Contrafatual, quantificando os efeitos das bolsas em variáveis de frequência e desempenho (ingresso efetivo e manutenção da frequência, créditos, progressão de ano e conclusão dos cursos e progressão para níveis superiores de ensino) dos estudantes. – Utilização na realização de uma avaliação (de forma integral) dos serviços prestados pelo CRIE. Em síntese, foi identificado que: – As bolsas têm efeitos positivos na probabilidade de ingresso efetivo e manutenção da frequência no ensino superior, no desempenho académico dos estudantes, incluindo o tempo de conclusão do curso, e na progressão para níveis superiores de ensino. – O acesso continuado à bolsa tem efeitos incrementais positivos no desempenho dos estudantes que delas beneficiam e deixar de receber a bolsa em anos subsequentes tem efeitos negativos. – Os efeitos do acesso às bolsas variam com as características dos estudantes, a sua região e o tipo de curso que frequentam.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Alargar o horizonte temporal na avaliação dos efeitos das bolsas, disponibilizando ao avaliador dados relativos a anos mais recentes (2018 e seguintes), de forma a permitir uma análise mais robusta dos efeitos de longo prazo, designadamente sobre a conclusão do curso. **Pista 2:** A utilização de dados adicionais como o ano atual da matrícula e créditos e notas finais para todos os alunos (não apenas para aqueles matriculados no mesmo curso que o indicado em sua inscrição) ajudaria a fazer uma análise mais robusta dos resultados em relação à obtenção de créditos, à progressão de ano e à probabilidade de repetir um ano – estas informações permitiriam uma investigação mais abrangente da progressão dos alunos dos programas de licenciatura para

		mestrado, que neste estudo é baseado em uma amostra limitada (2012 e 2013), e dariam uma melhor compreensão dos efeitos da bolsa para alunos matriculados em programas de mestrado integrado. **Pista 3:** Fazer um benchmarking de avaliações de outros países para melhor analisar e contextualizar os resultados obtidos (em termos quantitativos) na avaliação contrafactual. **Pista 4:** Avaliar o percurso (2-3 anos após a conclusão do curso) dos alunos que beneficiaram do apoio social: analisar qual a situação destes face ao emprego, e à qualificação/habilitação posterior, e no caso de alunos deslocados, perceber em que localidade trabalham, se contribuem para o crescimento económico dos territórios em que estudaram ou de origem, e para o crescimento demográfico.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Resolver com antecedência os aspetos relacionados com a proteção de dados para não atrasar a realização das avaliações.

51. AVALIAÇÃO TEMÁTICA DE IMPACTO SOBRE AS MEDIDAS DE APOIO À DIGITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO		
Objetivo(s)		– Avaliar a eficácia e eficiência dos apoios/intervenções do FSE no âmbito da digitalização da educação, designadamente em matéria de promoção da igualdade de acesso à educação e sobretudo na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; – Explicitar a forma como as intervenções apoiadas pelo PT2020 produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas e os seus fatores críticos de sucesso (insucesso).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CH POR do Norte, POR do Centro, POR do Alentejo e POR do Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	PI 10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação). Programa Operacional Capital Humano (Eixo Prioritário 4 – tipologias 4.8 e 4.2., no que respeita à formação contínua de docentes e outros agentes, focada no apoio ao PTDE) No âmbito do PO CH é apoiada, por um lado, na tipologia 4.8. a aquisição equipamentos tecnológicos, com a respetiva conectividade para alunos de escolas públicas do ensino secundário e beneficiários da Ação Social Escolar (ASE), bem como alunos do secundário e básico nas regiões de Lisboa e Algarve e, ainda, docentes do ensino básico e secundário das escolas públicas de todas as regiões do continente. Em relação à Tipologia 4.2., esta avaliação irá incidir no contributo dos apoios nesse âmbito para a capacitação dos docentes e outros agentes educativos para a mobilização adequada e eficaz dos instrumentos e recursos digitais colocados ao dispor das escolas onde exercem a sua atividade. Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo No âmbito dos POR é apoiada a aquisição de equipamentos, com a respetiva conetividade, para os alunos com direito à ASE que frequentem o ensino básico nas escolas públicas sediadas nas respetivas regiões, nos seus diferentes ciclos de escolaridade (1.º, 2.º e 3.º ciclo). Programa Operacional Regional do Algarve Apoio, no âmbito da tipologia 4.2., à formação contínua de docentes e outros agentes educativos ao serviço de escolas sediadas na região do Algarve para a adequada e eficaz dos instrumentos e recursos digitais colocados ao dispor das mesmas.
	Temporal	Período PT2020, a partir de 2020, data a partir da qual foram lançados os Avisos, até final do 1º semestre de 2022
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Em que medida os apoios definidos e concretizados foram/são adequados e coerentes com os problemas/necessidades diagnosticadas e se ajustam às prioridades da política pública objeto desta avaliação? **Eficácia** **QA2.** A intervenção alcançou os seus objetivos específicos, nomeadamente responder aos desafios da digitalização para as escolas, em particular junto da população escolar mais desfavorecida em função da sua condição de beneficiário da Ação social escolar? Foram alcançados os objetivos mais amplos: contribuir para manter os jovens no ensino obrigatório; contribuir para aumentar as competências digitais dos alunos e a diminuição das situações de desigualdade no acesso à escola? A formação contínua de docentes e outros agentes contribuiu efetivamente para reforçar as suas competências para a mobilização dos instrumentos e recursos didáticos ao dispor das escolas? **Eficiência** **QA3.** A dimensão financeira, as formas de financiamento e os instrumentos de apoio adotados foram/são adequadas e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa? **QA4.** Os resultados obtidos foram alcançados com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou resultados com os mesmos recursos? **Impacto** **QA5.** Quais são os contributos gerados sobre os seus destinatários individuais (alunos e professores), sobre as organizações (escolas) e sobre o contexto socioeconómico? **QA6.** Que fatores (internos e externos) influenciaram, positiva ou negativamente, o alcance dos resultados? Ocorreram efeitos imprevistos, positivos ou negativos ou desvios ao cumprimento? **Valor Acrescentado Europeu** **QA7.** Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?

	Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.	
Método(s)	Avaliação Baseada na Teoria	
Procedimento de contratação	Concurso Público	
Entidade responsável	AG do PO CH	
Grupo de Acompanhamento	AG do PO CH, AD&C, PO Regionais Norte, do Centro e do Alentejo e DGEEC, DGE, PO Algarve, Conselho de Escolas	
Duração prevista	1 ano	
Preço base	120 mil euros	
Pós-contrato		
Avaliador	EY-Parthenon	
Coordenador(es)	Sandra Primitivo	
Preço contratado	94 500 euros	
Data de início / Final / Duração	06-07-2022 / *em curso*	
Aspetos metodológicos e processuais *(Avaliação em curso)*		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Avaliação Baseada na Teoria que tem como racional concetual a Teoria da Mudança. – Uma análise com recurso a cenários contrafactuais que constituirá uma lógica contrafactual é efetuado por comparação dos resultados obtidos entre realidades semelhantes, umas sujeitas à intervenção e outras em que tal não ocorreu. – Análise da Contribuição no âmbito da análise de impactos, como complemento à Teoria da Mudança
	Técnicas de recolha de informação	– Recolha documental: Os documentos consultados serão colocados nas referências bibliográficas, relativos à programação do PT 2020 e do PO envolvidos, de base estratégica, sobre a mobilização dos FEEI nas intervenções em análise, experiências de aplicação efetiva das metodologias, regulamentação, outras avaliações relevantes para o objeto de estudo e referenciais, *papers*, nacionais e internacionais, que aportem conhecimento relevante sobre experiências noutros países nas matérias de objeto de avaliação. – Recolha de dados – Entrevistas / reuniões - Prevê-se a realização de cerca de 13 entrevistas/reuniões – Inquérito: Inquérito aos docentes participantes nas ações de formação e Inquérito às escolas – Previsto a realização de 5 *Focus group* / 1 Workshop – 4 Estudos de casos – Análise e tratamento de informação – Análise integrada de informação qualitativa – Análise estatística e de dados
	Informação de suporte	– Base de dados do POCH; – Sistema Estatístico Nacional e Europeu. – Base de dados da Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC) | DGEEC
Follow-up	Número de recomendações	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

Avaliações temáticas no domínio da Sustentabilidade

38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO		
Objetivo(s)		Avaliar a implementação dos instrumentos de apoio dos FEEI no âmbito do OT4 e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas/desejadas, estimando o impacto da intervenção face os objetivos prosseguidos pela política pública que enquadra esta intervenção. Pretende-se, mais concretamente: – Avaliar a relevância e a coerência da intervenção, no que respeita à pertinência da programação para a prossecução dos objetivos pretendidos, considerando as eventuais alterações de contexto, bem como a complementaridade/sobreposição de medidas previstas noutros instrumentos de política pública e a forma como condicionam a implementação do OT4; – Avaliar a eficácia da intervenção, tal como desenhada na programação e implementada pelos PO, identificando os constrangimentos que possam justificar níveis de eficácia inferiores ao desejado ou resultados não previstos; – Avaliar de que forma os resultados da intervenção, potenciais e/ou efetivos se alinham com os objetivos da política pública setorial nacional e comunitária, contribuindo para a trajetória pretendida em termos de objetivos e metas dessa política; – Identificar o Valor Acrescentado Europeu nas intervenções apoiadas pelos PO do Portugal 2020 no âmbito do OT4.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo e impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	Incide no OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, tendo como foco as seguintes Prioridades de Investimento: – 4.1 Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis – PO SEUR e PO Açores; – 4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas – PO Regionais; PO Madeira e PO Açores; – 4.3 Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação – PO SEUR; PO Regionais, PO Madeira e PO Açores; – 4.4 Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão – PO SEUR; – 4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação – PO SEUR; PO Regionais; PO Madeira e PO Açores.
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** O desenho e a implementação das intervenções do OT4 mantêm-se pertinentes face aos objetivos de política pública nos domínios a que se dirigem esses instrumentos prosseguidos, considerando eventuais alterações de contexto (ex. institucional, regulamentar, económico e/ou social) face ao quadro que suportou a programação e o pressuposto de complementaridade com as medidas previstas noutros instrumentos de financiamento nacionais e comunitários? **Eficácia** **QA2.** Os objetivos específicos das diferentes PI do OT4 estão a ser atingidos e existem condições para serem integralmente realizados? Em que medida o baixo grau de implementação de algumas das PI do OT4 condiciona a concretização desses objetivos? **Eficiência** **QA3.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos nas Prioridades de Investimento objeto de avaliação, poder-se-iam ter alcançado (ou vir a alcançar) melhores resultados com os recursos disponíveis? **Impacto** **QA4**. Em que medida os resultados das intervenções do OT4 estão a contribuir para os objetivos globais estabelecidos na programação? **Valor Acrescentado Europeu** **QA5.** Qual o valor acrescentado da intervenção dos FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? Na resposta a estas Questões de Avaliação (QA) devem ser tomadas em consideração as seguintes dimensões para cada QA: **QA1** – Existiram alterações do contexto (institucional, regulamentar, económico e/ou social) que tenham condicionado a adequação e a implementação da programação inicial do OT4? – A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária) tem sido efetiva ou verificam-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio? Em que medida esses efeitos de complementaridade / sobreposição / concorrência (se existentes) têm condicionado a eficácia da intervenção dos FEEI e o cumprimento dos diferentes objetivos de política pública abrangidos pela intervenção do OT4? – A proposta de reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação e à (eventual) necessidade de clarificação das relações de complementaridade entre os instrumentos de política pública identificadas, contribuindo para o reforço da eficácia da intervenção dos FEEI?

		– As intervenções do OT4, tal como desenhadas e implementadas, respondem adequadamente às necessidades dos potenciais beneficiários e mantêm-se pertinentes face aos objetivos prosseguidos – traduzidos nos compromissos internacionais e nos documentos enquadradores da política pública relevantes (PNAEE, PNAER, PNAC 2020/2030, entre outros)? **QA2** – As tipologias de operação, as condições de elegibilidade e as formas de apoio previstas (oferta) e os mecanismos de implementação têm-se revelado eficazes na mobilização e seleção de beneficiários e de operações alinhadas com os objetivos específicos de cada prioridade de investimento, tendo em conta as especificidades de diferentes tipologias de beneficiário e dos diferentes territórios (procura)? – O que justifica os maiores e os menores graus de mobilização da procura e em que medida isso condiciona a concretização dos objetivos do OT4? – As operações apoiadas estão a produzir os resultados imediatos (realizações) esperados? Se não, porquê? Qual o contributo dessas realizações para os resultados esperados (traduzidos pelos indicadores previstos na programação ou outros que relevem para os objetivos da política pública)? – Quais os mecanismos causais (ex. comportamentos dos agentes económicos, correção de falhas de mercado, etc.) que as intervenções visam desencadear? Quais as condições para que esses mecanismos sejam desencadeados? Em que medida as intervenções estão a ser capazes de ativar esses mecanismos? Em que medida o sucesso na ativação desses mecanismos justifica o grau de concretização dos objetivos observado nas diferentes PI do OT4? Que fatores externos e de contexto, incluindo os de natureza territorial, condicionam ou potenciam os resultados prosseguidos pelas intervenções do OT4? **QA3** – Os recursos alocados e a sua distribuição relativa, bem como as formas de financiamento previstas, são suficientes e os que melhor garantem a eficiência na concretização dos (e o equilíbrio entre os) objetivos prosseguidos? – O esforço necessário para assegurar as condições *ex ante* necessárias para a abertura de avisos do OT4, nomeadamente o cumprimento da regulamentação europeia (ex. regimes de auxílios estado) e especificamente na eficiência energética no edificado, o cumprimento da condicionalidade *ex ante* e a definição do respetivo modelo de implementação (subvenções reembolsáveis e matriz de verificação das condições de elegibilidade), é proporcional considerando os resultados que se pretende alcançar e o estado de arte nos sectores / públicos abrangidos? – As operações apoiadas revelam níveis satisfatórios de custo-eficácia, ajustados às diferentes tipologias e intervenção? **QA4** – De que forma e qual o contributo (esperado) das intervenções do OT4 para a trajetória setorial traçada no Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC) de redução de emissões de gases com efeitos de estufa de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus (Objetivo do PNAC)? – As intervenções do OT4 geraram ou poderão gerar efeitos não esperados/desejados? O que explica esses efeitos e de que forma condicionam ou potenciam os resultados das intervenções face aos objetivos globais prosseguidos? **QA5** – Quais, entre os fatores indutores de Valor Acrescentado Europeu (VAE) adiante apresentados e outros que possam ser identificados, estão presentes na intervenção dos FEEI no âmbito do OT4? Quais os que mais relevam para os níveis de eficácia, eficiência e impacto da intervenção? ○ Fatores Económicos: Economias de escala; Alavancagem financeira (encorajamento de financiamento privado); Relevância dos FEEI no contexto dos fundos públicos nacionais ○ Fatores políticos e de governança: Complementaridades e sinergias entre políticas; Alavancagem das políticas da União (incentivo à implementação/adoção atempada de políticas alinhadas com as prioridades da UE e cumprimento das condicionalidades *ex ante*); Orientação para os resultados (quadro de desempenho).
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AG do PO SEUR
Grupo de Acompanhamento		AG do PO SEUR, AD&C, AG do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, do PO Açores, do PO Madeira, Direção Geral Energia e Geologia; Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Direção Regional de Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira, CES
Duração prevista		270 dias
Preço base		120 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento CEDRU / EY
Coordenador(es)		Heitor Gomes, Luís Carvalho e Sandra Primitivo
Preço contratado		107.500 euros
Data de início / Final / Duração		02-05-2019 / 14-12-2020 / 1 ano e 7 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas semiestruturadas**: AD&C; PO SEUR; PO Norte; PO Centro; PO Lisboa; PO Alentejo; PO Algarve, PO Açores; PO Madeira; Gestão do IFRRU; Direção Geral de Energia e Geologia; Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores; Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres da Região Autónoma da Madeira; Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira; ADENE; Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Associação Nacional de Municípios Portugueses; IAPMEI; Associação Empresarial de Portugal; Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia; Associação das Agências de Energia e Ambiente, Metropolitano de Lisboa; Metro do Porto; Infraestruturas de Portugal; Associação Nacional de Transportadores Públicos

		Rodoviários de Mercadorias; Redes Energéticas Nacionais / Rede Elétrica Nacional; Associação Portuguesa de Bancos; Fundo Ambiental; EEA GRANTS Portugal; Fundo de Eficiência Energética; Fundo de Apoio à Inovação. – **5 Inquéritos (a promotores das seguintes tipologias):** ○ Produção e distribuição de fontes de energia renováveis: Universo: 9; Respostas válidas: 9 ○ Eficiência energética nas infraestruturas públicas: Universo: 272; Respostas válidas: 231 ○ Eficiência energética nas habitações sociais: Universo: 65; Respostas válidas: 56 ○ Eficiência energética nos transportes público:. Universo: 37; Respostas válidas: 34 ○ Mobilidade urbana sustentável: Universo: 239; Respostas válidas: 170 – **12 Estudos de caso**: ○ Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta (Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.) (incluiu ***Focus Group*: Agência** Regional da Energia e Ambiente, Empresa de Eletricidade da Madeira, Instituto das Florestas e Conservação da Natureza - RAM, IDR RAM) ○ Projeto de Eficiência energética do Edifício Central do IPC-ESAC (Instituto Politécnico de Coimbra) ○ Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Centro Hospitalar do Baixo Vouga) ○ Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Eng.º Machado Vaz (Município do Porto) (incluiu ***Focus Group***: CCDR Norte, Empresa Municipal Domus Social, Empresa projetista, IHRU, Moradores do Bairro Eng.º Machado Vaz) ○ Sistema de iluminação pública para melhoria da eficiência energética no Município de Almeirim (Município de Almeirim) (incluiu ***Focus Group***: CM Almeirim, Junta Freguesia da Raposa, CIM Lezíria do Tejo, ADENE) ○ Instalação de equipamentos para a eficiência energética do Mercado Municipal de Loulé (Loulé Concelho Global, EM Unipessoal, S.A.) (incluiu ***Focus Group***: Loulé Concelho Global, CM Loulé, Entidade Gestora Mercado Municipal, Concessionários de espaços do Mercado) ○ Empresa: Construção, Alteração, Ampliação de Armazém industrial Covilhã (Sineiro Residence, Lda) Particular: "Reabilitação Edifico de habitação sito na Rua Conde de Avillez n.º 2 e 4 Santiago do Cacém" (particular) ○ Atualização dos postos de carregamento e criação de novos postos de carregamento (MOBI.E, SA) (incluiu ***Focus Group***: MOBI.E, CM Torres Vedras, Águas de Portugal – Energias, EDP Distribuição, DGEG) ○ Renovação da frota de veículos de transporte público e Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS (CARRIS) (incluiu ***Focus Group***: AML, Associação Sindical do Pessoal de Tráfego da Carris, Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, CARRIS, DGEG, Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações, ITS Portugal, Lisboa E-Nova - Agência de Energia e Ambiente de Lisboa) ○ U-BIKE PORTUGAL IPVC (Instituto Politécnico Viana Castelo) ○ Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo (Município Viana Castelo) (incluiu ***Focus Group***: Associação Empresarial de Viana do Castelo, Município Viana do Castelo, Estudante de Viana do Castelo, IPVC, Instituto Português do Desporto e Juventude, Polícia de Segurança Pública – Comando de Viana do Castelo) ○ Criação de uma rede de ciclovias na cidade da Ribeira Grande (CM Ribeira Grande) (incluiu ***Focus Group***: CM Ribeira Grande, Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade, Junta Freguesia Santa Bárbara) – **7 *Workshops* regionais**: ○ **Norte**: PO Norte, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Redes Energéticas Nacionais/Rede Elétrica Nacional, Área Metropolitana do Porto, Metro do Porto ○ **Centro**: PO Centro, AD&C, Instituto Politécnico de Coimbra, Centro Hospitalar Baixo Vouga, Infraestruturas de Portugal ○ **Lisboa**: PO Lisboa, PO SEUR, Gestão IFRRU, Área Metropolitana de Lisboa, Metropolitano de Lisboa, CARRIS – Transportes Públicos de Lisboa, Associação Portuguesa de Bancos ○ **Alentejo**: PO Alentejo, MOBI.E, S.A. Mobilidade Elétrica, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IAPMEI, Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias, CIM Baixo Alentejo ○ **Algarve**: PO Algarve, ADENE, DGEG, Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia ○ **Açores**: PO Açores, Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores, Direção Regional dos Transportes da Região Autónoma dos Açores, Laboratório Regional de Engenharia Civil, CM Ribeira Grande ○ **Madeira**: PO Madeira, Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres – ***Benchmarking***: Políticas públicas recentemente desenvolvidas e aplicadas no espaço europeu; outros programas ao nível europeu, com caraterísticas semelhantes. – **Painel de peritos**
	Informação de suporte	– documentos de enquadramento e regulamentação da política pública comunitária e nacional no domínio da descarbonização da economia, incluindo dos programas, regulamentos e AAC que concorrem para o OT4 – dossiers das operações, quando relevante e de documentos relativos a outros mecanismos de financiamento e incentivos à implementação de atividades no âmbito da política pública – informação quantitativa (dados e indicadores, a partir dos Sistemas de Informação do Portugal 2020 e fontes estatísticas nacionais) que evidenciam e permitem a análise detalhada do desempenho dos PO de implementação do OT4, suas realizações, resultados e impactos, assim como da evolução do contexto setorial e territorial

Follow-up	Número de recomendações	28 (60 sub)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	42 sub: AG PO (9) | IFRRU (1) | AD&C (28) | IGF (1) | COM (1) | MP (2) | MF (2) | MAAC (17) | MIH (1) | Governo RA (12) | CCDR (4) | DGEG (17) | ADENE (7) | DRET RAM (14) | DREnerg RAA (15) | AREAM (6) | APA (1) | IMT (2)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	16 sub: AG PO (12) |AD&C (3)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 10| Parcialmente implementada: 1 Implementação em curso: 2| A implementar no futuro: 3| Não implementada: 0

	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	Processo de *follow-up* concluído, com resposta das entidades destinatárias das recomendações para *follow-up*, em especial das AG. Nenhuma das recomendações deu origem a planos de ação, sendo na maioria dos casos recomendações aceites e que já se encontravam implementadas à data da resposta das entidades destinatárias.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Abrangência do objeto de avaliação: intervenções do OT4 para a descarbonização da economia, incluindo o estímulo à produção de energia a partir de fontes renováveis, a eficiência energética na Administração Pública, na habitação e nas empresas e a descarbonização do setor dos transportes. – Averiguação das causas para as dificuldades observadas na mobilização da procura em algumas das principais tipologias inicialmente previstas na Programação, num contexto de inovação das modalidades de apoio à eficiência energética. Para o efeito recorreu-se a reconstrução da teoria da mudança do OT4, centrando a análise – a partir da informação qualitativa recolhida via entrevistas, inquéritos aos beneficiários e estudos de caso – sobretudo nos respetivos pressupostos e riscos. Em síntese: – Concluiu-se que o processo de programação não foi capaz de antecipar as dificuldades de mobilização da procura pela i) falta de massa crítica de projetos e complexidade do quadro regulamentar aplicável (incluindo restrições impostas pelo regime de Auxílios de Estado) à produção de energia a partir de fontes pouco disseminadas (PI 4.1), ii) pela maior atratividade dos apoios concedidos pelos Sistemas de Incentivos (além de outros instrumentos de política não FEEI) no incentivo à eficiência energética nas empresas (PI 4.2), e iii) pelas modalidades de financiamento (reembolsável) pouco atrativas e regras de elegibilidade excessivamente limitadoras, em especial junto de beneficiários da Administração Pública (AP) Local. A avaliação reconheceu ainda que estas entidades nem sempre assumem como prioritária a intervenção em eficiência energética, face às restantes necessidades e prioridades identificadas nesses territórios. A reprogramação de 2018 criou condições de acesso e de elegibilidade mais atrativas, impulsionando o ritmo da procura. – Ainda assim, a avaliação constatou que uma larga maioria dos beneficiários não teria realizado os investimentos sem o apoio obtido, confirmando o efeito de incentivo e o valor acrescentado dos FEEI para acelerar a transição para uma economia de baixas emissões de carbono, patente quer na PI 4.3 (não obstante as dificuldades de mobilização inicial da AP Local), quer na PI 4.5, sobretudo no que respeita aos incentivos à substituição de veículos rodoviários de transporte coletivo de passageiros por veículos movidos por fontes de energia mais limpas e na implementação dos Planos de Mobilidade Urbana Sustentável.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Fazer a avaliação de impacto que não foi possível fazer com esta avaliação devido à baixa execução da maioria das tipologias do OT4, identificando qual o contributo efetivo dos FEEI para as metas nacionais de eficiência energética e redução de emissões de gases com efeito de estufa, e que outos fatores/políticas explicam a evolução desses indicadores e qual o *policy-mix* mais eficiente. **Pista 2**: Avaliar o contributo dos FEEI para a eficiência energética nas empresas, considerando também os apoios às empresas via Sistemas de Incentivos, nomeadamente os investimentos de inovação produtiva. **Pista 3**: Averiguar melhor os mecanismos mobilizadores da procura por este tipo de apoios, os reais incentivos ou falta deles para conferir maior prioridade a investimentos em eficiência energética. Ou seja, perceber melhor quais as falhas de mercado que conduzem ao sub-investimento em eficiência energética e quais as formas mais eficazes de as mitigar. **Pista 4**: Incorporar na análise uma dimensão de custo-benefício, que averigue se existe um *trade-off* equilibrado entre o cumprimento nacional das metas (maiores contributos estarão onde se registam os maiores consumos energéticos e emissões de GEE) e as preocupações de coesão territorial (vs. racionalidade económica de algumas tipologias de investimento em territórios de baixa densidade).
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Exigir maior rigor na aplicação dos métodos e abordagens preconizados, nomeadamente um maior investimento: i) no domínio conceptual da TdM e dos métodos de ABT, ii) no processo de construção da TdM, iii) no teste da TdM, mapeando explicitamente implicações observáveis da TdM e as evidências a recolher. **Pista 2:** Reforçar a triangulação de fontes e técnicas de recolha de informação e no teste de explicações alternativas, de forma a mitigar eventuais enviesamentos das perceções dos atores auscultados. **Pista 3:** Reforçar o requisito para que as limitações da avaliação, decorrentes da metodologia ou das fontes de informação utilizadas, sejam assumidas nos relatórios.

39. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
Objetivo(s)		– Avaliar o grau de relevância/coerência, eficácia, eficiência, impacto/sustentabilidade e Valor Acrescentado Europeu (VAE) dos apoios concedidos no âmbito dos FEEI, incluindo os 4 Fundos abrangidos pelo exercício de avaliação, através das diferentes intervenções e nos contextos territoriais abrangidos, tendo por referência os objetivos prosseguidos, os resultados esperados e os resultados atingidos até ao momento da realização desta avaliação; – Explicar a forma como as intervenções produziram os resultados observados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas, bem como os seus fatores críticos de sucesso e insucesso; – Aferir, à luz dessa evidência, e dos elementos do contexto regulamentar, organizacional e territorial que enquadraram a implementação dos FEEI, a adequação dos instrumentos de apoio previstos face aos objetivos que prosseguem e identificar eventuais necessidades de ajustamento que potenciem a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções; – Avaliar à luz de critérios de eficiência, eficácia e impacto, o contributo das medidas de "adaptação" e "mitigação" FEAMP para as alterações climáticas.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Açores, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR 2020
	Territorial	Portugal

	Temático	▪ **Objetivos Temáticos do FEDER e Fundo de Coesão** OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos (PI 5.1;5.2); OT6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos (PI 6.2; 6.4); ▪ **Prioridades FEADER (PDR, PRODERAM e PRORARAL)** P3B - apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas; P4A- restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias; P4B - melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas; P4C - prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos P5A - melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola P5E - Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura P6B - Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais ▪ **Prioridades PO MAR 2020:** 1 - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento OE1. - Redução do impacto da pesca no meio marinho, incluindo a prevenção e a redução, tanto quanto possível, das capturas indesejadas; OE2 - Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos; OE3 - Obtenção de um equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca disponíveis; OE4 - Aumento da competitividade e viabilidade das empresas de pesca, inclusive da frota da pequena pesca costeira, e melhoria das condições de segurança e de trabalho; OE5 - Prestação de apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico e da inovação, nomeadamente através do aumento da eficiência energética, e da transferência de conhecimentos; 2 - Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento OE3 - Proteção e restauração da biodiversidade aquática e melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura, e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos OE4 - Promoção de uma aquicultura dotada de um nível elevado de proteção do ambiente, da saúde e bem-estar dos animais e da saúde e segurança públicas, 4 - Aumentar o emprego e a coesão territorial OE1 - Promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e prestação de apoio à empregabilidade e mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, nomeadamente a diversificação das atividades no domínio das pescas e noutros setores da economia marítima; 5 - Promover a comercialização e a transformação OE2 - Incentivo ao investimento nos setores da transformação e da comercialização 6 - Fomentar a execução da política marítima integrada OE1 - Desenvolvimento e execução da Política Marítima Integrada
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância/Coerência** **QA1.** Em que medida as prioridades de investimento previstas nos FEEI abrangidas pela avaliação são relevantes e coerentes com os compromissos internacionais, nacionais e locais assumidos por Portugal em matéria de Adaptação às Alterações Climáticas? – Em que medida as prioridades de investimento previstas nos 6 PO e nos 4 FEEI: PO SEUR (Fundo Coesão); PO Açores (FEDER); PDR Continente e Regiões Autónomas (FEADER) e PO MAR 2020 (FEAMP) definidas na programação no âmbito dos FEEI são coerentes com os compromissos internacionais (Acordo de Paris; Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres; Nova Agenda Urbana; Estratégia da União Europeia para a Adaptação às Alterações Climáticas; European Green Deal), nacionais (ENAAC 2020, P-3AC, Roteiro Nacional de Baixo Carbono, PNEC 2030), locais (Estratégias Municipais e Planos Intermunicipais de AAC) assumidos por Portugal em matéria de AAC? – Verificaram-se alterações de contexto (institucional, regulamentar, económico e/ou social) que tenham condicionado a adequação e a implementação das medidas de AAC previstas na programação inicial? – Em que medida as ações previstas nas diferentes tipologias dos PO envolvidos são complementares e coerentes entre si? – Em que medida as ações previstas nas diferentes tipologias dos PO envolvidos permitem dar resposta aos diferentes riscos climáticos? – As intervenções que contribuem para a AAC apoiadas no Portugal 2020 estão em linha com as medidas de AAC identificadas nos Planos/Estratégias/Programas transversais, setoriais e territoriais relevantes? – As operações apoiadas permitiram capacitar a administração central, regional e local, tanto ao nível da definição de políticas, por forma a integrarem os constrangimentos do clima nos seus instrumentos de planeamento e gestão territorial, como ao nível da execução de medidas e da implementação de soluções coerentes com o planeamento? **Eficácia** **QA2.** As medidas de adaptação às alterações climáticas apoiadas pelos FEEI, atingiram ou permitirão atingir os objetivos específicos definidos na programação? – As metas definidas ao nível dos objetivos específicos de cada PI mobilizada pelos PO vão ser atingidas? Que fatores explicam o maior ou menor sucesso dos PO no cumprimento desses objetivos?

	– Verificam-se efeitos não esperados? Verificam-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados esperados/observados? – A diversidade de apoios dos PO do PT 2020 está ajustada e é eficaz relativamente aos diferentes territórios onde atua? **QA3. (aplicável ao PO Mar2020)** O PO MAR 2020 está a contribuir para o objetivo FEAMP fixado no Acordo de Parceria em matéria de alterações climáticas? – Qual o grau de concretização do contributo esperado do FEAMP em matéria de alterações climáticas no seu todo e por medida? – A implementação dos projetos já aprovados permite antecipar que o objetivo será atingido? – Qual a repartição deste contributo entre a mitigação e a adaptação às alterações climáticas? **QA4. (aplicável ao PO MAR 2020)** Existe uma comunicação eficaz dos resultados em matéria de alterações climáticas no que respeita e ao contributo do FEAMP para este objetivo FEAMP fixado no Acordo de Parceria? **Eficiência** **QA5.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelas diferentes medidas de adaptação às alterações climáticas nos PO, poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou obter melhores resultados com os mesmos recursos? – Seria possível atingir os objetivos dos PO com menos recursos, ou alcançar resultados mais expressivos com os mesmos recursos? – Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente nos diferentes PO? **QA6. (aplicável ao PO MAR 2020)** A forma como os instrumentos do PO MAR 2020 estão a ser implementados permite maximizar os resultados em matéria de alterações climáticas? – As despesas elegíveis, condições de elegibilidade, critérios de avaliação de mérito definidas permitem maximizar os resultados em matéria de alterações climáticas? – O envolvimento dos *stakeholders*/parceiros relevantes em matéria de alterações climáticas cria condições de implementação do PO favoráveis à maximização dos resultados? **Impacto/sustentabilidade** **QA7.** Quais os impactos das medidas de adaptação às alterações climáticas financiadas pelos Fundo de Coesão, FEDER, FEADER e pelo FEAMP? Esses impactos são perduráveis no tempo, após o período de implementação das intervenções? – Os resultados obtidos com as intervenções implementadas contribuíram para a atenuação/mitigação das vulnerabilidades de determinadas regiões do país relativamente a determinados riscos? Qual o seu contributo para a concretização dos objetivos e metas da ENAAC e das Linhas de ação do P-3AC? – Em que medida os efeitos das intervenções financiadas pelos Programas podem ser considerados duradouros e estruturantes, dada a natureza dinâmica das alterações climáticas e dos seus efeitos? **QA8. (aplicável ao PO MAR 2020)** É possível identificar a ligação e o contributo do FEAMP para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 - *Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável*? **Valor Acrescentado Europeu** **QA9.** Qual o valor acrescentado europeu na implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas previstas nos diferentes PO? – Em que medida a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções de adaptação às alterações climáticas apoiadas pelos PO são potenciadas pelo facto de serem financiadas pelos FEEI? – Quais os principais fatores indutores de Valor acrescentado Europeu que tipo de efeitos (e.g. escala, âmbito, processo) podem ser associados a esta intervenção dos FEEI? A resposta às QA acima elencadas deverá ter em conta as seguintes **dimensões de análise** de natureza transversal: – Respeito pelo princípio horizontal do desenvolvimento sustentável e pelo objetivo de política da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tendo em conta o princípio do poluidor-pagador; – Dimensões territoriais, ou seja, assumir que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e sub-regiões devem ser devidamente tidos em consideração na implementação das medidas e participação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes garantida.
Método(s)	– Métodos de avaliação de impacto a definir pela equipa de avaliação
Procedimento de contratação	Ajuste Direto em função de critérios materiais
Entidade responsável	AG do PO SEUR
Grupo de Acompanhamento	AG do PO SEUR; AD&C; AG dos PDR e AG do PO MAR 2020, AG do PO Açores, Agência Portuguesa do Ambiente, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), Instituto de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira (IDR RAM); Direção Regional de Ambiente e Alterações Climáticas da RAM; Direção Regional de Agricultura (DRA) da RAM; Direção Regional de Agricultura (DRA) da RAA; Direção Regional do Ambiente (DRA) da RAA; Direção Regional do Desenvolvimento Rural (DRDR) da RAA; CES
Duração prevista	425 dias
Preço base	100 mil euros
Pós-contrato *(Avaliação em curso)*	
Avaliador	Atthis Consulting | Ambiente e Economia dos Recursos Naturais, Unipessoal Lda.
Coordenador(es)	Cristina Marta-Pedroso
Preço contratado	99.825 euros

Data de início / Final / Duração		16-11-2021 / *em curso*
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação, Análise Custo-Benefício
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise Documental** – **Entrevistas**: PO SEUR, PO Açores, PO MAR 2020, PDR 2020, PRODRAM, APA, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, CCDR Centro, DGPM, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Açores), Secretaria Regional do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (Madeira), ANMP, DGT – **Inquérito aos promotores** (com a seguinte segmentação)**:** ○ PO Açores: Amostra 24, Respostas válidas: 11 ○ PO SEUR: Amostra 317, Respostas válidas: 124 ○ PDR 2020 e PRODERAM 2020 (apenas Pedido Único): Amostra 54.262, Respostas válidas: 2.226 ○ PRODERAM 2020 (apenas Projetos): Amostra 45, Respostas válidas: 7 ○ PDR 2020 (apenas Projetos): Amostra 2.443, Respostas válidas: 408 ○ PO MAR 2020: Amostra 357, Respostas válidas: 71 ○ PRORURAL+: Amostra 1939, Respostas válidas: 90
	Informação de suporte	– Sistemas de Informação do Portugal 2020 – Fontes de estatísticas e dados oficiais (APA, INE, Portal do Clima, IPMA, ERSAR, ICNF, PORDATA, SREAT, SIGAM)
Follow-up	Número de recomendações	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Estimar, em termos qualitativos e a partir de análise documental, entrevistas, inquéritos, análise estatística e análise e processamento de informação geográfica, o contributo das intervenções dos FEEI – que foram tipificadas, para este efeito, entre medidas de carácter estrutural/físico, medidas de carácter institucional e medidas de carácter societal – para a adaptação às alterações climáticas. Essa estimativa teve em conta o volume e tipo de investimentos das intervenções e os efeitos esperados (combinação das dimensões de abrangência espacial e durabilidade dos investimentos das intervenções apoiadas) na redução da exposição de bens, recursos e pessoas às alterações climáticas a um conjunto de 8 vulnerabilidades, tipificadas de acordo com o referencial estabelecido pelos Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC). – Efetuar uma Análise Custo-Benefício das intervenções FEEI com contributo para a adaptação às alterações climáticas, através da análise e projeção dos custos atuais e futuros incorridos e estimativa dos benefícios (custos evitados decorrentes da redução da exposição de pessoas e bens a fenómenos climáticos e meteorológicos extremos). Em síntese: – A avaliação concluiu que o impacto de um conjunto expressivo de intervenções (correspondentes a cerca de 50% do montante financeiro FEEI objeto da Avaliação) é elevado em 5 das 8 vulnerabilidades identificadas, considerando a abrangência espacial e a durabilidade das intervenções após implementação. Em contrapartida, as restantes intervenções apresentam impacto reduzido, sinalizando margem para melhorar a eficiência destas intervenções, ainda que reconheça que boa parte destas intervenções cumprem outros objetivos de política pública que não apenas a adaptação às alterações climáticas. – A análise custo-benefício permitiu concluir que os custos incorridos em adaptação (conjunto de Operações financiadas pelos FEEI com contributo para adaptação às alterações climáticas) são inferiores aos custos evitados, confirmando a valia económica destes investimentos.
	Pistas de análise para avaliações futuras	
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	

40. AVALIAÇÃO *EX ANTE* DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS (LOTE 3)		
Objetivo(s)		A avaliação *ex ante* tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação *ex ante* deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	*Ex ante*
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira

	Territorial	Portugal
	Temático	No âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão, os instrumentos financeiros previstos para a eficiência energética e gestão eficiente da água são enquadrados nas Prioridades de Investimento: – PI 4.2 "Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas" nos PO Regionais (instrumentos de dívida); – PI 4.3 "Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação" nos PO SEUR e Regionais (instrumentos de dívida); – PI 4.5 "Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação" no PO Açores (instrumentos de dívida); – PI 6.2 "Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros" no PO SEUR (instrumentos de dívida).
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação *ex ante* que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		**A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:** – Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada? – Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados? ▪ **B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:** – Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas? – Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)? – Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado? **C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:** – Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF? – Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas. – Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento? **D. Lições adquiridas:** – Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF. – Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF. **E. Estratégia de investimento:** – Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. **F. Resultados e sistema de monitorização:** – Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF? – Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado? – Quais são as caraterísticas do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria? **G. Atualização da avaliação *ex ante*:** – Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*?

		– Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*?
Método(s)		Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO SEUR e dos PO Regionais, DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), ADENE (Agência para a Energia), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)
Duração prevista		120 dias
Preço base		100 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		CEDRU
Coordenador(es)		Heitor Gomes e Luís Carvalho
Preço contratado		51 mil euros
Data de início / Final / Duração		16-10-2014 / 15 -11- 2015/ 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas:** AD&C; ADENE; Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira; AEP - Associação Empresarial de Portugal; ANMP, PO Açores/DRPFE - Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais; PO Madeira; Programa Operacional Valorização do Território (POVT 2007-2013); ANP - Associação Nacional de Proprietários; APA; Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia; BPI – Banco Português de Investimento; CCDR/PO Alentejo; CCDR /PO Algarve; CCDR /PO Centro; CCDR /PO Lisboa; CCDR /PO Norte; CGD; DGEG; Direção Regional de Energia (Açores); Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira); Direção Regional dos Transportes (Açores); Equipa responsável elaboração dos IF: Gestão Eficiente das Águas; Equipa responsável elaboração dos IF: Eficiência Energética, ERSAR; ERSE; Gabinete BEI - Banco Europeu de Investimento (JESSICA); Grupo de Trabalho criado no âmbito do Despacho n.º 438-D/2015; IHRU; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. – **Inquéritos a potenciais destinatários dos IF** (com a seguinte segmentação): ○ Empresas: Amostra: 1.246; Respostas: 113 ○ Administração pública central e regional: Amostra: 173; Respostas: 33 ○ Administração local: Amostra: 331; Respostas: 148 ○ Empresas de transporte público coletivo de passageiros: Amostra: 10; Respostas: 4 ○ Empresas de serviços de energia: Amostra: 47; Respostas: 10 ○ Entidades gestoras de serviços de abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais: Amostra: 294; Respostas: 80 – **3 *focus group***: ○ Eficiência Energética – ADENE; ANP; APESEnergia - Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia, BPI – Banco Português de Investimento; Instituto Camões; DGEG; ERSE; IHRU; INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica ○ Gestão Eficiente das Águas – ADRA - Águas da Região de Aveiro; ANMP; APA; CIM Médio Tejo; CIM Região Leiria; CM Barreiro; CM Ovar; EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres; ERSAR; SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal; SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão ○ Estratégia – AD&C, CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Algarve, MAOTE - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, DGEG – ***Benchmarking*** – **Painel de peritos**
	Informação de suporte	– Fontes estatísticas oficiais (Banco de Portugal, INE, APA, ERSAR) – Sistema de monitorização do PNAEE – Sistemas de Informação dos FEEI

Outras avaliações temáticas

41. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS		
Objetivo(s)		Os objetivos desta avaliação são produzir aprendizagens relativamente aos resultados e à forma de implementação das Opções de Custos Simplificados (OCS) no âmbito do QREN/PT2020 e transportá-las para o processo de implementação a decorrer no PT2020, à luz do novo enquadramento legal e da prática em curso, devendo, a partir das evidências suscetíveis de ser recolhidas até ao presente: – Aferir se a adoção da OCS (quer ao nível do processo adotado, quer da sua implementação) está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, em termos de aumento da **eficiência que se pretende alcançar** (diminuindo a carga administrativa das AG, organismos intermédios, unidades funcionais de auditoria e certificação e entidades beneficiárias; acelerando a despesa, diminuindo o erro, ….); – Aferir se a adoção da OCS está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, em termos de aumento da **eficácia das medidas dos FEEI** (maior ênfase nas políticas, objetivos e prioridades de intervenção), através de uma definição mais clara dos processos, objetivos e resultados mensuráveis na fase de programação e desviando o foco dos processos administrativos para os resultados efetivos ao nível da execução; – Produzir conhecimento sobre os **mecanismos de verificação e auditoria** (de sistema e de operações), avaliando o seu contributo para a "fidelidade" à simplificação de custos (dando especial atenção aos riscos inerentes a processos desta natureza, nomeadamente de *goldplating*); – Produzir conhecimento sobre as opções inerentes às **metodologias** específicas aplicadas a cada intervenção e avaliar a sua adequação aos objetivos de eficácia e eficiência enunciados acima, integrando fatores contextuais (relativos ao tipo de opção – taxa fixa, tabelas normalizadas de custos unitário e montantes fixo ou *lump sums* –, à natureza dos fundos, aos objetivos e instrumentos, aos intervenientes no processo, …); – Produzir **recomendações** que possibilitem generalizar a adoção da OCS e melhorar a implementação das OCS, e, consequentemente, a sua eficácia e eficiência.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	– PO QREN: PO PH, PO Madeira-FSE, PO Açores-FSE – PO PT2020: PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira – Fundos: FSE, FEDER, FEADER
	Territorial	Portugal
	Temático	Intervenções abrangidas nas OCS (excluindo operações de baixo montante): PI 1.2 SIAC ou SAAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas; PI 3.2 Internacionalização das PME; PI 3.3 Qualificação e inovação das PME; PI 8.1 Estágios profissionais, Estágios profissionais (comparticipados pelo IP-RAM), Estágios profissionais na Administração Pública; PI 8.2 Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), Emprego jovem ativo; PI 8.5 Vida ativa, Formação Profissional para Trabalhadores por Conta de Outrem; PI 8.9 Operações relativas aos projetos de dinamização, coordenação e acompanhamento, no âmbito do PROVERE; PI 9.1 Contrato Emprego-Inserção para pessoas com deficiência e incapacidade, Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+); PI 9.5 Parcerias para o Impacto, Projetos inovadores/experimentais na área social, Programa de Capacitação para o Investimento Social; PI 10.1 Cursos Educação e formação de Jovens (CEF), Formação de docentes e outros agentes de educação e formação; PI 10.2 TeSP; Programas de Doutoramento e Bolsas de Pós-doutoramento; PI 10.3 Centros Qualifica, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); PI 10.4 Ensino Profissional; PI 11.1 Formação Profissional para a Administração Pública, Capacitação da Administração Local e da Administração Desconcentrada; PI 11.2 Capacitação de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais; PI 13.1 Assistência técnica; FEADER: Grupos Operacionais, Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL, Cooperação Interterritorial e Transnacional dos Grupos de Ação Local, Custos de Funcionamento e Animação, Ações de formação, Assistência técnica Rede Rural Nacional, Interprofissionais.
	Temporal	QREN/PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Em que medida as OCS em vigor respondem à prioridade de simplificação e de orientação para os resultados? Para responder a esta prioridade existe necessidade e potencial de alargamento das OCS a outras tipologias? **Coerência** **QA2.** Em que medida as OCS se articulam/compatibilizam com outros sistemas de regras decorrentes da legislação nacional relativamente às mesmas matérias (p.e. regras do regime de auxílios de estado/contratação pública)? **Eficiência operativa** **QA3.** O processo adotado para a constituição das OCS e a sua aplicação (nomeadamente, o envolvimento / participação / adesão dos *stakeholders*, as metodologias de cálculo utilizadas, os procedimentos adotados, a aplicação das regras

		comunitárias…) garantiu maior eficácia e eficiência à aplicação das OCS? Quais os principais pontos críticos? O que pode ser feito para que a intervenção possa ser mais eficaz, nomeadamente que boas práticas de outros Estados-Membros podem ser replicadas? **Eficácia** **QA4.** As OCS alcançaram os seus objetivos (nomeadamente, a simplificação da aplicação dos FEEI e o foco nos resultados)? Que mudanças podem ser observadas decorrentes das OCR aplicadas no QREN e esperadas no Portugal 2020
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Europeu da União Europeia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, GPP, AG do PO CI, do PO CH, do PO ISE, do PO SEUR, dos POR do Continente e RA, dos PDR (Continente e RA)
Duração prevista		180 dias
Preço base		90 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento IESE / PPLL Consult / ABC
Coordenador(es)		Gisela Ferreira
Preço contratado		80 038 euros
Data de início / Final / Duração		21-06-2018 / 28-05-2021/ 2 anos e 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Análise de Processo e racional da Análise de Contribuição
	Técnicas de recolha de informação	– **Recolha e análise de informação documental** – **2 ciclos de Entrevistas** ○ 1º ciclo de entrevistas: AD&C, PO ISE, COMPETE 2020, PO Alentejo, PRORURAL+, PO Algarve, PDR 2020, PO SEUR, PO CH, PO Madeira, PO Açores (FSE) ○ 2º ciclo de entrevistas: AD&C, GPP, IFAP, responsáveis pela implementação de custos simplificados no QREN, IGF – **Inquéritos às AG + Entrevista:** PO ISE, COMPETE 2020 (só entrevista), PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Lisboa (só entrevista), PO Alentejo (só entrevista), PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR 2020 – **2 Inquéritos por questionário**: ○ Técnicos das AG e dos OI: Universo: 196; Respostas: 57 ○ Entidades Beneficiárias: Universo: 744; Respostas: 79 – **2 *Focus Group*:** ○ ***Focus group* Tipo 1** - (i) fatores bloqueadores/inibidores da atuação eficaz das OCS; (ii) sugestões de revisão, aprofundamento ou melhoramento dos processos e implementação das OCS. Foram realizadas três sessões: **AG e OI (2 sessões)** – PO ISE, PO CH, COMPETE 2020, PDR 2020, PO Norte, PO Alentejo, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, CCDR Algarve, IQ RAM, IEFP, EMPIS, IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação. **Associações representantes de beneficiários (1 sessão)** – Federação Minha Terra, CCP, CTP, ANMP, ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais, CAP, CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) ○ ***Focus group* Tipo 2** - Controlo e auditoria – Núcleo Auditoria do FSE da AD&C, BDO & Associados, JM Ribeiro da Cunha, & Associados, Auren Auditores & Associados, ABC – **5 Estudos de Caso:** ○ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); ○ Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado ○ Universidade de Aveiro ○ Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) ○ IEFP – ***Benchmarking* internacional:** Países para o estudo: Polónia, República Checa e Itália.
	Informação de suporte	– Sistemas de informação do QREN e do PT2020
Follow-up	Número de recomendações	8
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	0
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	8: AD&C-NS (8) | AG (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 8| Parcialmente implementada: 0 Implementação em curso: 0 | A implementar no futuro: 0 | Não implementada: 0
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído. Nenhuma das recomendações deu origem a plano e ação porque todas as recomendações já se encontravam implementadas à data de resposta deste *follow-up*.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Como primeira avaliação sobre Custos Simplificados, uma das principais mais-valias desta avaliação foi a apresentação do quadro teórico desta abordagem, com a construção da Teoria da Mudança, incluindo as diferentes vertentes desta temática: (i) preparação da programação, ii) internalização da abordagem pelos beneficiários e pelas AG, OI e responsáveis pelos processos de auditoria, iii) análise dos aspetos motivacionais, normativos e organizacionais, iv) definição de indicadores de realização e resultado e incorporação desses (e respetiva alimentação) pelos sistemas de informação, iv) resultados intermédios e finais.

		– Identificação e aferição de algumas métricas relevantes para a análise desta temática, ex. tempos despendidos na análise e acompanhamento de candidaturas, operações atribuídas a cada técnico, nº de documentos solicitados por operação. Em síntese: – A avaliação identificou um conjunto de resultados positivos do ponto de vista do tempo despendido e da carga burocrática na fase de candidaturas e em procedimentos burocráticos na perspetiva das AG, OI e entidades beneficiárias. – Quer as AG quer as entidades beneficiárias concordam que existe um maior foco nos resultados, quer na fase das candidaturas (com os indicadores de realização e resultado a assumir um lugar central), quer na fase das verificações administrativas para efeitos de pedidos de pagamento, quer ainda (por parte das entidades beneficiárias) no alcance e monitorização das metas de realização e resultados. – Como aspetos negativos salienta-se o não alcance dos objetivos de alteração da dimensão e composição das equipas e do contributo dos Custos Simplificados para o aumento da qualidade das intervenções.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Desenvolver a componente da atuação da auditoria nos processos de aplicação de custos simplificados, já que a experiência era ainda diminuta no período em que decorreu a avaliação. **Pista 2:** Aprofundar quais os efeitos da aplicação de custos simplificados na diminuição dos custos de gestão: recolhendo e analisando informação – e especificamente métricas – sobre a incidência de erro, já que estas só ficaram disponíveis após o final da avaliação. **Pista 3:** Confirmar e densificar a análise que aponta para o modesto efeito na reafectação das equipas técnicas para o enfoque na dimensão de realizações e, sobretudo, de resultados e de qualidade das intervenções. E perceber quais os fatores que inibem esta reafectação.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Garantir um prazo superior para a realização do Relatório Inicial, sobretudo quando se trata de um processo de desenho da Teoria da Mudança em que a aplicação da abordagem *Process Tracing* requer a descrição detalhada de processos. **Pista 2:** Garantir que as amostras recolhidas viabilizam a representatividade em todas as desagregações pertinentes. **Pista 3:** Tirar partido de técnicas de recolha de informação (p.e. estudos de caso), que permitam a triangulação com as respostas dos questionários.

Avaliações Territoriais

42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial		
Objetivo(s)		**Objetivo global:** Avaliar a adequação da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas/instrumentos de programação que a operacionalizam nos quatro domínios temáticos, para o alcance dos resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial. **Objetivos específicos:** – Avaliar o conjunto das políticas/instrumentos de programação que operacionalizam as abordagens territoriais (políticas territoriais e políticas territorializadas) do Portugal 2020, aferindo; – A complementaridade e as sinergias entre políticas/instrumentos de programação coincidentes no mesmo território na persecução dos objetivos de convergência económica e de coesão territorial; – A eficiência dos mecanismos formais e informais de coordenação entre políticas/instrumentos de programação e de governação multinível (entre os vários níveis de governo e/ou administração pública) e *multi-stakeholders* (entre todas as partes interessadas do território); – A relação entre a configuração das políticas/instrumentos de programação e a sua implementação, tendo em vista o alcance dos seus objetivos; – A adequação e pertinência das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade com base na metodologia proposta na deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, incluindo, se pertinente, uma proposta da revisão da metodologia utilizada.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Territorial
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Portugal
	Temático	Intervenções incluídas nas Políticas Integradas de Base Territorial: – PDCT (parte das PI 2.3, 4.3, 5.2, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7; – PDR: OT3/Medida 4 - Ação 3.4); PEDU (parte das PI 4.5, 6.5, 9.8); – Centros Urbanos Complementares (parte das 4.5, 6.5, 9.8); – DLBC (parte das 9.6, 9.10 e Prioridade 4 do FEAMP); – PROVERE/PARE (8.9); – Políticas Territorializadas: parte da PI 10.1 (TEIP); parte da PI 9.1 (CLDS e Escolhas); parte da PI 1.2 (Clusters); Medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Decorrendo de uma análise da evolução recente dos processos de convergência económica e de coesão territorial, qual a relevância da abordagem territorial do Portugal 2020 como resposta aos desafios da convergência e da coesão territorial? **Coerência** **QA2.** A configuração e a implementação das políticas/instrumentos de programação coincidentes nos territórios asseguram a sua complementaridade em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios? **Eficiência operativa** **QA3.** Na configuração e na implementação das políticas/instrumentos de programação estão presentes mecanismos que asseguram uma governação eficiente entre as diferentes políticas/instrumentos de programação, entre as várias escalas territoriais e entre as partes interessadas do território? **Eficácia** **QA4.** A configuração e a implementação (nomeadamente da estratégia, beneficiários, nível de procura e resultados contratualizados) das políticas/instrumentos de programação permite atingir os resultados previstos? **Impacto (*ex ante*)** **QA5.** A configuração e a implementação da abordagem territorial, enquanto dimensão transversal do Portugal 2020, revelam ser um contributo eficaz para a exploração do potencial de desenvolvimento de todos os territórios, diminuição das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial? **Relevância/Coerência/Eficácia** **QA6.** Face às análises efetuadas nas questões anteriores, qual a avaliação da aplicação das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade com base na metodologia proposta na deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, incluindo, se pertinente, uma proposta da revisão da metodologia utilizada?
Método(s)		– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Europeu da União Europeia

Avaliações Territoriais

Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C; AG do PO CH; do PO CI; do PO ISE; do PO SEUR; do PO Norte, do PO Centro, do PO Lisboa, do PO Alentejo, do PO Algarve; ANMP; Representantes do CES (CTP/CAP/Especialista/Consultor)
Duração prevista		180 dias
Preço base		125 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento CEDRU / EY-Augusto Mateus & Associados
Coordenador(es)		Sérgio Barroso e Paulo Madruga
Preço contratado		85 mil euros
Data de início / Final / Duração		15-12-2017 / 11-12-2019 / 2 anos
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança, Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise documental** – **Entrevistas semiestruturadas:** AD&C; PO Temáticos e dos POR do continente, PDR 2020, PO MAR 2020, ACM – Alto Comissariado para as Migrações, DGE, DGT, ISS, Unidade de Missão Valorização do Interior, Turismo de Portugal, IAPMEI, IEFP, ANMP, CCDR. – **Inquéritos**: o Entidades líderes de instrumentos de políticas integradas de base territorial PDCT – CIM: Universo: 22, Respostas: 12; Municípios: Universo: 262, Respostas: 145 DLBC – Universo: 88, Respostas: 45 PROVERE / PADRE – Universo: 14, Respostas: 12 PEDU – Universo: 105, Respostas: 71 o Beneficiários de operações apoiadas nas medidas de diferenciação positiva: Universo: 2.312, Respostas: 123 o Executores de operações apoiadas por Instrumentos de Base Territorial e Políticas Territorializadas (no âmbito dos 5 Estudos de Caso) PDCT / PEDU / PROVERE/PADRE / DLBC /PARU/PAMUS/PAICD – Universo: 1.043, Respostas: 177 Programa TEIP – Universo: 64, Respostas: 12 Programa Escolhas – Universo: 55, Respostas: 24 CLDS – Universo: 15, Respostas: 13 – **Estudos de caso (NUTS III):** o Alto Minho o Viseu Dão-Lafões o AML o Baixo Alentejo o Algarve – **2 *Focus Group*** por **Estudo de Caso:** **Algarve** o **FG1:** AMAL, Câmaras Municipais da NUTS III o **FG2:** AMAL, ADERE 2020 - Vicentina Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Agência de Desenvolvimento do Barlavento, Algarve Central, APEXA - Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve, Associação Terras do Baixo Guadiana, Fundação António Silva Leal, Fundação Irene Rolo, MOJU - Associação Movimento Juvenil em Olhão **Viseu Dão-Lafões** o **FG1:** CIM Viseu Dão-Lafões, Câmaras Municipais da NUTS III o **FG2:** AMAL, ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva, ADD 2020 - Associação de Desenvolvimento do Dão, ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, Associação das Termas de Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Tondela, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Frades **AML** o **FG1:** AML, Câmaras Municipais da NUTS III o **FG2:** A2S - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, Capacitar Montijo, ENVOL20 Almada DLBC Urbano - Santa Casa da Misericórdia De Almada, Rede DLBC Lisboa, Sintra Urban, Agrupamento Escolas do Lumiar, Agrupamento Escolas Marquesa de Alorna, Agrupamento Escolas Amadora Oeste, Santa Casa da Misericórdia Almada, Fundação Aga Khan, Raízes, Rumo, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social **Baixo Alentejo** o **FG1:** CIM Baixo Alentejo, Câmaras Municipais da NUTS III o **FG2:** Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural, Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, Associação Terras do Baixo Guadiana, Comoiprel - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, Associação Barranquenha para o Desenvolvimento, Agrupamento de Escolas nº 1 de Beja, Agrupamento de Serpa, CM Almodôvar **Alto Minho** o **FG1:** CIM Alto Minho, Câmaras Municipais da NUTS III **FG2:** CIM Alto Minho, ADRIL - Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição, Centro Social e Cultural Vila Praia de âmcora, Gabinete de Atendimento à Família de Viana do Castelo, Agrupamento de Escolas Monte da Ola – **5 *Workshops* regionais**: o **Lisboa** (AD&C, CCDR LVT, PO Lisboa, PO SEUR, AML, CM de Almada, CM Amadora, CM de Barreiro, CM de Lisboa, CM de Mafra, CM Sesimbra, CM Setúbal, CM Sintra, ACM – Alto Comissariado para as Migrações, DGPC - Direção Geral do

		Património Cultural, ISS, A2S - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Associação para o desenvolvimento local de base comunitária de Lisboa, Olho Vivo, RUMO - Cooperativa De Solidariedade Social, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, Federação Minha Terra) ○ **Coimbra** (AD&C, CCDR Centro, PO Centro, PO ISE, IFRRU, IMT, ANMP, CM Aveiro, CM Coimbra, CM Leiria, CM Guarda, CM Castelo Branco, CM Viseu, CIM Aveiro, CIM Coimbra, CIM Leiria, CIM Beira Baixa, CIM Beiras e Serra da Estrela, CIM Médio Tejo, CIM Oeste, CIM Viseu Dão Lafões, Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, iNature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas - Destinature, ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão, ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche) ○ **Porto** (AD&C, CCDR Norte, PO Norte, COMPETE 2020, AMP, CIM Alto Minho, CIM Alto Tâmega, CIM Ave, CIM Cávado, CIM Douro, CIM Tâmega e Sousa, CIM Trás-os-Montes, CM Porto, CM Braga, CM Viana do Castelo, CM Bragança, CM Chaves, CM Vila Real, CM Guimarães, CM Póvoa de Varzim, ANI, IAPMEI, IPAV - Instituto Padre António Vieira, Cruz Vermelha Portuguesa, DOLMEN – Desenvolvimento Local e Regional, CoraNE - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina, ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, Associação Douro Histórico, ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira) ○ **Évora** (AD&C, CCDR Alentejo, PO Alentejo, PDR 2020, DGT, Turismo de Portugal, CIM Alto Alentejo, CIM Alentejo Central, CIM Baixo Alentejo, CIM Alentejo Litoral, CIM Lezíria do Tejo, CM Portalegre, CM Elvas, CM Estremoz, CM Évora, CM Beja, CM Alcácer do Sal, CM Sines, CM Santarém, CM Campo Maior, CM Almodôvar, CM Coruche, ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, APRODER – Associação para o Desenvolvimento Rural do Ribatejo, MONTE-ACE - Desenvolvimento Alentejo Central, ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano) ○ **Faro** (AD&C, CCDR Algarve, PO Algarve, PO MAR 2020, DGE, IEFP, AMAL, CM de Albufeira, CM de Alcoutim, CM de Aljezur, CM de Castro Marim, CM de Faro, CM de Lagoa, CM de Lagos, CM de Loulé, CM de Monchique, CM de Olhão, CM de Portimão, CM de São Brás de Alportel, CM de Silves, CM de Tavira, CM de Vila do Bispo, CM de Vila Real de Santo António, ADERE 2020 - Vicentina Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Agência de Desenvolvimento do Barlavento, Algarve Central, Fundação António Silva Leal, Associação Terras do Baixo Guadiana) – **Painel de peritos**
	Informação de suporte	– Sistemas de Informação do PT2020
Follow-up	Número de recomendações	17
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	7: MCT (1) | MCT-SEADR (3) | MP (3) |MAAC (1) | MMEAP (1) | MA (1) | GT2030 (4) | AD&C (1) | AG (1) | OI (1)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	10: MCT (1) | MCT-SEADR (2) | MP (1) | MMEAP (1) | GT2030 (6) | CCDR (4) |POR (1) | AD&C (1) |Rede Dinâmicas Regionais (1)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 2 | Parcialmente implementada: Implementação em curso: 8 | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído, com resposta das CCDR.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Como primeira avaliação da abordagem territorial do Portugal 2020, uma das principais mais-valias desta avaliação foi a apresentação do quadro teórico desta abordagem, com a construção da teoria da Mudança, incluindo os principais fatores críticos de sucesso desta abordagem territorial. – Identificação das perceções dos principais atores, através da sua auscultação, relativamente a diferentes dimensões da programação e operacionalização e do contributo da abordagem territorial para os resultados esperados. Em síntese: – A avaliação identificou um conjunto de resultados positivos demonstrativos dos avanços na abordagem territorial do Portugal 2020, p.e.: aprofundou os processos de planeamento estratégico territorial às escalas regional e sub-regional, fomentou o encadeado lógico dos instrumentos desenvolvidos na fase de conceção, considerou os princípios adequados para promover a integração das políticas sectoriais pertinentes, reforçou um modelo de governação territorial. – Identificou limitações do quadro político-institucional vigente para cumprir os objetivos definidos nesta abordagem, nomeadamente em termos de planeamento e de coordenação e liderança institucional do processo de desenvolvimento regional. – Constatou que a passagem do planeamento para a operacionalização e programação financeira resultou numa insuficiente adaptação da execução às necessidades específicas dos territórios e em débeis níveis de sinergia e complementaridade, devido a p.e.: limitações na mobilização e articulação das políticas públicas que melhor respondem às necessidades e oportunidades territoriais, confronto entre o modelo de governança territorial adotado e as insuficiências estruturais de governação multinível, debilidades na arquitetura de instrumentos afetos à territorialização das políticas públicas (identificando diferentes aspetos para cada uma destas dimensões).
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Identificar evidências (em fontes documentais e solicitando aos atores quantificação e/ou exemplos concretos que evidenciam as suas perceções) para os aspetos identificados como críticos nesta avaliação. **Pista 2:** Identificar diferenças de desempenho regionais e respetivas justificações.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Garantir um prazo superior para a realização do Relatório Inicial, quando inclui a reconstrução da Teoria da Mudança, ou autonomizar esta fase. **Pista 2:** Envolver de forma mais eficaz os *stakeholders* no processo de construção das TdM. **Pista 3:** Tirar partido de técnicas de recolha de informação (p.e. estudos de caso e *focus group*), para triangular com as respostas dos questionários. Incidir os inquéritos por questionários apenas para as dimensões em que esta técnica se adequa.

		Pista 4: Tornar os *focus group* mais suscetíveis de dar conta das visões da variedade de *stakeholders.* Melhorar a sua aplicação, utilizando técnicas específicas de implementação dos mesmos. **Pista 5:** Garantir produtos mais comunicáveis (claros, sintéticos, apelativos, com figuras/esquemas).

43. Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais		
Objetivo(s)		Os objetivos desta avaliação são: – Avaliar o **processo de operacionalização**, as **primeiras realizações** e os **primeiros resultados** de dois instrumentos territoriais contemplados na abordagem territorial do Portugal 2020, especificamente os ITI (concretizados através dos PDCT) e o DLBC (concretizado através das Estratégias de Desenvolvimento Local – EDL); – No caso dos ITI/PDCT, avaliar, tendo também presente a experiência do QREN, a pertinência, relevância e foco temático dos PDCT, a **eficácia e eficiência dos mecanismos de governação multinível** aplicados na sua operacionalização, bem como a eventual mais-valia da gestão deste instrumento pelas CIM/AM (delegação de competências alargadas pro contrato) face à abordagem *mainstream* (gestão direta pelas AG com participação das CIM/ AM); – No caso do DLBC, avaliar para cada uma das vertentes operacionalizadas (rural, costeiro e urbano) e respetivos Grupos de Ação Local (GAL), a **pertinência e a relevância das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)**, a eficácia e eficiência dos **mecanismos de governança** implementados na sua operacionalização e os **resultados obtidos face a outros modelos de gestão**; – Avaliar os **modelos de governança** definidos especificamente para a implementação, operacionalização, acompanhamento/monitorização e avaliação de cada um dos instrumentos; – Identificar **dimensões operacionais** que carecem de ajustamento e melhoria visando o aumento da eficácia destes instrumentos territoriais e maximizar os seus impactos junto das populações
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Territorial
Âmbito	Programático	PO ISE, PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR 2020
	Territorial	Portugal
	Temático	Intervenções abrangidas pelos instrumentos Territoriais (PDCT e DLBC): PDCT: PI 2.3., 4.3., 5.1., 5.2., 6.1., 6.3., 8.3., 8.8., 9.1., 9.4., 9.7., 10.1., 10.5., 4. (PDR); DLBC: – Rural Continente: 10.2.1.1., 10.2.1.2., 10.2.1.3., 10.2.1.4., 10.2.1.5., 10.2.1.6. (FEADER), 8.8, 6.3 (FEDER), 8.3, 9.1 (FSE); – DLBC Rural RA Açores: 6.4, 7.2, 7.4, 7.5, 7.6 (FEADER); – DLBC Rural RA Madeira: 19.2.1, 19.2.2 (FEADER); – DLBC Costeiro: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 (FEAMP), 8.8, 6.3 (FEDER), 8.3, 9.1 (FSE); – DLBC Urbano: 8.8 (FEDER), 8.3, 10.1, 9.1 (FSE).
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Coerência** **QA1.** A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios? – O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial seguido de uma contratualização, é o mais adequado e eficiente para este tipo de abordagens? – Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e com as EDL (no caso do DLBC)? – Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios? (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? – Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas para os quais não houve apoio do Portugal 2020? – As agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território participaram a conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve este apoio? – As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades das EDL e dos PDCT? **Eficiência operativa** **QA2.** Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente? **Avisos** – Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)? No caso específico dos PDCT (onde existem listas indicativas de projetos previamente validadas – exceção nas PI 8.3 e 8.8), os processos concursais para apresentação de candidaturas de operações são o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações? – Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

		– Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território? **Fontes de financiamento** – O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos? **Modelo de governação** – O envolvimento dos diversos *stakeholders* foi um fenómeno pontual ou continuado tanto na fase de programação como na de implementação dos PDCT e do DLBC? E das populações? – As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como o também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? – Há vantagens nos modelos de delegação de competências adotado para os PDCT e DLBC (delegação de competências em OI ou equiparados) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados? o Os resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas) permitem conclusões sobre a vantagem deste modelo de contratos de financiamento com delegação de competências, sobre contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG (ou com outras geometrias de competências delegadas)? **Avaliação e monitorização** – O modelo implementado de monitorização/acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados? – A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos? – Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais? Qual a perceção sobre o seu desempenho ao nível dos resultados alcançados? – Qual as diferenças em termos de eficiência operativa nas intervenções associadas aos PDCT da situação do Algarve (sem PDCT) e das três regiões convergência? **Eficácia** **QA3.** A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos? – Qual o grau de cumprimento das metas intermédias definidas para 2018 em cada um dos contratos das AG com CIM/AM e GAL? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados? – Que medidas de gestão foram identificadas e propostas por CIM/AM e GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? – Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT e EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro? – Qual as diferenças em termos de eficácia nas intervenções associadas aos PDCT da situação do Algarve (sem PDCT) e das três regiões convergência? **Valor Acrescentado Europeu** **QA4.** Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus no apoio aos DLBC e aos PDCT? – Em que medida a eficácia e eficiência dos DLBC e dos PDCT é potenciada pelo facto de ser financiada por Fundos Europeus? – Que fatores indutores de valor acrescentado europeu estão presentes nesta intervenção?
Método(s)		– Ficha de recolha extensiva de informação e Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso público com publicidade no Jornal Europeu da União Europeia
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.; GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral; DGPM – Direção-Geral de Política do Mar; Programas Operacionais Regionais do Continente, Programas de Desenvolvimento Rural e Programa Operacional Mar 2020; ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses; Federação Minha Terra; Representantes do CES – Conselho Económico e Social (CCP, CGTP, UGT, CIP).
Duração prevista		270 dias
Preço base		190 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento ISCTE-IUL / PPLL Consult
Coordenador(es)		Paulo Feliciano e Gisela Ferreira
Preço contratado		177.500 euros
Data de início / Final / Duração		21-01-2021 / 15-07-2022 / 1 ano e 6 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e técnicas	Abordagem	– Ficha de recolha extensiva de informação e Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Entrevistas:** **CIM/AM e GAL** o CIM/AM – PDCT: 16 o DLBC Rural: 45

		○ DLBC Rural Madeira: 2 ○ DLBC Rural Açores: 3 ○ DLBC Costeiro: 11 ○ DLBC Urbano: 14 **Outros *stakeholders*:** PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve, PDR 2020, PRORURAL+, PRODERAM, PO MAR 2020, AD&C, ANMP, Federação Minha Terra, AMAL – **Inquéritos por questionário aos PDCT e GAL** ○ CIM/AM – PDCT: Universo: 22; Respostas: 21 ○ DLBC Rural: Universo: 54; Respostas: 51 ○ DLBC Rural Madeira: Universo: 2; Respostas: 2 ○ DLBC Rural Açores: Universo: 4; Respostas: 4 ○ DLBC Costeiro: Universo: 15; Respostas: 12 ○ DLBC Urbano: Universo: 16; Respostas: 15 – **Inquérito por questionário a Entidades beneficiárias dos PDC e GAL:** ○ PDCT Municípios: Universo: 259; Respostas: 82 ○ PDCT Outros Benficiários: Universo: 1358; Respostas: 147 ○ DLBC Rural - PDR: Universo: 4160; Respostas: 326 ○ DLBC Rural - POR: Universo: 3492; Respostas: 406 ○ DLBC Rural - Madeira: Universo: 96; Respostas: 19 ○ DLBC Rural - Açores: Universo: 282; Respostas: 21 ○ DLBC Costeiros – MAR 2020: Universo: 212; Respostas: 53 ○ DLBC Costeiros – POR: Universo: 249; Respostas: 47 ○ DLBC Urbanos: Universo: 343; Respostas: 141 – **Workshop metodológico:** entidades do Grupo de Acompanhamento – **Painel de Peritos**
	Informação de suporte	– Sistemas de Informação do PT2020
Follow-up	Número de recomendações	14
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	14: Rede Dinâmicas Regionais (14)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	0
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: | Parcialmente implementada: Implementação em curso: | A implementar no futuro: | Não implementada:
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Utilização de uma Ficha de recolha de informação aplicada ao universo dos GAL e CIM, que permitiu fazer uma análise exaustiva de um conjunto alargado de dimensões de coerência, eficácia e eficiência operativa, através da recolha de um vasto conjunto de indicadores. Estes indicadores foram alimentados, quer por uma aprofundada análise documental, quer pelo inquérito e entrevistas realizados ao universo dos GAL e CIM. – Analisar as dimensões definidas combinando diferentes tipos de indicadores: de identificação da perceção dos atores e de elementos objetivos (quer referenciados extensivamente pelos atores, quer recolhidos diretamente na documentação existente). – Oferecer uma análise transversal mas também uma análise com maior granularidade a partir de variáveis de escala territorial. – Auscultar não só os agentes mais próximos da programação e implementação da política, mas também os beneficiários. Em síntese: – A avaliação concluiu que o principal Valor Acrescentado Europeu dos Instrumentos Territoriais (IT) foi o seu contributo para consolidar a escala sub-regional de governação. – Na análise da coerência, eficiência operativa e eficácia a avaliação identificou: ○ Que a programação dos IT é apreciada de forma diferenciada pelos *stakeholders* em algumas dimensões e a sua operacionalização reflete, igualmente, diferenças territoriais (Litoral/Interior, alta densidade e nível de desenvolvimento), também em algumas dimensões, nomeadamente: adequação das PI "elegíveis", modelos concorrenciais e com negociação e reforço da territorialização das políticas. ○ Aspetos positivos na programação e na operacionalização dos IT, p.e.: coerência dos IT com as EIDT e as EDL; reforço da estratégia de financiamento plurifundos; estratégia de delegação de competências (PDCT). ○ Aspetos a melhorar na programação e na operacionalização dos IT, p.e.: insuficiência na abrangência das PI para permitir um ajustamento à diversidade dos territórios; problemas de operacionalização verificados em algumas PI, autonomia e ambiguidade de papéis (DLBC) com diferenciação por Fundo.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Aprofundar a análise das características diferenciadoras de PDCT-CIM/AM e DLBC-GAL, que conduzem a resultados distintos, nomeadamente: capacidade de liderança, prática colaborativa, "tradição" e processos de aprendizagem ao longo dos períodos de programação. **Pista 2:** Mobilizar a informação recolhida neste estudo para aprofundamentos que o calendário da avaliação não permitiu (face à quantidade de informação recolhida), e, conjuntamente com recolha de informação adicional, reforçar a análise de associação de diferentes desempenhos a características/fatores diferenciados de PDCT-CIM/AM e DLBC-GAL.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 1:** Maior envolvimento dos membros do Grupo de Acompanhamento na análise aprofundada dos relatórios da avaliação.

		Pista 2: Focar mais o âmbito da avaliação, de forma a melhor gerir a quantidade de informação a recolher e sistematizar. **Pista 3:** Auscultar atores associados à programação numa fase inicial da avaliação, para identificar desde logo opções programáticas não completamente explícitas e expectativas da programação face à operacionalização e resultados esperados.

46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)		
Objetivo(s)		– Identificar o grau de eficácia e eficiência e os impactos do Programa no QREN, face aos objetivos propostos; – Explicitar a forma como as intervenções apoiadas no QREN produziram os efeitos observados, em que circunstâncias e em que contextos o fizeram e os fatores críticos de sucesso (e de insucesso); – Estabelecer evidência sobre o racional que sustenta o Programa CLDS do QREN; – Aferir, à luz dessa evidência e dos elementos de contexto regulamentar, socioeconómico e organizacional que enquadram a implementação do PT2020, a adequação dos instrumentos de apoio previstos no atual período de programação face aos objetivos que prosseguem e identificar eventuais necessidades de ajustamento que favoreçam a eficácia, eficiência e sustentabilidades das intervenções.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Territorial
Âmbito	Programático	PO PH, PO Lisboa e PO Algarve do QREN; PO ISE, PO Lisboa e PO Algarve do PT2020
	Territorial	Continente
	Temático	QREN: Tipologia de Intervenção 6.13, Eixo 6, do PO PH PT2020: PI 9.1 do PO ISE
	Temporal	QREN e PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**Relevância** **QA1.** Em que medida os objetivos estabelecidos pelo Programa se revelaram pertinentes para dar resposta aos problemas de pobreza e exclusão social, nas suas manifestações multidimensionais, nos territórios e públicos-alvo em que incidiu? **Coerência** **QA2.** As ações e os resultados do Programa permitem alcançar os seus objetivos de uma forma lógica? **QA3.** Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada e outros dispositivos de intervenção a atuar sobre os mesmos constrangimentos ou territórios? **Eficácia** **QA4.** A intervenção alcançou os seus objetivos? Como é que os CLDS causaram a mudança ocorrida face aos objetivos dos Programas? Verificaram-se efeitos não esperados, positivos ou negativos, do ponto de vista do público-alvo e/ou dos territórios abrangidos? **QA5.** Quais os fatores de sucesso e insucesso se revelaram decisivos para o cumprimento dos objetivos dos CLDS? Quais os fatores externos à intervenção que a potenciaram ou limitaram no cumprimento dos objetivos? **Eficiência** **QA6.** Qual a relação entre recursos mobilizados e os resultados das intervenções? Quais os fatores no uso dos recursos que influenciaram a relação entre resultados e recursos alocados verificada? Os recursos financeiros alocados ao Programa foram adequados, suficientes no seu montante e distribuição para o desenvolvimento do Programa? **Impacto** **QA7.** Quais são os efeitos globais dos CLDS no contexto socioeconómico, em particular no sentido da inversão das situações de pobreza e exclusão social nos territórios e/ou nos públicos-alvo atribuíveis às intervenções CLDS/CLDS+? Verificaram-se efeitos não esperados? Para quais desses efeitos é que contribuíram as intervenções? E quais os fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos objetivos globais do Programa? As mudanças seriam alcançáveis sem os Programas? **Sustentabilidade** **QA8.** Existem condições para que os resultados sejam duráveis no tempo para além da intervenção, quer ao nível dos indivíduos quer dos atores no território, designadamente no caso em que o financiamento público cesse? **Valor Acrescentado Europeu** **QA9.** Qual o valor acrescentado europeu das intervenções apoiadas no âmbito do Programa CLDS?
Método(s)		Avaliação Baseada na Teoria
Procedimento de contratação		Concurso público
Entidade responsável		AG do PO ISE
Grupo de Acompanhamento		AD&C, AG do PO ISE, AG dos PO Lisboa e PO Algarve, ISS, Associação Nacional de Municípios e CASES
Duração prevista		365 dias
Preço base		75 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Agrupamento IESE / ISCTE- IUL / PPLL Consult / ImproveConsult
Coordenador(es)		Rui Godinho e Luís Capucha
Preço contratado		63.752,5 euros

Avaliações Territoriais

Data de início / Final / Duração		01-09-2017 / 14-08-2019 / 1 ano e 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Teoria da Mudança e Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação – Identificação de fatores críticos de sucesso das intervenções no âmbito do racional da Análise Comparativa Qualitativa
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise Documental** – **Entrevistas:** Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade; Adjunto do Secretário de Estado da Segurança Social; Presidente do ISS; Diretora do Gabinete de Apoio a Programas do ISS; Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do ISS – **4 Inquéritos por questionário**: ○ Entidades coordenadoras de CLDS CLDS 3G: Universo: 168; Respostas: 100 CLDS+: Universo: 105; Respostas: 35 CLDS: Universo: 134; Respostas: 42 ○ Entidades executoras de CLDS CLDS 3G: Universo: 48; Respostas: 21 CLDS+: Universo: 10; Respostas: 5 CLDS: Universo: 13; Respostas: 5 ○ Núcleos Executivos do CLAS: Universo: 210; Respostas: 119 ○ Centros do IEFP: Universo: 81; Respostas: 71 – **Painel de peritos** – ***Workshop*:** painel de peritos; 9 CLDS de diferentes territórios e contextos socioeconómicos – **8 Estudo de caso a CLDS** (anonimizados): inclui entrevistas aos coordenadores do CLDS, representantes das entidades executoras, *focus group* com parceiros informais do CLDS e entidades relevantes do concelho, *focus group* com destinatários e inquérito aos destinatários (68 respostas no conjunto dos Estudos de Caso)
	Informação de suporte	– informação disponibilizada pelo PO ISE
Follow-up	Número de recomendações	13
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias	10: ISS (10) | GT2030 (10)
	Número de recomendações aceites e encaminhadas para *follow-up* e respetivas entidades destinatárias	3: ISS (1) | PO ISE (2)
	Ponto de situação da implementação das recomendações	Implementada: 2| Parcialmente implementada: 0 Implementação em curso: 1| A implementar no futuro: 0| Não implementada: 0
	Processo *follow-up* e Incorporação das recomendações	*Follow-up* concluído. Nenhuma das recomendações deu origem a plano de ação, e em dois casos as recomendações já se encontravam implementadas à data da resposta das entidades destinatárias das mesmas.
Lições aprendidas	Principal valor acrescentado desta avaliação	Os principais contributos desta avaliação foram: – Avaliação com incidência nacional sobre a estratégia de territorialização do combate à pobreza e exclusão social, com tradição já antiga em Portugal. – Uma das primeiras avaliações, no âmbito dos Fundos, em Portugal, a usar a Teoria da Mudança e o racional do ACQ (Análise Comparativa Qualitativa). – Apresenta e analisa elementos relevantes da TdM, nomeadamente mecanismos e pressupostos relevantes para a produção de resultados: ○ Traz para a discussão o papel das intervenções territorializadas na intermediação entre pessoas de territórios desfavorecidos e os sistemas que podem auxiliá-las no processo de inserção, e o enfoque destas intervenções em dimensões menos suscetíveis de fazer a diferença nas situações de exclusão. ○ Demonstra o valor da disponibilização de recursos técnicos nos territórios para reforçar políticas públicas financiadas por recursos nacionais e lhes trazer maior eficácia. Em síntese: – A avaliação concluiu que as ações programadas pelos projetos foram cumpridas assim como os seus objetivos específicos, de uma forma geral. No entanto, o cumprimento dos objetivos específicos é assimétrico quanto ao tipo de objetivo e aos eixos de intervenção: os resultados dos projetos são mais positivos no eixo centrado nas dimensões de intervenção familiar e ao nível da mudança de atitudes dos destinatários e menos nos eixos que despoletariam a transformação das suas condições de vida. – Foi considerado que o Programa CLDS se constitui como um instrumento de reforço da Rede Social e existe uma forte articulação com as intervenções dos serviços do IEFP e da medida Rendimento Social de Inserção. – A avaliação identificou os fatores que mais influenciaram os resultados, sendo de destacar a competência das equipas técnicas e das entidades coordenadoras e executoras. – Foi concluído que cumprimento das ações dos objetivos específicos não significa que o impacto sobre a pobreza e a coesão territorial seja alcançada, porque as medidas são largamente insuficientes face à dimensão dos problemas dos territórios vulneráveis.
	Pistas de análise para avaliações futuras	**Pista 1:** Desenvolver e aplicar instrumentos de recolha de informação apropriados a públicos desfavorecidos, para aferir os efeitos dos CLDS. **Pista 2:** Desenvolver estratégias de avaliação em territórios e junto de públicos-alvo de múltiplas intervenções; p.e. um painel de pessoas alvo destas intervenções para os acompanhar num espaço de tempo mais longo e tentar perceber os efeitos dos CLDS no quadro do conjunto de apoios e de acordo com as dinâmicas contextuais que vão interferindo nas suas condições de vida. **Pista 3:** Integrar no processo de implementação das operações mecanismos suscetíveis de permitir a avaliabilidade das intervenções financiadas pelos FEEI, sobretudo do ponto de vista dos efeitos sobre os seus destinatários (instrumentos de

		caracterização dos beneficiários). Aplicar no início da intervenção instrumentos de recolha de informação que permitam comparar a situação dos destinatários das intervenções no início e no final dos projetos.
	Pistas de melhoria do processo avaliativo	**Pista 4:** Considerar os limites (e eventuais alternativas) da análise contrafactual nos casos em que as intervenções são territorializadas e se procura observar o desempenho de territórios por oposição aos efeitos nos indivíduos relativamente a determinadas variáveis pertinentes. **Pista 6:** Reconsiderar o inquérito por questionário como instrumento de recolha de informação junto de públicos desfavorecidos e quando tal aconteça assegurar o cumprimento de requisitos essenciais: linguagem e estratégias de aplicação do mesmo adequadas ao público-alvo, realização de pré teste. **Pista 7:** Aprofundar outras técnicas de recolha de informação (p.e. estudos de caso), para triangular mais com as respostas dos questionários. **Pista 8:** Preparar os sistemas de informação não só com informação sobre beneficiários (e não só participantes) mas também com informação sobre projetos e técnicos participantes, para que seja possível alcançar os destinatários e os atores (p.e. coordenadores e técnicos das equipas que implementam no terreno as intervenções) mais diretamente envolvidos na implementação dos projetos.

48. AVALIAÇÃO *EX ANTE* DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL EM ZONAS URBANAS (LOTE 4)		
Objetivo(s)		A avaliação *ex ante* tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação *ex ante* deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	*Ex ante*
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento: – PI 6.5 "Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído" nos PO Regionais (instrumentos de dívida); – PI 9.8 "Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais" nos PO Regionais do Continente e dos Açores (instrumentos de dívida).
	Temporal	PT2020
Critérios e Questões de avaliação		**A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:** – Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o *gap* entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada? – Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados? **B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:** – Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas? – Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)? – Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado? **C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:** – Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF? – Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas. – Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento? **D. Lições adquiridas:** – Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF. – Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF. **E. Estratégia de investimento:** – Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.

		– Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. – Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. **F. Resultados e sistema de monitorização:** – Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF? – Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado? – Quais são as caraterísticas do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria? **G. Atualização da avaliação *ex ante*:** – Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*? – Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação *ex ante*?
Método(s)		Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
Procedimento de contratação		Concurso Público
Entidade responsável		AD&C
Grupo de Acompanhamento		AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG dos PO Regionais, IAPMEI, I.P. (Agência para a Competitividade e Inovação), Turismo de Portugal, I.P., CES (Conselho Económico e Social) e IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP)
Duração prevista		120 dias
Preço base		60 mil euros
Pós-contrato		
Avaliador		Augusto Mateus & Associados
Coordenador(es)		Paulo Madruga e Vítor Escária
Preço contratado		52 mil euros
Data de início / Final / Duração		16-10-2014 / 16-09-2015 / 11 meses
Aspetos metodológicos e processuais		
Metodologia e Fontes de informação	Abordagem	– Triangulação de Fontes/Técnicas de recolha de informação
	Técnicas de recolha de informação	– **Análise Documental** – **Entrevistas**: AD&C; Banco de Portugal; IHRU; BEI – Banco Europeu de Investimento/JESSICA; JESSICA Holding Fund Portugal; BPI; Turismo de Portugal; PO Algarve; APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios; APB – Associação Portuguesa de Bancos; ANP - Associação Nacional de Proprietários; AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores; PO Madeira; CGD; CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário; PO Alentejo; DGT; PO Lisboa. – **2 Inquéritos:** ○ **Destinatários finais dos IF**: Autarquias: 136 respostas Promotores imobiliários: 2 respostas ○ **Potenciais beneficiários dos IF – Instituições financeiras**: Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário: 3 respostas Bancos: 1 resposta – **3 *Focus group*:** ○ *FG* 1 – IF de apoio à regeneração e revitalização urbana – A experiência do QREN e perspetivas para 2014-2020 (AD&C, AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Publicas e Serviços, AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, BEI - Banco Europeu de Investimento, AMP, ANP - Associação Nacional de Proprietários, APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, APPII - Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, IHRU, JESSICA Holding Fund, Turismo de Portugal); ○ *FG* 2 – Estratégia de Investimento dos IF de apoio à regeneração e revitalização urbana no Portugal 2020 (AD&C, APB, IHRU, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, BEI - Banco Europeu de Investimento, JESSICA Holding Fund, CGD, ANP - Associação Nacional de Proprietários, CCP, CIP, AML, PO Norte, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve, PO Madeira, Sociedade Desenvolvimento Empresarial Açores); ○ *FG3* – Estratégia de Investimento e o Modelo de Governação dos IF (AD&C, IHRU, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, PO Norte, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve, PO Madeira, Sociedade Desenvolvimento Empresarial Açores). – ***Benchmarking***
	Informação de suporte	– documentos enquadradores dos FEEI – documentos metodológicos, estudos – recurso a fontes estatísticas nacionais e internacionais (quais?)